



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE
NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



OSMAR CORDEIRO DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO
GABRIEL DA CACHOEIRA, AM**

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM

2021

OSMAR CORDEIRO DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO
GABRIEL DA CACHOEIRA, AM**

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais - PROF-CIAMB como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ambiental e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Edilza Laray de Jesus

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S588e	Silva, Osmar Cordeiro da Educação ambiental em espaço escolar multicultural em São Gabriel da Cachoeira, AM / Osmar Cordeiro da Silva . 2021 175 f.: il. color; 31 cm. Orientadora: Edilza Laray de Jesus Dissertação (Mestrado em Rede Nacional para Ensino de Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Multiculturalismo. 2. Prática pedagógica. 3. Ensino . 4. Aprendizagem. I. Jesus, Edilza Laray de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	---

DEDICATÓRIA

Agradeço ao nosso bom Deus e a N.S. de Fátima pela oportunidade de cursar o mestrado Profissional.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Edilza Laray de Jesus que sempre me orientou e dispôs de seu tempo para auxiliar na produção da dissertação e nos demais trabalhos do mestrado.

Aos meus filhos Osmar, Clara e Juliane dedico essa conquista e sempre estarão no meu coração.

A minha esposa Rose que com muita paciência foi companheira nesta caminhada de luta.

Aos meus Irmãos pelo tudo que fizeram durante a minha existência e crescimento.

Ao meu pai, Pedro, agradeço de coração pela minha existência e a minha sincera gratidão

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, a N.S. de Fátima, pela saúde e superação das dificuldades permitindo-me ingressar nesse novo desafio que me proporcionou uma aprendizagem diária.

A minha querida esposa Rosalina, pelo incentivo, paciência, compreensão e companheirismo neste período da busca desse conhecimento de concretização de mais uma conquista importante etapa da minha vida.

Aos três preciosos tesouros presentes em minha vida: Osmar Filho, Clara e Juliane, que como prova de amor compreenderam a minha necessidade de crescimento, foram pacientes durante o curso, incentivando em todo momento e demonstrando o amor e carinho nos momentos que mais precisava. Vocês são a minha força e alegria.

Ao meu pai Pedro e aos meus irmãos: Ronaldo, Rosilda, Marli e aos meus familiares que me compreenderam e apoiaram em mais um momento de busca de conhecimento no processo de construção de dissertação.

A minha querida mãe EMÍLIA e ao irmão Florêncio que o nosso bom Deus os tenha em bons lugares, mesmos que ausentes fisicamente, tenho plena certeza de que estariam orgulhosos e foram o esteio da minha inspiração para esta conquista.

Ao IFAM de SGC por proporcionar esta oportunidade ímpar de crescimento como pessoa humana e profissional.

A UFAM por ter ofertado o primeiro curso de Mestrado neste município e ter colaborado com todo o processo.

A gestora da escola, docentes, administrativos e discentes, desta diversidade cultural presente, da EEDJM objeto deste estudo, pela compreensão, paciência e disponibilidade em contribuir para realização desta pesquisa. Obrigado pela partilha de saberes e meu sincero agradecimento.

Aos professores doutores Vilma Terezinha de Araújo Lima e Ayrton Urizzi Martins pelas contribuições como membros na banca de Qualificação, o meu muito obrigado.

Gratidão especial para a Prof. (a). Dr. (a.) Edilza Laray de Jesus, minha orientadora, pela deferência ao me receber para as orientações, pelo carinho e compreensão nos momentos de dúvidas, por toda clareza nos apontamentos e o

constante apoio e incentivo no decorrer do processo e por ter confiado neste Tukano e acreditar no meu trabalho, o meu muito obrigado.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus queridos professores doutores e doutoras do curso de Mestrado Profissional para Ensino das Ciências Ambientais, pela convivência e oportunidade de promover aprendizado constante. Vocês fazem parte da minha vida e do meu crescimento pessoal e profissional. Muito obrigado e minha eterna gratidão.

A professora e coordenadora do curso de Mestrado, Dra. Kátia Viana Cavalcante, pela paciência, responsabilidade e incentivo na condução do curso, o meu profundo agradecimento.

Aos meus colegas de mestrado, lembrarei sempre de vocês, dos bolos, do café, da quinhapira e sucos nos intervalos de aula, das festas na sala de aula, dos trabalhos em conjuntos. Vocês fazem parte da minha bela história e da conquista.

RESUMO

O município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no Alto rio Negro, tem população estimada em 44.816 pessoas, segundo o IBGE. A composição populacional é formada por 90% de indígenas e 10% de não indígenas, situação que lhe destaca como maior município com predominância indígena no Brasil. Tal proporcionalidade também está presente na escola, fato que merece atenção pelo viés dos estudos multiculturais, como é realidade na Escola Estadual Dom João Marchesi. Nessa escola os docentes e discentes são indígenas de diversas etnias do Rio Negro, seus afluentes e subafluentes. Os indígenas convivem com não indígenas nascidos tanto em São Gabriel como em outros estados brasileiros, geralmente filhos de militares, cujos pais estão designados para prestar serviços. Acrescentam-se ainda crianças e jovens de países vizinhos como o Peru e a Colômbia. É, portanto, um espaço de pluralidade cultural. À escola cabe o desafio de trabalhar um currículo em prol da formação de identidades abertas à esta pluralidade cultural, numa perspectiva de educação para a cidadania, para paz, para a ética nas relações interpessoais, para a crítica às desigualdades sociais e culturais, uma vez que as diversas culturas nas sociedades contemporâneas nos remetem ao termo “multiculturalismo”, o qual é representado pela presença de diversos povos, inclusive comunidades tradicionais. A presente pesquisa teve como objetivo geral refletir sobre a relação entre Educação Ambiental e o Multiculturalismo, no intuito de contribuir para o ensino das Ciências Ambientais na Escola Estadual Dom João Marchesi. Os objetivos específicos foram assim definidos: compreender a importância da Educação Ambiental em escola multicultural; identificar as percepções sobre a conservação ambiental no ambiente escolar *locus* da pesquisa e propor a Educação Ambiental para espaço escolar multicultural, por meio de um guia metodológico como instrumento didático. Trata-se de um estudo descritivo e explicativo, com abordagem qualitativa. A pesquisa documental foi feita nos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico (PPP), planos de ensino e de aula, e no Regimento Geral das escolas estaduais do Amazonas. Em campo foram realizadas entrevistas, observação direta, aplicados questionários para docentes e discentes do Ensino Médio. Como contribuição deste trabalho foi elaborado um guia metodológico de educação ambiental para o ensino em Ciências Ambientais em escolas multiculturais a partir de percepções e práticas pedagógicas dos docentes e discentes de forma participativa e colaborativa, para ser utilizado como material didático é instrumento facilitador no processo de ensino aprendizagem na escola. O ambiente escolar é considerado um espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação ambiental, mas faz-se necessário uma transformação das práticas pedagógicas existentes atualmente.

Palavras-chave: Multiculturalismo, Prática Pedagógica, Ensino Aprendizagem.

ABSTRACT

The municipality of São Gabriel da Cachoeira, located in the Upper Rio Negro, has an estimated population of 44,816 people, according to the IBGE. The population composition is formed by 90% of indigenous and 10% non-indigenous, a situation that stands out as the largest municipality with indigenous predominance in Brazil. Such proportionality is also present in the school, a fact that deserves attention due to the bias of multicultural studies, as is the reality at Dom João Marchesi State School. In this school, the teachers and students are indigenous of several ethnic groups of Rio Negro, its tributaries, and sub-tributaries. Indigenous people live with non-indigenous people born in São Gabriel and other Brazilian states, usually children of military men whose parents are assigned to provide services. Children and young people from neighboring countries such as Peru and Colombia. It is therefore a cultural plurality space. The school has the challenge of working a curriculum in favor of the formation of identities open to this cultural plurality, in a perspective of education for citizenship, for peace, for ethics in interpersonal relations, for the critique of social and cultural inequalities, since the diverse cultures in contemporary societies refer us to the term “multiculturalism”, which is represented by the presence of diverse peoples, including traditional communities. This research aims to reflect on the relationship between Environmental Education and Multiculturalism, to contribute to the teaching of Environmental Sciences at Dom João Marchesi State School. The specific objectives were thus defined to understand the importance of Environmental Education in a multicultural school, to identify perception about Environmental conservation in the school environment, locus of the research, and to propose Environmental Education for a multicultural school space, through a methodological guide with didactic instrument. This is a descriptive and explanatory study with a qualitative approach. It will collect data from school documents such as the Pedagogical Political Project (PPP), the teaching, class, and school action plans and the General Regime of the state schools of Amazonas. In the field interviews were conducted, direct observation, and questionnaires were applied to high school teachers and students. As a contribution to this work, a methodological guide for Environmental Education for teaching in Environmental Sciences in multicultural schools was developed based on the perceptions and pedagogical practices on the will be adopted to identify the pedagogical practices of teachers and students in a participatory and collaborative way, to be used as didactic material and facilitating instrument in the teaching-learning process at school. The school environment is considered a privileged space for the development of environmental education, but a transformation of the pedagogical practices that exist today is necessary.

Keywords: Multiculturalism, pedagogical practices, teach learning

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Mapa de localização do Município de SGC, AM	39
Figura 2- Localização da Escola Estadual Dom João Marchesi, em SGC	42
Figura 3- Registro de reunião com discentes para entrega de TCLE	46
Figura 4- Oficina pedagógica com os docentes e administrativos.	48
Figura 5- Oficina Pedagógica com os discentes do turno vespertino	50
Figura 6- Registro de reunião para Caminhada Ecológica	53
Figura 7- Registro de mapa mental da caminhada ecológica.	54
Figura 8- Registros de contraste de paisagens do igarapé Mauixí,	55
Figura 9- Registro da ponte e os problemas ambientais no Igarapé Mauixí	56
Figura 10- Registro da imagem do boieiro do Bairro Graciliano.	57
Figura 11 - Confeção de mural pelos discentes da turma do 1º ano 2.	60
Figura 12- Gráfico inicial dos problemas ambientais em SGC	61
Figura 13- Registro da imagem da Escola universo da pesquisa.	66
Figura 14- Representação sociocultural dos discentes do EM	67
Figura 15- Representação sociocultural dos docentes do EM	68
Figura 16- Assinatura de termo de anuência da gestora escolar	74
Figura 17- Apresentação do projeto para a comunidade escolar	75
Figura 18- Apresentação de projeto para os discentes do EM	76
Figura 19 – Registro de imagens de cartaz observadas nas salas.	78
Figura 20– Registro de imagens do ambiente da sala de aulas	79
Figura 21- Registros de imagens de esgoto no lado externo	80
Figura 22- Reunião com docentes do EM e assinatura de TCLE	81
Figura 23- Demonstrativo da disponibilidade de Planos de Ensino	87
Figura 24- Demonstrativo de quadro branco sujo na sala 1º ano 2	90
Figura 25- Registro de Atividades em alusão ao Dia da árvore	91
Figura 26- Registro de painel na sala Especial Multifuncional	92
Figura 27- Imagens continuidade do problema de esgoto	93
Figura 28- Registro de docentes entrevistados nas residências.	94
Figura 29- Propostas de tema ambientais dos docentes do EM	98
Figura 30- Principais problemas ambientais listados pelos docentes	99
Figura 31- Gráfico das disciplinas que abordam temas ambientais	101

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Diversidade social e étnica dos discentes do Ensino Médio	69
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cronologia de marcos referenciais internacionais e nacionais sobre a EA.	23
Quadro 2 - Cronologia de eventos realizados no Brasil sobre a EA	24
Quadro 3 - Descrição da Estrutura física da EEDJM	43
Quadro 4 - Temas ambientais em Geografia, Biologia e Química	88
Quadro 5 - Demonstrativo de perfil de entrevistados do Ensino Médio da EEDJM	96

LISTA DE ABREVIATURAS

AM – Amazonas

CEE/AM – Conselho Estadual de Educação do Amazonas

EA – Educação Ambiental

EEDJM – Escola Estadual Dom João Marchesi

EM – Ensino Médio

EUA – Estado Unidos das Américas

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

ISA – Instituto Socioambiental

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONU – Organizações das Nações Unidas

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPP – Projeto Político Pedagógico

PTE – Projeto Telemar de Educação

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino

SGC – São Gabriel da Cachoeira

UA – Universidade do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MULTICULTURA	19
1.1 O INTERESSE PELO TEMA	19
1.2 O SURGIMENTO DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO	19
1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A (MULTI) CULTURA	20
1.3.1 A Educação Ambiental, trajetória e desafio	20
1.3.2 A Educação Ambiental no espaço escolar	27
1.3.3 Educação ambiental e o multiculturalismo	28
CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO	36
2.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	38
2.1.1 O Município de São Gabriel da Cachoeira, AM	38
2.1.2 A Escola Estadual Dom Joao Marchesi	41
2.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICAS	43
2.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA	65
2.4 INSTRUMENTOS DA PESQUISA	69
2.5 PROCEDIMENTOS	73
CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES	83
3.1 ANÁLISE DE DADOS	83
3.2 DISCUSSÕES	104
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE	131
APÊNDICE A	132
APÊNDICE B – ROTEIRO TEMÁTICO PRÉVIO PARA AS ENTREVISTAS	133
APÊNDICE C – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	135
APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA	136
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	137
ANEXOS	138
ANEXO A – ATA DA AULA DE QUALIFICAÇÃO	139
ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DA GESTORA ESCOLAR	140
ANEXO C – MAPA MENTAL DA CAMINHADA ECOLÓGICA	141
ANEXO D – LEI Nº 145/2002, COOFICIALIZAÇÃO DAS LINGUAS NHEENGATU, TUKANO E BANIWA.	142
ANEXO E – LEI Nº 0084/2017, COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUA YANOMAMI	143
ANEXO F – PLANO DE AÇÃO	144

ANEXO G – OFÍCIO ENCAMINHADO A PREFEITURA MUNICIPAL	146
ANEXOS H – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DOCENTES	147

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com o avanço da globalização, vem se intensificando as preocupações inerentes à questão ambiental concomitante a iniciativas dos variados setores da sociedade para o desenvolvimento de atividades e projetos no intuito de educar as sociedades para a conservação ambiental e as consequentes mudanças de hábitos e atitudes necessária à sustentabilidade do Planeta.

O mundo inteiro está preocupado com o meio ambiente, especialmente no atual contexto político em que os interesses se voltam para a exploração da Amazônia a qualquer custo, mesmo causando a perda da biodiversidade com alta velocidade. A Amazônia está sendo literalmente desmatada, destruída, queimada com a omissão do estado brasileiro que atende à demanda dos grandes empresários dos ramos da agricultura, da pecuária, dos garimpos clandestinos, dos madeireiros que visam apenas a exploração e lucro, sendo assim a proteção à natureza vem em segundo plano.

As ações de educação ambiental (EA) são cada vez mais necessárias diante da atual crise ambiental que brota na história contemporânea marcando os limites da racionalidade socioeconômica. Percebe-se, desta forma, o aumento da degradação ambiental, riscos de esgotamento ecológico e crescimento de desigualdades sociais, consideradas consequências desta crise ambiental (LEFF, 2001).

É preciso ter em mente que os problemas ambientais, tanto em São Gabriel da Cachoeira - AM quanto no mundo globalizado, não se restringem apenas à proteção da vida, mas também à qualidade dela. Sendo assim, o ambiente escolar é desafiado a ampliar o seu papel enquanto promotor da cidadania e da inclusão social, levando-se em conta a diversidade cultural ali presente. Como espaço socializador a escola proporciona, desde a infância, a convivência entre pessoas de diferentes culturas, daí a necessidade de rever constantemente suas práticas pedagógicas.

Essa revisão pode ser definida também como auto-avaliação e deve estar alinhada à construção de um mundo mais justo e ecologicamente equilibrado. Os discentes precisam compreender as modificações socioambientais que vivenciam, pois cabe a eles contribuir com a formação de indivíduos conscientes e aptos a exercerem a cidadania, de maneira ética e comprometida com a vida em sociedade. (PCN, 1997).

No conjunto das resoluções e propostas para minimizar os problemas ambientais, a Educação Ambiental (EA) como política pública no ensino formal apresenta possibilidades de contribuir com sociedades sustentáveis, considerando que somente por meio de um processo educativo que respeite a diversidade cultural, pode-se integrar os conteúdos curriculares ao modo de vida da população. É de suma importância a conscientização para a conservação do ambiente escolar, mas é também um desafio a ser vencido pelas escolas. Leff (2001) vê o desenvolvimento dessas novas perspectivas e práticas pedagógicas como um desafio educacional em busca de uma educação do futuro que se pretende transformadora, integradora e interdisciplinar.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) assevera que o professor deve receber uma formação complementar para trabalhar questões relativas à Educação Ambiental. Porém, o que se observa é a ausência dessa formação por parte do Estado e um efeito em cadeia: nas escolas, a direção muitas vezes não se mostra aberta a projetos novos; o docente não está motivado e nem desenvolveu habilidades para executar um projeto ambiental sozinho ou em parceria; os discentes não estão acostumados com algo novo, e resistem a metodologias diferenciadas propostas nas atividades de Educação Ambiental.

Nessa Escola os discentes são oriundos das diversas etnias do Rio Negro, seus afluentes e subafluentes, tais como: Arapaço, Baniwa, Baré, Cubeu, Curipacu, Desano, Piratapuaia, Tariano, Tukano, Wanano, Ianomâmis, etc. Os discentes indígenas convivem com não indígenas nascidos tanto em São Gabriel como em outros estados brasileiros, geralmente filhos de militares, cujos pais estão designados para prestarem serviço temporário. Acrescentam-se ainda crianças e jovens de países vizinhos como o Peru e a Colômbia. É, portanto, uma escola com pluralidade cultural.

À escola cabe o desafio de trabalhar um currículo em prol da formação de identidades abertas à esta pluralidade cultural, numa perspectiva de educação para a cidadania, para a paz, para a ética nas relações interpessoais, para a crítica às desigualdades sociais e culturais (MEDEL, 2007), uma vez que as diversas culturas nas sociedades contemporâneas nos remetem ao termo “multiculturalismo”, o qual é representado pela presença de diversos povos, inclusive comunidades tradicionais (SILVA e CENCI, 2015, p.76).

Também Silva (2007) considera polissêmicos os conceitos de multiculturalismo de educação ambiental. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de

reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. Por outro, pode ser visto, também, como uma solução para os “problemas” que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura dominante. De uma forma ou de outra, “o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, inicialmente, obrigam essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço”. (SILVA, 2007, p. 85).

A educação ambiental é revelada essencial para a transformação social, imprescindível ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado das presentes e das futuras gerações, tendo como função a conscientização à preservação do meio ambiente e sua utilização sustentável, tentando despertar a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente e superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo, esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante. (SILVA e CENCI, 2015, p. 70).

Consciente do importante papel de formação coletiva promovido pela escola, a educação ambiental consiste em um ensino integrador e conscientizador relativo às questões ambientais e inclusão das diversidades culturais nesse espaço de formação.

Para Seara Filho (1987), a Educação Ambiental (EA) tem, entre seus objetivos, possibilitar o desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo, o espírito de iniciativa e o senso da responsabilidade, com a finalidade formar uma cidadania motivada para a vida coletiva e não para o individualismo, haja vista que a qualidade de vida das gerações futuras depende das escolhas que o cidadão fizer no tempo presente.

Desde 1981, quando se instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), já se reconhecia a necessidade de inserir a dimensão ambiental no espaço educacional, evidenciando a capilaridade que se desejava imprimir na abordagem do tema.

A Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1988, reforçava a necessidade de debates e ações em prol da melhoria do meio ambiente. Um dos avanços significativos foi a promulgação da Lei nº 9.795, no ano de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA (BRASIL,1999). O documento, afirma a EA como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Na Escola Marchesi, *lócus* da pesquisa, a Educação Ambiental se faz necessária. Os discentes transferidos das escolas municipais indígenas, bem como seus familiares, apresentam mudanças em seus comportamentos ao conviverem com a dinâmica da vida urbana e as diferenças na forma de vida social, cultural e econômica que esta apresenta. Se nas comunidades rurais há um modo de vida baseado na relação com a terra, as plantas, as águas e os animais, a vida urbana apresenta valores outros, que a escola tem o dever de trabalhar em seu currículo como forma de valorização dos saberes da experiência para, a partir deles, inserir e relacionar os novos conhecimentos aos já existentes.

Para Freire (1996) a educação deve ir além de transmissão de conteúdo, proporcionando ao educando o desenvolvimento de sua criticidade, contribuindo para o surgimento de novos conceitos e valores voltados para a reconstrução da sociedade e do mundo, sendo necessário para isso, uma transformação das práticas pedagógicas.

Assim, um dos desafios da educação ambiental, educação formal é ajudar a formar pessoas com possibilidades de recriar a si mesmo, a sua história e acreditar que a transformação do mundo ocorre por meio de intervenção humana, especialmente porque a historicidade está permeada por processos de adaptabilidade, transformação e criação.

Para Leff (2001), ainda é perceptível a fragmentação do saber em campos disciplinares no espaço educacional, bem como concepções rígidas da realidade que imita e aplica modelos científicos, tecnológicos e sociais distante do contexto sócio-histórico-cultural dos estudantes. Assim sendo, considera-se relevante desenvolver a prática pedagógica em estreita relação às temáticas ambientais na escola.

Como recorte do objeto de pesquisa estão as práticas pedagógicas dos docentes do Ensino Médio, do turno vespertino, da Escola Estadual Dom João Marchesi no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, uma vez que as temáticas ambientais atravessam as diferentes áreas de conhecimentos.

A responsabilidade pela manutenção e preservação do meio ambiente é de todas as pessoas e precisa ser mais bem trabalhada em seus aspectos cognitivos e atitudinais tendo em vista que as presentes e futuras gerações têm direitos garantidos constitucionalmente conforme Art. X. “Cabe à escola o importante papel de educar para a tomada de consciência sobre os problemas ambientais e responsabilidade do cuidado com o meio ambiente”.

Para tanto, faz-se necessário compreender a relação entre meio ambiente e cultura porque as cosmologias e as cosmovisões indígenas não fazem separação que o mundo branco faz. O mundo ocidental branco literalmente separou e hierarquizou o homem e a natureza, colocando o homem em cima e a natureza por baixo, numa relação de dominação. As cosmovisões indígenas não fizeram e não fazem até hoje essa separação, esse é o pensamento geral dos indígenas das américas, não se restringem a um único povo. Os indígenas têm a capacidade de migrar os dois mundos, é o caso dos pajés que viram onças, isso não é lenda, nem conto, isso é crença, isso para indígenas é verdade e isso é demonstração cabal da não existência da separação da natureza e o homem.

Levar esses conhecimentos tradicionais para o espaço escolar é a oportunidade de trabalhar fortemente com os discentes que, na sua maioria são indígenas, caso contrário haverá o desaculturado, pois cada vez vão esquecendo essas tradições e conhecimentos indígenas, da organicidades do mundo para essa visão da separação do homem e a natureza, a partir da hierarquização da natureza por baixo é o homem que ganha o poder e o direito de fazer o que bem entender, por esse motivo e de outras há o processo de destruição da natureza na atualidade.

Em virtude dessa evidência o presente trabalho teve o propósito de refletir sobre a relação entre a Educação Ambiental e o Multiculturalismo, no intuito de contribuir para o ensino das Ciências Ambientais na Escola Estadual Dom Joao Marchesi.

O trabalho está estruturado em III capítulos. No primeiro trata da Educação Ambiental e Multicultura. O segundo trata o percurso metodológico. O terceiro trata de resultados e discussões da pesquisa de campo.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MULTICULTURA

1.1 O INTERESSE PELO TEMA

De início apresento-me como docente na Escola Estadual Dom João Marchesi-EEDJM do município de São Gabriel da Cachoeira-SGC, AM e, como tal, senti a necessidade de compreender a prática pedagógica dos docentes na convivência com as diversas etnias e suas culturas em sala de aula e as inúmeras possibilidades de trabalhar de forma interdisciplinar ou transversal, contrapondo-me à ideia de trabalhar as temáticas ambientais de forma pontual, ou seja, somente no dia do Meio Ambiente.

O mestrado Profissional para Ensino de Ciências Ambientais, tornou esse anseio em realidade e a pesquisa foi sendo delineada no encontro da educação ambiental e do multiculturalismo no turno vespertino, da citada escola, por eu trabalhar com colegas docentes e discentes nesse horário há dezesseis anos.

1.2 O SURGIMENTO DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Nos anos de 1990 o Ministério da Educação (MEC) publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN do Ensino Médio) baseados nos princípios definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDBEN) – Lei 9.394/96 – que conferiu a essa etapa formativa uma nova identidade ao integrá-lo à Educação Básica cujos objetivos é a formação ética e o desenvolvimento de um sujeito crítico, autônomo intelectualmente. Para atingir tais metas, ocorreu uma reorganização das disciplinas escolares - agrupando-as em áreas de conhecimento - e uma ressignificação do conhecimento escolar, por meio da contextualização e da interdisciplinaridade.

Os PCN do Ensino Médio atribuíram importância às temáticas ética, consumo, saúde e meio ambiente. À medida que passaram a servir de eixo norteador da prática docente e do currículo escolar, reforçaram a legitimidade e a importância do trabalho com a Educação Ambiental (EA), como formadora de valores e de atitudes em um processo educativo que tenha a formação integral dos discentes como um dos seus objetivos.

Na medida em que o pré-projeto de pesquisa estava sendo esboçado para o Profciamb, mantive diálogo intenso com docentes da área humanas e de ciências da natureza e identificou-se que a escola trabalha a educação ambiental em datas específicas ao critério de cada docente de forma individualizada. O importante era apresentar os trabalhos e o aprendizado dos docentes ficaram em segundo plano.

Os docentes percebem a importância da Educação Ambiental (EA) no espaço escolar como prática coletiva que ultrapasse os limites das disciplinas como estratégia para alcançar essa formação integral, muitos deles ainda encontram dificuldade de promover a educação ambiental em espaço multicultural.

As problematizações de pesquisa foram estabelecidas a partir dessas questões: a) como a educação ambiental está sendo trabalhada nas práticas pedagógicas da EEDJM? b) há relação entre a EA e a multiculturalidade? c) como os docentes da escola estão incorporando a interdisciplinaridade no seu fazer pedagógico para articular EA e multiculturalismo?

Assim, realizou-se reflexões críticas sustentadas nas leituras dos autores selecionados para melhor compreender a prática dos docentes sujeitos da pesquisa. Inúmeras afirmações se formaram no decorrer da pesquisa e muitas delas sugerem novas indagações. Algumas apresentadas aqui e outras não.

Como a EEDJM e os docentes do turno vespertino devem organizar-se para permitir a educação ambiental como uma prática contextualizada e interdisciplinar? Como colaborar para o ensino das ciências ambientais na escola essa pluralidade cultural existente. Todos os relatos da investigação serão descritos neste trabalho.

1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A (MULTI) CULTURA

1.3.1 A Educação Ambiental, trajetória e desafio

A necessidade de educar para o ambiente surge praticamente na segunda metade do século XIX. Em 1864, ocorreu o lançamento do livro “O Homem e a Natureza” ou “Geografia Física Modificada pela Ação do Homem”, de autoria de norte-americano Georges Perkins Marsh. Já em 1869, o vocabulário “ecologia” é proposto por Ernst Haeckel para definir os estudos a serem realizados sobre as relações entre as espécies e seu ambiente (AMBIENTE BRASIL,2007).

Em 1872, consta a criação do primeiro parque nacional do mundo: “Yellowstone”, nos Estados Unidos da América. O Brasil não demora em adequar-se a essa nova tendência. Em 1896, na fase republicana, criou-se o primeiro parque estadual em São Paulo, chamado “Parque da Cidade”. Na sequência, a criação do Parque Nacional de Itatiaia (1937) e do Parque Nacional do Iguaçu (1939), (AMBIENTE BRASIL, 2007).

No plano internacional, no ano de 1951, registra-se a publicação do “Estudo da Proteção da Natureza no Mundo”, organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, que havia sido criada em decorrência da Conferência Internacional de Fontainebleau, na França, em 1948, com apoio da UNESCO. A UICN se transformaria no Programa das Nações Unidas por Meio Ambiente - PNUMA, em 1972, em razão da Conferência de Estocolmo (AMBIENTE BRASIL, 2007).

A educação ambiental não foi criada a partir de um único evento, mas pela conjugação de fatores relacionados aos problemas ambientais com dimensões globais. É o caso, por exemplo, de um acidente ocorrido em Londres no ano de 1952, com a poluição do ar decorrente da industrialização e a consequente morte de cerca de 1.600 pessoas. E foi na Inglaterra, em 1965, durante a Conferência de Educação da Universidade de Keele, onde pela primeira vez utilizou-se a expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education) (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Em 1968 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), fundada em 1945, realizou estudo sobre a educação ambiental, compreendendo a mesma como tema complexo e interdisciplinar (AMBIENTE BRASIL, 2007).

A Conferência de Estocolmo (1972), divulgou o relatório intitulado “Os limites do crescimento”, apresentando dois marcos para o desenvolvimento de uma política mundial de proteção ambiental, são eles: a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com sede em Nairóbi, Quênia, e a recomendação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), no sentido de “promover a educação ambiental com uma base de estratégias para atacar a crise do meio ambiente” (AMBIENTE BRASIL, 2007).

No ano de 1973 surge nos Estados Unidos o Registro Mundial de Programas em educação ambiental; em 1974, no seminário de Educação Ambiental em Jammi, foram fixados os princípios da educação ambiental. A Carta de Belgrado, em 1975, é lançada para buscar uma estrutura global para educação ambiental. Em 1976 foi criado em Ohio, EUA, a primeira organização social reunindo educadores ambientais, “The International Society for Environmental Education”. Em 1977, na cidade de Tbilisi, antiga Rússia, ocorria o mais importante evento internacional em favor da educação ambiental, até então já realizado. Foi a Primeira Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, fortemente inspirada pela Carta de Belgrado

(AMBIENTE BRASIL, 2007). No documento-síntese, o conceito de Educação Ambiental foi assim definido:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida. (Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977), apud MMA, 2019).

Outro marco importante é o Relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, conhecido como “Relatório Brundtland”, que inaugurou a terminologia “desenvolvimento sustentável”. Como decorrência dos eventos/documentos acima apresentados, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 1990 como “Ano Internacional do Meio Ambiente” gerando discussões ambientais em todo o mundo (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Após 20 anos da Conferência de Estocolmo foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, de onde saiu a Agenda 21 contendo uma série de medidas e ações para os países signatários assumiram. Cinco anos depois foi realizada a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Thessaloniki, Grécia (1997), conhecida como Rio + 5 (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Em 2007 foi realizada a “Quarta Conferência Internacional sobre a Educação Ambiental”, conhecida como Tbilisi + 30 e se desenvolveu sob a temática “Educação Ambiental para um futuro Sustentável – Parceiros para a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – Parceiro para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (AMBIENTE BRASIL, 2007). O Quadro 1 apresenta os marcos referenciais internacionais e nacionais para elucidar melhor a temporalidade e ações implementadas no mundo e no Brasil.

Quadro 1. Cronologia de marcos referenciais internacionais e nacionais sobre a EA.

MARCO REFERENCIAIS INTERNACIONAIS: SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS		MARCO REFERENCIAIS NACIONAIS: LEGISLAÇÕES, SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS
ANO	ACONTECIMENTO	
1968	Clube de Roma	
1972	Conferência de Estocolmo	
1975	Seminários Internacional de Educação Ambiental/Programa Internacional de Educação Ambiental.	
1977	Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi	
1987	Aprovado o relatório Brundtland.	
1988		Promulgada a Constituição Federal do Brasil.
1992	Conferência das Nações Unidas, Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável (CNUMAD-92 ou rio 92)	Conferência das Nações Unidas, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD-92), no Rio de Janeiro.
		Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS).
1997		I Conferência Nacional de Educação Ambiental (I CONFEA).
1999		Sancionada a lei n. 9795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
2002	Rio + 10, em Johannesburgo, África do sul.	
2006	Convenção sobre Diversidade Biológica, em Curitiba, Brasil	Convenção sobre Diversidade Biológica
2007	IV Conferência Internacional sobre a Educação Ambiental, Ahmadabad, Índia ou Tbilisi +30.	
2009		Seminário de 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental.
		VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental-RJ
2012	Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável- Rio +20	
2015	Ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York – sede da ONU.	
2019	V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos países e Comunidade de Língua Portuguesa. Abril – Guiné-Bissau	
	10ª Conferência Internacional de Educação Ambiental e Sustentabilidade. Julho - São Paulo,	

Organizado pelo autor, a partir de JESUS, 2005

Esclarecendo os eventos acontecidos no Brasil relativos à Educação Ambiental, será apresentado seguir no quadro 2, os eventos cronológicos de alguns eventos importantes.

Educação Ambiental

Quadro 2 - Cronologia de eventos realizados no Brasil sobre a EA

NO BRASIL		INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MEC
ANO	ACONTECIMENTO	ACONTECIMENTO
1981	Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA (Lei n. 6938/1981) e inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.	
1989	Criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 7.797/89), que apoia projetos de EA.	
1991		Pela portaria 678, a Educação Ambiental deve permear os currículos dos diferentes níveis e modalidades de ensino. A Portaria n. 2.421 cria o grupo de trabalho de Educação Ambiental para participar da Rio-92.
1992	Criado o Ministério do meio Ambiente (MMA) e os Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA	
1993		A Educação Ambiental transforma-se em Coordenação de Educação Ambiental (CEA), ligada ao gabinete do Ministro.
1994	Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) – MMA, MEC, MIC, MCT.	
1995	Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental do CONAMA.	
1997		A CEA promove 18 cursos de capacitação, realiza teleconferências regionais e vídeo-reportagens. Lançado os Parâmetros Curriculares Nacionais.
1998		A CEA promove 18 cursos de capacitação, realiza teleconferências regionais e vídeo-reportagens.
1999	Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9795) e criação de Coordenação-Geral de Educação Ambiental no MEC e Diretoria de Educação Ambiental no MMA.	Criada a COEA na SEF, Programa Parâmetros em Ação.
2000	A educação Ambiental é contemplada no PPA 2000-2003 (MMA).	
2001		Programa Parâmetro em Ação-Meio ambiente a escola e Congresso Brasileiro de Qualidade de Educação.
2002	Órgão gestor da PNEA e revisão da Pro NEA.	
2003	A Educação Ambiental é contemplada no PPA 2004-2007 (MEC).	A COEA é transferida para a Secretaria Executiva do MEC. I Conferência Infanto-juvenil para Meio Ambiente.
2004		A COEA é colocada na SECAD implantando o Programa Vamos cuidar do Brasil com as Escolas.
2005		II Conferência Infanto-Juvenil para Meio Ambiente.
2009		III Conferência Infanto-Juvenil para Meio Ambiente.
2010		Conferência Internacional Infanto-Juvenil para Meio Ambiente.
2013		IV Conferência Infanto-Juvenil para Meio Ambiente.
2018		V Conferência Infanto-Juvenil para Meio Ambiente.

Fonte: Organizado pelo autor, a partir de JESUS, 2005.

Trazendo para a escala nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, menciona no seu artigo 225, inciso primeiro do VI parágrafo, que a Educação Ambiental deve ser abordada em todos os níveis de escolaridade:

Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente correto, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Junto ao Ministério da Educação, um documento inovador foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, destacando a educação como um elemento essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade de ensino no processo educativo em caráter formal e não informal. Nesse sentido, o grande desafio da educação ambiental, no contexto educacional, é de ajudar a formar um ser humano mais humano, que possa recuperar e recriar, nós mesmo como seres capazes de acreditar uns nos outros, capazes de acreditar que a transformação do mundo ocorre por meio da intervenção humana. Esse conceito em muito se aproxima do de Morin (2006, p. 39): quando pensa a educação em sentido mais amplo:

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida de despertar.

Sendo assim, o sistema educacional tem que possibilitar a integridade, acima de tudo, a zelar pela importância da conscientização, preservação do ambiente do espaço escolar e promover a formação cidadã.

Não há dúvida de que a escola é lugar de formação da pessoa humana para atuar de forma consciente na sociedade, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1998) em seu artigo 2º. As sociedades atuais vivem novas realidades em todos os campos da atividade humana e os problemas ambientais continuam aumentando em proporção maior que a resolução deles. Cada dia o comprometimento com a sustentabilidade se faz mais urgente, sempre conservando os recursos naturais. Leff (2001, p.62/63) afirma que a escola é um dos elementos para que Educação Ambiental se efetive, mas diz também que:

Os princípios da gestão ambiental e de democracia participativa propõem a necessária transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza. O fortalecimento dos projetos de gestão ambiental local e das comunidades de base está levando os governos federais e estaduais, como também intencionalidades e municipalidades, a instaurar procedimentos para dirimir pacificamente os interesses de diversos agentes econômicos e grupos de cidadãos na resolução de conflitos ambientais, através de um novo contrato social entre o Estado e a sociedade civil.

A educação ambiental tem importância no espaço escolar. A escola precisa oferecer métodos e metodologias facilitadoras da compreensão dos fenômenos naturais e das ações humanas predatórias para o meio ambiente, para os seres vivos em escala global e para o próprio ser humano.

Nessa esteira de discussões e ações, a Lei no 9.795 de abril de 1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), evidenciando a Educação Ambiental como um processo contínuo e que agrega valores sociais, e que deve estar presente em todos os níveis de ensino e em várias modalidades (BRASIL, 1999), conforme é apresentado no artigo 10º:

A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. § 1.º A educação ambiental não deve ser implantada com disciplina específica no currículo de ensino (BRASIL, 1999).

O Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas, na Resolução nº 122/2010 – Conselho Estadual de Educação (CEE) /AM aprovada em 30 de novembro de 2010, trata, no Cap. IV - dos Requisitos e dos Programas a serem implementados nas escolas, entre elas está a educação ambiental (CEE/AM, 2010).

Sendo assim, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC/AM), insere no calendário escolar algumas temáticas relacionadas às questões ambientais que as escolas poderiam desenvolver como ações pedagógicas e ficam limitadas a ações pontuais e de forma isolada ou individualizada.

A Educação Ambiental é fundamental para a conscientização das pessoas em relação ao meio ambiente. Por meio dela poderão ser formados novos conceitos de qualidade de vida, respeitando a natureza sustentável.

O conceito da qualidade de vida é criado pela sociedade branca, muito difícil de explicar e encaixar nas culturas indígenas. É a mesma coisa que falar sobre

pobreza, também conceito dos brancos e para eles todo indígena é pobre porque não tem carro, barco, moto, casa com ar-condicionado, em geral não tem emprego e salário, e por esses e outros motivos o índio é pobre. O índio, no seu mundo, é rico, tem caça, pesca, tem a floresta, o rio, a sua família e sua casa, ou seja, por isso é difícil ouvir dizer entre os grupos étnicos que o índio é pobre.

É um tema interdisciplinar, que deve ser trabalhado de forma contínua e permanente, independentemente de datas comemorativas.

1.3.2 A Educação Ambiental no espaço escolar

A escola como responsável por parte considerável do processo de formação individual e coletiva para muitas sociedades, um espaço de ascensão social para as camadas mais baixas da população.

A escola é uma entidade que tem por função formar o sujeito social e cidadão e preparar para o mercado de trabalho com as devidas especificidades para etnias e minorias sociais com seus saberes e experiências. Deve responder, no contexto sócio-histórico, ao desenvolvimento dos discentes ao longo da vida.

A educação é um direito humano e social, sendo a escola um lugar onde a educação formal acontece. Num país democrático a educação é para todos e essa condição implica considerar a diversidade cultural que existe na mesma, e ter em atenção às diferenças de Língua, religião, costumes.

Para Sá (2001) a escola, tal como a sociedade, deve ser desafiada a repensar estratégias para acolher todos os discentes, até e sobretudo aqueles que na maior parte das vezes, só dominam a língua do seu país de origem. Nesse contexto, as diversas línguas maternas das etnias estão inseridas na escola Marchesi.

Para a inserção das questões ambientais na escola, é preciso questionar sobre como fazer da escola um espaço de criação e construção de novas vivências significativas geradoras de novos saberes. Trabalhar determinados conteúdos, independente às disciplinas, precisa promover uma reflexão crítica sobre a sua teoria e práticas pedagógicas em sala de aula e fora dela com atividades com ações orientadas por meio de planejamento escolar ou em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, ao desenvolvimento de atitudes positivas e ao comprometimento pessoal na implantação de ações que envolvam a temática ambiental de modo interdisciplinar (DIAS, 2003). Essas ações só devem ocorrer por

meio de atividades que desenvolvam a sensibilização e o desenvolvimento de procedimentos que buscam trabalhar as questões ambientais junto à comunidade escolar, visando potencializar iniciativas que transcendam o ambiente escolar.

Nesse contexto, a área das Ciências Ambientais sente a necessidade de que a educação ambiental que não seja efetivamente estruturada, praticada, utilizada em todo em seu potencial, então ela faz e traz uma discussão da necessidade de se trabalhar a educação ambiental dentro dos métodos educacionais.

Em se tratando especificamente do ensino das ciências, o docente indígena e não indígena deve criar situações de aprendizagem evidenciando que esta ciência está presente no seu cotidiano, no ambiente do seu convívio e valorizando a experiências do discentes para as discussões em sala de aula

Existem vários obstáculos, na escola Marchesi, que se dão pela dificuldade de articulação com os próprios docentes, somado com desinteresses a uma sugestão inovadora, as imposições advindas da direção escolar de aceitar ou não determinadas atividades a serem realizadas pelos docentes e o tempo necessário para execução delas, já que o sistema educacional e a escola muitas vezes não possibilitam agilizar algumas atividades.

Conforme Guimarães (2001) a educação ambiental é um campo do conhecimento em construção e se desenvolve na prática cotidiana dos que realizam o processo educativo.

Sendo assim, a educação ambiental na escola deve ser desenvolvida como processo permanente de aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento na formação de cidadãos com consciência local e do mundo globalizado.

1.3.3 Educação ambiental e o multiculturalismo

A escola é um sistema aberto que faz parte da superestrutura social. Faz parte do ambiente escolar discentes pertencentes a classes sociais ou grupos étnicos com diferenças culturais que estão em processo de aprendizagem. Dizer que uma escola é para todos, como preconiza o Estado brasileiro, significa levar em conta a diversidade cultural que existe na mesma, manifesta nas línguas, religiões, costumes etc., como sustenta Sá (2001):

À escola competirá a organização de um ambiente cultural que permita a maturação de cada indivíduo no respeito pelos aspectos éticos, cívicos e técnicos, harmoniosamente interligados, humanizando o ensino de modo a que faça evoluir o processo cognitivo e relacional, que possibilite o desenvolvimento de atitudes responsáveis nos jovens, que lhes permitam assumir a responsabilidade pelos seus atos e a capacidade de tomar decisões perante si próprios, perante o grupo e a sociedade em que vivem, aprendendo a participar com autenticidade na construção do bem comum. (SÁ, 2001, p.13).

Sabe-se que um dos maiores responsáveis pela formação escolar é o docente no despertar para processos reflexivos sobre questões relacionadas à vida e cultura dos grupos mais próximos a sua vida. Para tanto, precisa ter autonomia em seu ensino e se posicionar contrário às práticas colonizadoras, marcadamente antropocêntricas e descompromissadas com o meio ambiente.

A visão antropocêntrica vai ao encontro do pensamento europeu em que o centro do mundo é o homem e vai na contramão do pensamento indígenas que não distingue e não supervaloriza o homem. As cosmovisões indígenas concebem o homem como parte integrante da natureza, inclusive dependente da natureza, bem diferente da visão antropocêntrica, ou seja, o bem ambiental está voltado para a satisfação das necessidades humanas para consumo inconsciente e não sustentável dos recursos naturais como acontece na atualidade.

Apesar de tantas adversidades, acreditamos na construção de uma escola que define sua identidade, ressignifica seus objetivos e valoriza o diálogo, levando em conta a diferença, a igualdade, o respeito, a alteridade, a educação como um meio de superação da desigualdade no mundo.

Mas o que vem a ser cultura? Thomaz (2000) assim define:

Fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. (...) É compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se referindo, pois a um fenômeno individual. (p. 427).

Acrescentamos a esta definição o caráter dinâmico que permite às culturas recriar-se e modificarem-se de acordo com seus marcos de regeneração ou reprodução. Seus processos internos permitem manterem-se como diferentes e singulares, além de favorecer o estabelecimento de vínculos com outras culturas numa relação dialética e dialógica. Laraia (2003) também contribui para a compreensão de cultura como:

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (p. 68).

Entendendo a cultura como o modo das pessoas e grupos significarem seus mundos, entende-se que a diversidade de culturas sustenta o conceito de multiculturalismo e para tanto emprestamos a definição de Silva (2007):

Multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, inicialmente, obrigam essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço. (p. 85).

O multiculturalismo vem promover o diálogo entre as várias culturas, ainda que no processo de globalização existam relações de poder entre diferentes grupos culturais historicamente marginalizados que não possuem o mesmo respeito e atenção por parte das políticas públicas de educação que os grupos que possuem maior poder econômico e político. Importante reconhecer que muitos grupos marginalizados, em situação de exclusão social, têm desenvolvido lutas multiculturais com vistas ao reconhecimento social. É o caso de seringueiros, castanheiros, quilombolas, pescadores e outros. Daí Andrade (2009, p. 26) afirmar o multiculturalismo como expressão de uma luta, contra as “margens que comprimem”, centrada em duas frentes distintas e interligadas: redistribuição e reconhecimento”.

O multiculturalismo é um tema muito atual e pertinente na macro sociedade e no contexto escolar, que é uma micro expressão da sociedade. O docente tem um papel muito importante a desempenhar neste âmbito intercultural, pois suas atitudes, práticas e formação influenciam no processo educativo, podendo favorecer ou mesmo criar obstáculos ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos como também ao desenvolvimento de competências e capacidades de cada um.

A discussão sobre o multiculturalismo pressupõe tensões entre as diferentes formas de conceber culturas e umas delas o ¹Multiculturalismo Crítico ou Intercultural

¹ Multiculturalismo crítico ou intercultural: caracteriza pela valorização das diferenças, para além do mero reconhecimento. Procura propiciar o encontro dos grupos com suas diferenças: a diferença não pode e não deve ser eliminada.

e o Multiculturalismo Conservador², concepções que tem destaques no campo educacional. É nesse contexto que surge a interculturalidade, usado para indicar um conjunto de propostas de convivência democráticas entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade. A interculturalidade põe na mesa o diálogo, as tensões, as relações assimétricas, bem como os processos de dominação.

Na educação, a interculturalidade aparece como uma proposta pedagógica que busca desenvolver relações de cooperação, respeito e aceitação, entre as diferentes culturas e sujeitos, visando dessa forma, preservar as identidades culturais, com objetivo de propiciar a troca de experiência e o enriquecimento mútuo.

Por aqui já se subentende que não está totalmente esgotada a ideia das visões etnocêntricas da cultura e ainda existem entre as rupturas, sendo o multiculturalismo ainda visto, por alguns, como um risco para a identidade nacional, como adverte Peres (2000):

Fala-se da educação para os valores, para os direitos humanos e igualdade de oportunidades, tolerância e convivência, para a paz, educação inter/multicultural, educação ambiental, educação antirracista... Porém, o nosso dia a dia está confrontado com manifestações de intolerância, marginalização, estereótipos, preconceitos, racismo, xenofobia na escola e na sociedade. (PERES, 2000, p. 28).

A diversidade e a diferença podem parecer para alguns grupos motivo de intolerância, xenofobia ou marginalização. Para Leff (2010) elas constituem bases para a sustentabilidade. E a escola é uma espécie de laboratório, espaço de experimentação e de formação para esta mudança civilizatória, pois a crise ambiental não se manifesta apenas nos terremotos, furacões ou nos altos níveis de poluição, mas no desconhecimento de suas causas, na falta de um saber sobre a complexidade do real, e na perda do sentido da existência humana.

Entre tantos conceitos de multiculturalismo, optamos pela concepção de Fleuri (2003) que define como uma realidade diversa culturalmente e a convivência de grupos culturalmente distintos em um mesmo espaço territorial, nesse caso a escola, em que a relações entre os sujeitos, professores e alunos, prendem-se à manutenção de identidade, costumes e tradições sem que sejam potencializados o intercâmbio e o conflito.

² Multiculturalismo Conservador: baseado em teorias evolucionistas que de fato não permite que haja um reconhecimento efetivo das outras culturas: predominantemente branca e europeia.

A escola transmite em forma de conteúdos às novas gerações uma parcela restrita da cultura produzida pela experiência humana coletiva. Assim, os conteúdos de ensino, substância primordial do trabalho pedagógico, resultam de um processo de seleção no interior da cultura que se sedimenta ao longo do tempo, como tradição. Além da seleção cultural, a educação escolar realiza a reorganização didática dos elementos da cultura destinados ao ensino/aprendizagem das novas gerações. Como afirma Forquin (1993, p. 15):

Isto significa dizer que a educação não transmite jamais a cultura, considerada como um patrimônio simbólico unitário e imperiosamente coerente. Nem sequer diremos que ela transmite fielmente *uma* cultura ou culturas (no sentido dos etnólogos e dos sociólogos): ela transmite, no máximo, *algo da cultura*, elementos de cultura, entre os quais não há forçosamente homogeneidade, que podem provir de fontes diversas, ser épocas diferentes [...].

Sendo assim, a Educação Ambiental (EA) um dos instrumentos de promoção da cidadania ambiental, sua prática na escola é um grande desafio a ser enfrentado. É de suma importância a conscientização do ambiente escolar em toda a sua complexidade para o bem-estar dos discentes. Afinal, como dito antes, esse é um laboratório de formação humana para a convivência humana e a conservação ambiental.

Cabe à escola sensibilizar o discente a buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente em condições de respeito a todas as espécies que habitam o Planeta, auxiliando-o a analisar criticamente os princípios que têm levado à destruição inconsequente dos recursos naturais e de várias espécies.

O papel da escola atual tem levado os sistemas de ensino a repensarem os seus objetivos e buscar a renovação para conseguir formar novas mentalidades e habilidades que ajudem o educando a entender a sociedade local e global, e posicionar-se de forma crítica frente aos problemas sociais que o cercam.

As modificações resultantes das relações entre sociedade e natureza podem ser, ou não, sustentáveis, sob o ponto de vista da sociobiodiversidade, a qual, por sua vez, está diretamente relacionada com a multiculturalidade. Pensando numa educação que reconheça e valorize a diversidade multicultural, Paulo Freire (2005) nos mostra um caminho, ao deslocar buscando também a humanização.

A escola deve estar preparada para atender as diversidades culturais e trabalhá-las em prol do processo educativo na perspectiva da igualdade e da

valorização das diferenças. Desta forma, Paulo Freire não realiza uma troca de posição nos processos educativos, o excluído colocando-o no centro, mas sim fazendo parte da totalidade, e para que isso aconteça deverá haver um planejamento pedagógico integrado, onde o professor também poderá ser o interlocutor, o sujeito facilitador, acolhedor e o intermediador desse processo de inclusão, sendo o diálogo o elemento capaz de aproximar e relacionar as mais diversas culturas.

Segundo Bedani (2006), a educação deve formar para a diversidade. Formar para o respeito a essa diversidade. Atualmente há uma imprecisão, ou uso irrestrito e crescente do conceito de diversidade na educação, mas o que precisamos entender é que não devemos somente “incluir” a diversidade na escola, mesmo porque a diversidade está dada na realidade, o que precisamos é reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade, o diferente.

Segundo Freitas (1995):

O meio ambiente é, atualmente, um dos poucos assuntos que desperta o interesse de todas as nações, independentemente do regime político ou sistema econômico. É que as consequências dos danos ambientais não se confinam mais nos limites de determinados países ou regiões. Ultrapassam as fronteiras costumeiramente, vêm a atingir regiões distantes. Daí a preocupação geral no trato da matéria que, em última análise, significa zelar pela própria sobrevivência do homem (p. 75).

Somente uma educação inclusiva e de respeito às diferenças pode mudar o cenário de preconceito e discriminação que possa existir no ambiente escolar. Isto exige dos gestores e docentes, uma formação que permita transmitir aos discentes, a necessidade de se respeitar as diferenças e os diferentes.

Devemos sim, ter a consciência de que a escola que todos queremos desde discentes, docentes, pais, encarregados de educação e população em geral, é aquela que se apresente como um local privilegiado de aprendizagens motivadoras, significativas e que dê sentido à vida de todos, sentido esse, que passe pela necessidade de que a mesma se modernize de forma a acompanhar as mudanças da sociedade, as quais se interligam aos grandes processos tecnológicos que se sentem cada vez mais por toda a parte e tal como Leite (2002) avisa:

Se a educação escolar não se transformar, quebrando o tradicionalismo que a caracteriza e englobando na sua cultura, subculturas de populações ou grupos que até há pouco tempo ignorava, ou que lhe eram estranhas, bem como questões das realidades locais e mundiais, está sujeita, pelo menos a duas situações: (1) perder uma das razões da sua existência e que é a de contribuir para uma educação para todos; (2) ser um veículo de marginalização de certos grupos sociais e obrigá-los a um processo de

assimilação, sujeitando-os a uma perda das suas identidades culturais. (p. 97).

Talvez tenhamos que concordar com Leite, pois a perda de identidade cultural vem crescendo a cada ano, basta perceber na cidade de São Gabriel da Cachoeira e nas Regiões Administrativas do município. Alguns grupos étnicos perderam sua língua materna total ou parcialmente, o mesmo vale para as tradições, costumes e crenças. No novo olhar, existe uma pequena esperança de que um dia possamos valorizar e revitalizar as culturas, de alguns grupos étnicos, mas o espaço ideal seria a escola/educação e tendo como atores principais os docentes e os discentes, desde que não prevaleça a ignorância, mas o diálogo.

A preocupação com a formação multicultural, que possam tomar decisões e refletir acerca da complexidade da vida em sociedade, sem deixar levar cegamente pelo poder econômico e político, demanda uma postura educativa reflexiva e crítica, que leve em consideração a questão ambiental.

1.4 AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Na perspectiva da educação ambiental na escola, o docente é o mediador do processo de ensino e aprendizagem, inserindo o conhecimento em suas múltiplas dimensões, promovendo articulações com o contexto local e construindo representações através da realidade e das experiências vividas dos próprios discentes, colocando em prática assim, os temas transversais, isto é, os eixos geradores de conhecimentos, que surgem a partir de experiências concretas, permitindo uma aproximação entre o conhecimento científico e o cotidiano. Manter a passividade e a posição de mero expectador dos alunos torna a educação ambiental meramente teórica e não aplicada à realidade, dificultando a percepção das questões socioambientais, a interpretação da realidade e a participação ativa dos alunos como agentes ativos e transformadores (SATO & CARVALHO, 2005).

As práticas de educação ambiental nas escolas estão fundamentadas na construção de sociedades justas e sustentáveis, nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas. Entretanto o conhecimento tem seu devido valor quando construído coletivamente, onde ocorre uma troca de saberes, com que sabemos e o que aprendemos, ou seja, as atividades escolares devem ser elaboradas

de forma coletiva e com participação dos docentes e discente nas escolhas das atividades, com a finalidade de estimular o espírito participativo dos discentes indígenas e não indígenas, sempre respeitando as diversidades.

A sociedade sustentável é um conceito baseado em uma conduta que consegue suprir todas as necessidades de produção, de consumo, e de crescimento, sem estragar as bases que serão utilizadas pelas futuras gerações. Esse é mais um conceito criado pela sociedade ocidental e igualmente o de qualidade de vida e de pobreza, não cabe a explicação para os indígenas, uma vez que já possuímos essa prática por extrair apenas o necessário, ou seja, somente para sua sobrevivência.

A educação na concepção de Freire (1996), deve servir para a emancipação do sujeito e as práticas pedagógicas devem colaborar para a construção de um ser autônomo que traz consigo uma bagagem histórico-cultural e uma individualidade que deve ser levada em conta. Segundo Freire, quando o educador constrói práticas de ensino eficiente, em sintonia com a realidade, está contribuindo para a conscientização do educando, permitindo-o perceber, avaliar e refletir sobre a sociedade a que pertence e, principalmente, sobre suas ações de transformar o ambiente em que vive. Nesse contexto, percebe-se a importância de práticas pedagógicas relevantes que levem em respeito ao conhecimento prévio do discente, não deixando de lado também as questões cotidianas de sua realidade ou de sua vivência.

Para Imbert (2003), promover a aprendizagem fazendo o uso de estratégias capazes de contribuir com o crescimento dos indivíduos, compreendendo seu cotidiano, significa marchar à procura de um novo conjunto de princípios, capazes de despertar a consciência de liberdade associada à responsabilidade nas relações entre os seres humanos e o ambiente nos quais estão inseridos. Na compreensão do autor fica evidente que a prática pedagógica deve completar as lacunas do conhecimento proporcionado ao discente a construção de conhecimentos significativos que venham de um princípio teórico e possam ser instruídos a partir do seu cotidiano.

CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta parte de trabalho, expõe-se o caminho percorrido para atingir os objetivos propostos neste estudo. Apresenta o contexto da pesquisa, com as peculiaridades da escola investigada, um breve relato da cidade e da escola, as características da amostra, os instrumentos de pesquisa empregada, os procedimentos aplicados para a coleta de dados, as análises de dados realizadas e prática de oficina pedagógica

Tendo relevância e da importância da implementação da educação ambiental como política pública no ensino formal, e sua contribuição na construção de sociedades sustentáveis, considerando que somente por meio de um processo educativo, que respeite a diversidade cultural e promova a integração entre as culturas locais, poder-se-á integrar os conteúdos curriculares ao modo de vida da população.

A metodologia de pesquisa é um trajeto fundamental para a construção do conhecimento científico, ela possibilita a descrição dos métodos e instrumentos que serão empregados para a realização do trabalho. Segundo Minayo (1994), a metodologia ocupa o lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrinsecamente da visão social de um mundo veiculado na teoria. Nesse contexto, será exposto a área de estudo, bem como os caminhos que serão explorados durante todo o transcurso da investigação. Os discursos dos entrevistados, possibilitaram a compreensão do estudo proposto, viabilizando a interpretação do ambiente que envolve o objeto investigado.

O Estudo de Caso, proposto por Yin (2001), permitiu uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores. Em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos, neste contexto, na escola estadual local da pesquisa.

A pesquisa é uma atividade principal na construção do conhecimento científico e foi desenvolvida sob a direção do método dialético da complexidade sistêmica. Para Morin (2007, p.21), o complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas, que respeite a diversidade, ao mesmo tempo

que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca em todas as partes. Para ele, não existe simplicidade, tudo é complexo, considerando que o processo do real mantém um devir: vir a ser. Segundo Morin (2005, p. 206), a complexidade não é só pensar o uno e o múltiplo conjuntamente, é também pensar conjuntamente o incerto e o certo, o lógico e o contraditório, é a inclusão do observador na observação.

Através do método dialético, o fenômeno ou coisa estudada deverá apresentar-se ao leitor de tal forma que ele o apreende em sua totalidade. Para isso são necessárias aproximações sucessivas e cada vez mais abrangentes (GADOTTI, 1990, p. 32). Sendo assim, o método favoreceu o entendimento do contexto escolar, revelando a historicidade dos fenômenos ocorridos na escola, relacionando-os, em nível mais amplo e situando o problema dentro de um contexto complexo. O método dialético possibilitou ainda uma análise e reflexões do fazer pedagógico do docente em relação às suas práticas pedagógicas refletindo na construção do conhecimento do discente.

Para Morin (2005),

A complexidade não é a palavra-mestra que vai explicar tudo. É a palavra que vai nos despertar e nos levar a explorar tudo. O pensamento complexo é o pensamento que, equipado com os princípios de ordem, leis, algoritmos, certezas e ideias claras, patrulha o nevoeiro, o incerto, o confuso, o indizível, o indecível (p. 231).

O município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no Alto Rio Negro, sua população está estimada em 44.816 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). A composição populacional é formada por 90% de indígenas e 10% de não indígenas, situação que lhe destaca como o maior município com predominância de indígenas no Brasil. Tal proporcionalidade também está presente nas escolas, fato que merece a atenção pelo viés dos estudos multiculturais como é realidade na Escola Estadual Dom João Marchesi (EEDJM).

O trabalho de Pesquisa de campo foi realizado na Escola Estadual Dom João Marchesi no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, pelo fato de eu ser docente desta instituição de ensino e pela disponibilidade de tempo para realizar o estudo.

É importante enfatizar que na EEDJM, a prática de trabalhar as temáticas ambientais se realiza através de palestras com instituições parceiras e de forma pontual, na semana do Meio ambiente, o que fez despertar o interesse de

compreender as práticas pedagógicas dos docentes do Ensino Médio do turno vespertino e quanto a inclusão das questões ambientais em salas de aulas.

O trabalho de pesquisa de campo foi realizado em três etapas. A primeira foi a realização de análise de documentos como: Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas-CEE/AM, Projeto Político Pedagógico-PPP, Plano de Gestão Escolar, Plano de Ensino e Plano de Aula dos docentes. A segunda etapa foi de observação de prática pedagógica em salas de aulas e externa da escola. Na última etapa foram realizadas entrevistas com todos os docentes do EM do turno vespertino.

A seguir serão descritas as características e o contexto socioambiental da cidade de São Gabriel da Cachoeira, AM e da escola.

2.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1.1 O Município de São Gabriel da Cachoeira, AM

A pesquisa foi realizada no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, um dos 62 que formam a maior unidade federativa do país, o estado do Amazonas. É considerado o terceiro maior município do Brasil em extensão territorial, são 112.255 km² correspondentes a 7,8% da área total do Estado, dos quais mais de 80 são terras indígenas demarcadas e regularizadas (ALVES, 2007).

O município está situado a 90 metros acima do nível do mar, à margem esquerdo do Rio Negro, um dos três maiores rios do mundo. Constituindo-se como a última fronteira do noroeste da Amazônia, conhecida na região como “Cabeça do Cachorro”, limita-se ao norte com as Repúblicas da Colômbia e da Venezuela e ao sul com os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Japurá. Em seu vasto território destacam-se os as regiões administrativas de Cucuí, Assunção do Içana, Iauaretê, Maturacá, Pari-Cachoeira, Taracuá, Querarí e São Joaquim. Hoje existem aproximadamente 340 comunidades e 392 sítios espalhados nas calhas de seus rios (ISA,2006).

No Alto Rio Negro existe uma grande riqueza cultural e linguística, sendo faladas atualmente mais de vinte línguas, de quatro grandes famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak, Maku e Ianomâmis. Algumas delas, como Tukano e Baniwa, são usadas por algumas milhares de pessoas. Frequentemente os indígenas das regiões falam várias línguas étnicas, além de português e de espanhol. Algumas etnias, ou partes delas, deixaram de falar suas línguas de origem, adotando outros

idiomas indígenas, como é o caso dos Tarianos e outros grupos no Uaupés, que atualmente são falantes de língua tukana; ou dos tukanos que foram para o médio Rio Negro e adotaram a língua *nheengatu* (Povos Indígenas do Rio Negro, 2006). A figura 1 demonstra a localização do Município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas.

Figura 1- Mapa de localização do Município de SGC, AM



Fonte: Magnus, 2019

Ao longo de sua história, o município recebeu quatro denominações: São Gabriel da Cachoeira (1761), São Gabriel do Rio Negro (1891), São Gabriel e Waupés (1943) e novamente o nome de origem São Gabriel da Cachoeira, em 1966. Foi fundado em 03 de setembro de 1668 com um território de aproximadamente de 109.184,90 km² e a 852 km² de distância da capital do estado (ALVES, 2007).

Em 03.09.1891 pela Lei Estadual nº 10, é criado o município de São Gabriel da Cachoeira, com território desmembrado de Barcelos e com a mesma denominação de São Gabriel. Durante os seus 129 anos de fundação do Município de São Gabriel da Cachoeira estão registradas as presenças de ilustres presidentes do Brasil em épocas distintas de sua existência: Juscelino Kubitschek, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Poucos presidentes pisaram neste solo brasileiro, conhecendo a sua realidade, sentido as dificuldades de seu povo humilde e acolhedor, caminhando junto com sua gente, discutindo seus problemas, ouvindo suas

reivindicações, enfim, navegando por suas águas escalando suas serras sobrevoando seu espaço aéreo.

O primeiro Presidente a visitar esta região do Alto rio Negro foi o Juscelino Kubitschek, fato ocorrido no dia 29 de outubro de 1958 no distrito de Taracuí. Após o pernoite, na manhã de outro dia, seguiu para missão de Tapurucuára, hoje Município de Santa Isabel do Rio Negro. Taracuí e Tapurucuára tiveram o privilégio de serem visitados pessoalmente pelo presidente.

Trinta e dois anos depois a primeira visita de um Presidente da República à região do Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira recebeu, em setembro de 1986, a visita de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa – José Sarney, presidente na época. E a segunda visita ocorreu em 23 de novembro de 1989.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Município de São Gabriel da Cachoeira no dia 23 de agosto de 1996. Na sede da Federação das Organização Indígenas do Rio Negro - FOIRN, durante a visita do Presidente da República, o presidente FOIRN fez entrega de uma carta solicitando a que o governo federal agilizasse os tramites para a demarcação física e homologação das cinco terras indígenas da região. Finalmente, no dia 15 de abril de 1998, durante a VI Assembleia Geral da FOIRN, o Ministro da Justiça entregou o Decreto de homologação das cinco terras indígenas demarcadas, o que foi comemorado pelas lideranças indígenas como uma “vitória histórica”.

O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi o último presidente a visitar o município de São Gabriel da Cachoeira no dia 21 de setembro de 2007, onde lançou a Agenda Social dos Povos Indígenas ou PAC Social Indígena e na ocasião o Lula foi abraçado e aplaudido pela população indígena.

De acordo com estimativa do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), sua população era de 44.816 habitantes e com uma área de 109.184, 896 km² em 2018, fazendo deste o décimo terceiro município mais populoso do estado. Em SGC, nove entre dez habitantes são indígenas, sendo o município com maior predominância de indígenas no Brasil. Em caso inédito na federação brasileira, foram reconhecidas como línguas co-oficiais no município, ao lodo de português, a cooficialização de três línguas indígenas: Nheengatu, Tukano e Baniwa, pela Lei Nº 145/2002 de 11 de dezembro de 2002 e recentemente também a cooficialização da língua lanomâmi pela Lei Nº 0084/2017 de 14 de novembro de 2017, são as línguas tradicionais faladas pela maioria dos habitantes do município dos quais 90% são

indígenas. O acesso à cidade de São Gabriel da Cachoeira é realizado por via aérea e fluvial, através de barcos, lanchas e canoas.

A diversidade étnico-cultural está presente na região, pelo fato de a população ser formada por grupos étnicos, peruanos(as), colombianos(as), venezuelanos, caboclo e nordestinos decorrentes da região de fronteira e da migração de pessoas de outras regiões do Brasil, principalmente por motivos da presença militar da Marinha, Aeronáutica e exército, entre outros.

2.1.2 A Escola Estadual Dom Joao Marchesi

O Colégio Municipal Dom João Marchesi, foi criado por meio da Lei Municipal nº 112, de 27 de janeiro de 1988, fica localizada na Rua Crispiniano da Silva, 169 no Bairro Fortaleza na cidade de São Gabriel da Cachoeira (SGC) no Alto Rio Negro no Estado do Amazonas (AM). O nome da referida instituição é em homenagem ao Bispo coadjutor da Prelazia do Rio Negro.

A escola assinalou uma nova fase de crescimento e extensão da rede de ensino com a participação direta e mais efetiva do Município. Com objetivo de atender à demanda de discentes do Município. Atualmente a escola é denominada de Escola Estadual Dom João Marchesi, realizada de comum acordo com o governo do estado e o Poder Público Municipal. A estrutura pertence ao município e os recursos humanos da SEDUC/AM. A escola continua atendendo a demanda do município das 5 Regiões Administrativas, sendo matriculados discentes de diversos grupos sociais e étnicos.

Porém os discentes não indígenas demonstram facilidade de assimilar as linguagens étnicas e até mesmo as danças culturais, ou seja, a escola é um espaço que pode permitir as trocas de conhecimentos culturais. Atualmente, no ano de 2019, foram matriculados aproximadamente 604 discentes dos três turnos de ensino que são, na sua grande maioria indígenas pertencentes a etnias, Baniwa, Baré, Cubeu, Curipacu, Dessano, Tariano, Tuyuca, Tukano, Pira Tapuya, Wanano, Ianomâmi, além de outros países vizinhos como: Colômbia e Peru.

A escola atende no turno matutino com 07 turmas de 6º a 9º ano do Ensino fundamental II, no turno vespertino com 7 turmas, sendo 01 turma do Fundamental o 9º ano e 06 turmas do Ensino Médio de 1º a 3º ano e o turno noturno com 01 turma do 3º ano do Ensino Regular e 05 turmas finais da Educação de Jovens e Adultos – EJA. São discentes de diversas regiões do país, residentes em diferentes bairros do

município e de situação socioeconômica diversificada. Na Figura 2, demonstra a localização da Escola Estadual Dom João Marchesi no município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas.

Figura 2- Localização da Escola Estadual Dom Joao Marchesi, em SGC



Fonte: Magnus, 2019

Inicialmente, além do ensino de 1º e 2º graus regulares, funcionou também o primeiro curso do 2º grau Técnico em Enfermagem, o qual foi responsável pela formação de vários profissionais da área da saúde. Foi implantado também o Projeto Telemar de Educação – PTE, que consistia na alfabetização digital, tendo como público-alvo crianças e adolescentes matriculados no Ensino Fundamental.

A escola foi a sede do primeiro curso superior ministrado em São Gabriel da Cachoeira, o de Filosofia, através da então Universidade do Amazonas – UA, atualmente a Universidade Federal do Amazonas – UFAM. A escola oferece à sociedade gabrielense e aos demais regiões do país o Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, Ensino Médio 1º e 3º ano e Educação de Jovens e Adultos iniciantes e finalistas, nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo que na escola estadual são lotados 34 professores. A seguir o Quadro 3 demonstra a configuração atual da escola.

Quadro 3 - Descrição da Estrutura física da EEDJM

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Salas de Aulas	07
Sala da direção	01
Sala dos professores com banheiro	01
Secretaria	01
Sala de Educação Especial	01
Laboratório de Informática e biblioteca	01
Cozinha com depósito	01
Banheiros masculino	03
Banheiros feminino	03
Ginásio coberto	01

Fonte: autor da pesquisa, 2019

2.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICAS

Para Bordenave e Pereira (1998), a estratégia pedagógica é um o caminho escolhido ou criado pelo docente para direcionar o discente, pautado numa teorização a ser aplicada na sua prática educativa. Observa-se, então, que as estratégias como as técnicas são recursos que podem conciliar valores nos processos de ensino e aprendizagem e que só terão a dimensão se estiverem ligados aos objetivos pretendidos.

Diante disso, a estratégia pedagógica foi avaliada e construída em conjunto com os docentes e discentes participantes da pesquisa do turno vespertino do Ensino Médio. Para elaboração da estratégia foi realizada uma oficina pedagógica envolvendo a comunidade escolar participante no processo da pesquisa. Para Vieira e Volquind (2002, p.11) a oficina se caracteriza como sendo “um sistema de ensino-aprendizagem que abre novas possibilidades quanto à troca de relações, funções, papéis entre educadores e educandos”. Portanto, aderir às oficinas de ensino pode ser considerado um meio de articular e integrar os saberes:

As oficinas pedagógicas são situações de ensino e aprendizagem por natureza aberta e dinâmica, o que se revela essencial no caso da escola pública – instituição que acolhe indivíduos oriundos dos meios populares, cuja cultura precisa ser valorizada para se entabularem as necessárias

articulações entre os saberes populares e os saberes científicos ensinados na escola (MOITA; ANDRADE, 2006, p. 11).

Essa técnica possui um amplo potencial pedagógico quando usado com sabedoria, o que pode significar uma ótima estratégia para trabalhar determinados assuntos, nesse caso o tema de pesquisa e muito mais se tratando das diversidades culturais dos discentes da escola. Sendo assim, a metodologia a ser aplicada por intermédio da oficina serviu como oportunidade para que os docentes e discentes sejam responsáveis pela construção da ação pedagógica coletiva, que eles sintam como parte integrante desse processo, tendo como base a formação de sujeitos críticos e ativos na realização de sua cidadania. Portanto a oficina pedagógica processar-se-á em três etapas:

Na primeira etapa realizou-se encontro com docentes e discentes em momentos distintos, com propósito de refletir sobre temas primordiais para a fundamentação teórica e metodológica do material didático. No decorrer dos diálogos foram abordados, debatidos e as indicações de temas como: as divergentes concepções de ensino que norteiam as práticas dos docentes relativas à educação ambiental; as escolhas das temáticas ambientais; o saber local como um dos caminhos para uma aprendizagem significativa; proposta de ensino multicultural para o Ensino de Ciências Ambientais. Para esse diálogo foi aplicada como auxílio a fundamentação teórica desta pesquisa.

Na segunda etapa realizou-se um novo encontro com os docentes e discentes para dialogar e refletir sobre as estratégias de ensino que possam contribuir para a aprendizagem significativa de um determinado conhecimento.

Na terceira etapa, a partir dos diálogos realizados, foi analisada e construída a estratégia de ensino participativo que valorize as temáticas ambientais, no contexto multicultural, e que possam ser aplicadas como ferramenta de aprendizagem e de uso didático para os docentes e discentes da escola. A pesquisa foi encaminhada na busca de uma estratégia pedagógica com olhar voltado para o ensino de Educação Ambiental, a começar pela percepção dos docentes e discentes que trabalham e estudam na referida escola investigada. Morin (2002b, p.35) afirma que “a reforma deve se originar dos próprios professores e não do exterior”. Nesse sentido, os docentes do Ensino Médio serão os personagens principais de sua própria prática pedagógica.

Após cumprir todas as etapas de trabalho, a estratégia de prática de ensino elaborada com docentes e discentes foi assegurada em uma turma do Ensino Médio estabelecida de forma aleatória, via sorteio. Que também serviu de reajuste do trabalho de pesquisa.

Portanto, como produto fim deste trabalho de pesquisa foi a produção de um Guia Metodológica sobre a Educação Ambiental em escola multicultural, onde o produto apresentará de forma didática e metodológica a estratégia de ensino construído de forma participativa com os docentes e discentes envolvidos diretamente no trabalho de pesquisa, que posteriormente servirá como um instrumento didático para a referida escola.

2.2.1 Oficina Pedagógica

Para a oficina pedagógica realizou-se uma reunião com os discentes, no ginásio coberto da escola, para o esclarecimento do projeto e orientações sobre a pesquisa, após questionamentos por partes de alguns discentes, solicitou-se a participação e comprometimento efetivos dos mesmos, sendo que o sucesso do projeto que hora estava sendo desenvolvido na escola dependerá também da sua colaboração, mas também da participação dos seus pais, independente ao grupo étnico ou social que pertença e que suas opiniões serão tão importantes como dos demais.

Na sequência foi repassado para discentes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE, para que os pais tenham conhecimento do termo e da atividade a ser desenvolvido, mas também que assinassem permitindo-lhes as suas participações. Para realizar a oficina pedagógica com os discentes marcou-se um momento de diálogo preparatório com as turmas de 1º anos, 2º anos e 3º anos e contou-se também com a participação do Grêmio Estudantil, como será demonstrada na Figura 3 a seguir, o registro da reunião com os discentes no ginásio da escola.

Figura 3- Registro de reunião com discentes para entrega de TCLE



Fonte: Diretora Glória, 2019

O ideal seria que todos os discentes do Ensino Médio do turno vespertino participassem da oficina e do trabalho de pesquisa, porém não foi possível pelo fato de que prejudicaria o andamento das aulas dos docentes, como frequências e atividades avaliativas. Alguns pais não assinaram o termo de autorização pelo fato de que em alguns momentos aconteceria aos sábados, se fosse no período das aulas não teria problema para suas participações. A preocupação dos pais foi compreensível pelo fato de terem cuidados em relação aos problemas sociais existentes e de segurança nos seus retornos. Com a direção da escola e os docentes, foi definido a participação das turmas do EM, sendo 05 (cinco) discentes de cada turma, totalizando 30 (trinta).

Foi decidido em conjunto com gestora escolar o dia da realização da oficina pedagógica, na qual coincidiu com a data de escolha dos livros didáticos, para aproveitar o momento da presença dos docentes do turno matutino e vespertino, na qual foi aceito a proposta.

A educação é o espaço apropriado para se trabalhar na conscientização dos docentes e discentes, envolvendo as temáticas ambientais que podem ser trabalhadas nos três turnos, mas as escolhas responsáveis dos livros didáticos para cada triênio de 2020-2022, serão fundamentais também para o desenvolvimento da prática pedagógica dos docentes.

A oficina pedagógica foi realizada em três momentos distintos: no primeiro foi com os docentes, segundo momento com os discentes e por último foi realizada a aplicação da estratégia do ensino em umas das turmas do EM.

No primeiro momento, a oficina pedagógica com os docentes foi elaborada a partir das dificuldades obtidos nas análises de dados, sendo o norte da oficina as entrevistas, tais como: o conceito de Educação Ambiental, do meio ambiente e multiculturalismo; definição e a diferenciação da interdisciplinaridade e transversalidade; os desafios da prática pedagógica na sala; planejamento escolar e as legislações educacionais.

A interdisciplinaridade significa a interdependência, a interação e comunicação entre campos de saber ou disciplinas, o que possibilita a integração do conhecimento em áreas significativas. Surge como o chamado para que as disciplinas não mudassem seus objetos, mas que houvesse relações mais fortes entre as disciplinas onde os discentes possam interessar temas de acordo com suas realidades, ou seja, existe cooperação e diálogo entre as disciplinas e uma ação coordenada. A interdisciplinaridade é a busca do sentido da vida através da relação entre diversos saberes (ciência exatas, humanas, natureza e linguagens) numa democracia cognitiva. Nesse contexto, nenhum saber é mais importante que o outro, todos são igualmente importantes.

Por outro lado, a transversalidade introduz temas como a cidadania como eixo básico, vão tratar de questões que ultrapassam as áreas convencionais, mas permeiam a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas dessas áreas. Isso exige o comprometimento de toda a comunidade escolar com o trabalho em torno dos grandes temas definidos pelos PCN, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, os quais podem ser particularizados ou especificados a partir do contexto escolar.

A oficina com os docentes teve o início com uma breve apresentação do pesquisador e da pesquisa que estava em andamento, na qual foi apresentada através de slides. Sendo assim, quando foi abordado sobre o conceito da Educação Ambiental, do meio ambiente e do multiculturalismo, realmente os docentes não tinham conhecimento sobre os temas, principalmente da EA era uma novidade. Foi informado aos docentes da existência das legislações que tratam sobre essa questão como: a CF/88, LDB, PCNS, PNEA, Regimento Geral das Escolas estaduais do Amazonas e o próprio Plano de Gestão Escolar da EEDJM, na qual foram

disponibilizados em pdf. A seguir será demonstrada na figura 4 a reunião da oficina pedagógica com os docentes e administrativos do turno vespertino.

Figura 4- Oficina pedagógica com os docentes e administrativos.



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

E quanto à conceituação e a diferenciação da interdisciplinaridade e transversalidade, ficou visível na indagação dos docentes, que eles tinham essa dificuldade de entendimento, na qual foi constatada justamente nas entrevistas. Os docentes relatam que esses tipos de temas não são trabalhados nas formações de docentes e muito menos nas graduações. Em seguida foi abordado sobre os desafios da prática pedagógica na sala e foi utilizado os mesmos critérios do item anterior. Realmente os desafios existem e precisam de soluções, neste contexto os desafios apontados foram ao encontro da falta de articulações e de integração entre as disciplinas, a falta de apoio pedagógico, especificamente a ausência do pedagogo, a falta de materiais pedagógicos, materiais de consumo e a falta de planejamento.

Quando foi abordado sobre o planejamento escolar voltou-se às discussões dos comentários realizados sobre os desafios da prática pedagógica dos docentes e por maioria foi dito que durante o encontro da semana pedagógico a direção escolar e os docentes deveriam se organizar, preparar e ter planejamentos por áreas de conhecimentos e não desperdiçar o tempo com as conversas paralelas.

E por último abordou-se sobre as legislações educacionais, visivelmente os docentes relataram que de fato eles não tem conhecimento de algumas leis

educacionais, alguns reconhecem o desinteresse total dos docentes e que eles só sabem reclamar. Para reverter esse quadro tem que partir de cada docente.

Entretanto a oficina pedagógica com os docentes realizou-se com êxito, sendo notório que eles têm dificuldades no trabalho do dia a dia, as discussões foram bem gratificantes, respeitoso e calorosa em alguns momentos, bem como a necessidade de mudança de atitude e da prática pedagógica, visando o ensino-aprendizagens dos docentes para suas formações e crescimentos para o futuro.

No segundo momento foi a realização da Oficina Pedagógica com os discentes na sala de informática e o propósito foi interagir com os discentes. Para isso foram elaborados assuntos pertinentes à educação ambiental, temas ambientais abordados nas salas, motivação e participação nos eventos, relação com docente, métodos e atividades com temáticas ambientais, materiais e recursos utilizados e relacionar as temáticas ambientais a serem abordadas, e o respeito com o diferente.

Primeiramente realizou-se a apresentação do pesquisador e da pesquisa aos discentes, bem como a importância do trabalho e o sucesso da pesquisa dependerá da participação efetiva dos discentes e dos docentes, bem como da comunidade escolar.

Em relação à Educação Ambiental tratou-se do conceito, a sua importância na escola e para a sociedade. Quando perguntados sobre a temática a maioria dos discente informaram que não sabiam sobre isso e nem os docentes comentavam nas salas de aulas, mas que o tema era interessante; Quanto da abordagem de temáticas ambientais os discentes listaram a semana do meio ambiente e dia da árvore, como temas que acontecem anualmente na escola; sobre a motivação e participação nos eventos, informaram que na maioria das vezes sentem excluídos pelos docentes e sempre os mesmos participam, que deveriam da oportunidade para todos; a relação com os docentes depende muitas vezes, segundo os discentes, da aproximação do docente e de suas atitudes na sala. A seguir será demonstrado na figura 5, o registro da oficina pedagógica com os discentes participantes da pesquisa na qual foi apresentada na sala de informática, através de slides.

Figura 5- Oficina Pedagógica com os discentes do turno vespertino



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Em relação aos métodos e atividades ambientais desenvolvidas por docentes, segundo os discentes ficam na mesmice e que as atividades poderiam ser mais atrativo na sala com atividades e temas de seus conhecimentos e fora da escola, ou seja, uma atividade extraclasse como visitas a visita ao Lixão, a Linha do Equador, Morro da Boa Esperança e a Caverna, Morro da Fortaleza, ilha da Adana e Buburi, ICMBio, IBAMA, ISA, 2º Brigada de Infantaria de Selva, Caminhada Ecológica na cidade, isto é, atividades atrativas na concepção dos discentes; no item sobre os materiais e recursos, relatam que a escola e os docente utiliza somente o livro e gostariam também utilizar os materiais de consumo (lápiz, lápis de cor, borracha, papel almaço e ofício) e a escola não disponibiliza notebook, Datashow, internet na sala de informática, temas importantes para seus aprendizado;

Na oficina, os discentes listaram os temas ambientais que gostariam que fossem abordadas nas salas como: manejo sustentável, poluição de igarapés e rios, lixão da cidade, o lixo, fossas residenciais, mudanças climáticas, faltas de lixeiras, tratamento de água para a população da cidade, globalização, tradição e identidade cultural; quanto ao respeito ao diferente, os discentes na sua maioria relatam a não existência de respeito entre eles, neste contexto é preciso conscientizar os discentes.

Sendo assim, a oficina pedagógica com os discentes foi realizada com êxito, apesar das dificuldades. Os resultados foram muito satisfatórios e muito mais foi ouvi-

los os seus anseios, são coisas que não acontecem muito no cotidiano escolar. Os dados coletados e as informações dos discentes foram fundamentais para a concretização do produto final.

Na terceira etapa, após a realização de Oficina Pedagógica com os docentes e discente, a partir dos diálogos realizados, foram analisadas e construídas, as estratégias de ensino participativo que valorize as temáticas ambientais, no contexto multicultural, e que possam ser aplicadas como ferramenta de aprendizagem e de uso didático na escola. A pesquisa foi encaminhada na busca de uma estratégia pedagógica com olhar voltado para o ensino de EA, a começar pela percepção dos docentes e discentes que frequentam a referida escola investigada.

Segundo Morin (2002b, p.35), afirma que “a reforma deve se originar dos próprios docentes e não do exterior”. Nesse sentido, os docentes foram os personagens principais de sua própria prática pedagógica e decidiu-se a participação de docentes de cada área de conhecimento para construção de plano de ação e a atividade escolhida foi “A caminhada ecológica”.

Após a realização das oficinas com docentes e discentes, foi concretizada a elaboração, com os docentes de cada área de conhecimento, o de plano de ação participativo, bem como as definições de objetivos, as estratégias de ensino a serem utilizadas e de atividades a serem executadas e observadas na caminhada pelos discentes. Foram preparados cuidadosamente para que os discentes pudessem participar de forma efetiva, seja ela atividade a ser executada internamente e externamente. A participação dos docentes e discentes durante a oficina foi de suma importância para a montagem de estratégias e para a execução da atividade, apesar da existência das dificuldades foi elaborado com êxito.

A maioria dos docentes e discentes, optaram pela atividade extraclasse, pois, chamaria atenção e o interesse pela participação dos discentes, uma vez que a escola dificilmente promove atividades extraclasse com temáticas ambientais, a não ser nas datas específicas. Ao decorrer da elaboração do plano foi lembrado a importância e o cuidado na escolha de livros didáticos para que os conteúdos programáticos tenham as temáticas ambientais para proporcionar a realização de atividades com discentes.

Na maioria das vezes os docentes não atentam para os conteúdos com as temáticas ambientais é notório a existência de problemas ambientais no município, como: poluição de igarapés, o lixão da cidade, lixos nas ruas, na Orla da Praia e na redondeza, falta de tratamento da água e esgoto. É preciso conscientizar os discentes,

a partir da Caminhada Ecológica, da gravidade que os problemas ambientais podem trazer para geração futura se não cuidarmos delas, bem como no ambiente escolar.

Após cumprir todas as etapas de trabalho, a estratégia de ensino elaborada será assegurada em uma turma do Ensino Médio estabelecida de forma aleatória. Que também servirá de reajuste do trabalho de pesquisa.

2.2.2 A Caminhada Ecológica.

O desenvolvimento do plano de ação da atividade intitulado “ Caminhada Ecológica”, contou com a colaboração e participação de docente de cada área de conhecimento como das áreas de Matemática, Biologia, Espanhol, Geografia e História e discentes participantes da pesquisa, na ocasião o plano de ação foi elaborado na sala de informática no turno vespertino. Essa atividade foi desenvolvida em três momentos, conforme consta no plano de ação em anexo F.

No primeiro momento realizou-se a elaboração de plano de ação na sala de informática com os docentes, posteriormente também com os discentes e em seguida a emissão de comunicado pela direção escolar, solicitando a autorização aos pais ou responsáveis para participação dos discente na execução da atividade da Caminhada Ecológica, na qual o pedido de autorização foi atendido de forma imediato, e que foi realizada em um sábado letivo.

Foram autorizados pelos pais ou responsáveis para participarem da atividade os 30 (trinta) alunos, porém apenas 26 (vinte e seis) discentes de diversas etnias do turno vespertino participaram efetivamente, sendo 08 barés, 07 tukanos, 03 baniwas, 02 tarianos, 01 curipaco, 01 tuyuca, 01 desano, 01 colombiano, 01 wanano e 01 cubeo, para a realização desta ação, sendo que os 11 (onze) dos 3º anos, os 09 (nove) dos 2º anos e 06 (seis) dos 1º anos, totalizando 26 (vinte e seis) discentes do Ensino Médio. Os demais discentes não poderão estar presentes nessa atividade pelo fato de que a caminhada foi realizada no sábado, mas participaram das demais atividades da pesquisa, como será demonstrada na figura 6 abaixo.

Figura 6- Registro de reunião para Caminhada Ecológica



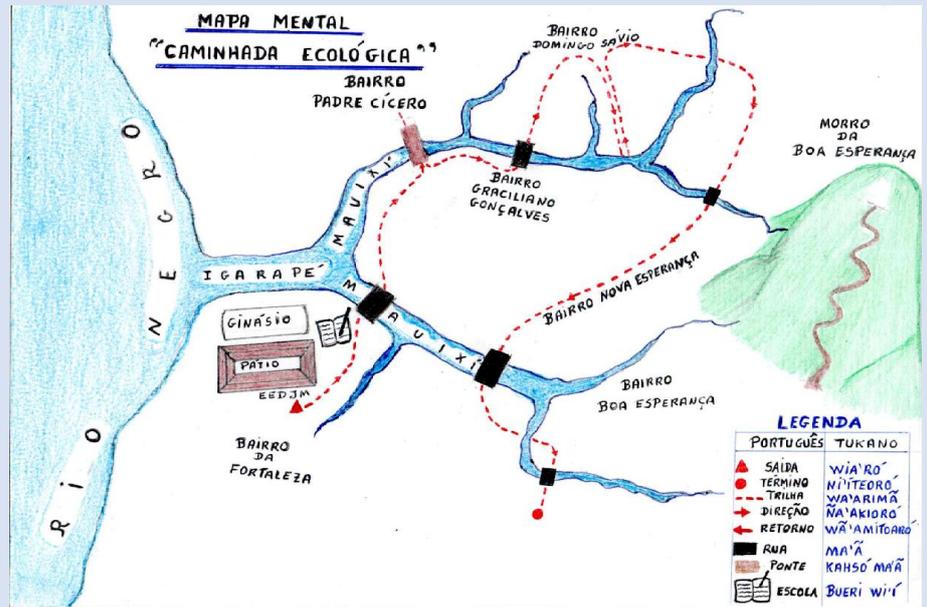
Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Assim sendo, a reunião se procedeu na sala de informática da escola, após o intervalo da merenda, foi repassada aos discentes o propósito da atividade a ser desenvolvida e os objetivos a serem alcançados, e que a atividade seria desenvolvida aos sábados letivos, de acordo com o cronograma.

Em seguida foi discutido e analisado com cuidado, pelos discentes, o trajeto a ser percorrido nos bairros da cidade e a elaboração de um mapa mental para a atividade da Caminhada Ecológica, bem como a inclusão no roteiro sobre as questões que envolvem o meio ambiente a serem observadas e visitadas nos bairros. O roteiro do percurso da caminhada foi realizado com sucesso pelos discentes pelo fato de que eles residiam nesses respectivos bairros da cidade a ser percorrido.

Em seguida realizou-se um breve comentário sobre a caminhada pelos docentes sobre os temas relacionados ao meio ambiente, sustentabilidade, ecossistema, preservação, paisagem, recursos hídricos, reciclagem, lixo, conscientização e a relação do homem com a natureza, tudo sobre as temáticas relacionadas com a ação a ser realizada na caminhada. Na figura 7, há registro da elaboração do mapa mental da caminhada ecológica, bem como consta no anexo C.

Figura 7- Registro de mapa mental da caminhada ecológica.



Fonte: discente Osmar, 2019

No segundo momento foi de pôr em prática a atividade de plano de ação e do trajeto a ser percorrido pelos discentes e docentes nos bairros da cidade.

A caminhada ecológica é de fundamental importância para a escola e principalmente para abordar as questões relativas ao meio ambiente e as consequências das atividades humanas para sua degradação. Essa atividade a ser desenvolvida teve como objetivo promover a socialização e a conscientização da preservação ambiental dos discentes.

O local de concentração para a Caminhada Ecológica dos docentes e discentes foi em frente à Escola Estadual Dom João Marchesi. Ao decorrer da caminhada foi realizada a primeira parada na ponte do Igarapé Mauixi, onde cada discente tiveram a oportunidade de observar os contrastes de paisagens, e realizar registros de imagens com seus celulares para posterior comentário que foi realizado durante o momento de discussão na sala de aula. Na oportunidade percebeu-se que igarapé ainda está sendo transitável pelos moradores, apesar de grandes acúmulos de resíduos sólidos ali encontrados, de canos de esgotos residenciais sendo despejados no igarapé, bem como óleos de lava jatos e usina elétrica da empresa prestadora de serviço ao município. A seguir será demonstrado figura 8, o registro de contraste de paisagem no Igarapé Mauixi, antes e depois da ponte.

Figura 8- Registros de contraste de paisagens do igarapé Mauixí,



Fonte: discente Juliane, 2019

Após a primeira parada, deu-se a continuidade da caminhada nos bairros da cidade, sendo realizada a segunda parada na ponte que faz ligação entre os bairros do Graciliano Gonçalves e Padre Cícero. Nas duas paradas os discentes realizaram os registros com seus celulares e perceberam a grande quantidade de resíduos sólidos, canos esgotos de residências novamente sendo despejadas para o igarapé, também a existências de peixes e algumas aves como a Garça, Maçaricos, entre outros. Os moradores dos bairros continuam a transitar com suas canoas nesse igarapé, bem como as modificações de paisagens ao redor do igarapé decorrente da ação humana.

Apesar dos problemas ambientais, percebeu-se ainda a presença de vida. No curto espaço da caminhada alguns discentes perceberam e comentaram sobre a ausência de lixeiras em vias públicas e com isso alguns acúmulos de lixos foram observados. Os discentes notaram que os munícipes que transitam nessa ponte todos os dias não ligam para esses problemas, é como se fosse algo normal e não existe nenhuma preocupação com o meio ambiente. Como será demonstrado na figura 9 a seguir os registros de problemas ambientais da segunda parada.

Figura 9- Registro da ponte e os problemas ambientais no Igarapé Mauixí



Fonte: discente Clara, 2019

Em seguida, caminhamos para o Bairro Graciliano Gonçalves e foi realizado a terceira parada em frente o boieiro e foi encontrado mais lixos e percebemos que a tubulação, tanto da primeira parada, era inadequada para grandeza do igarapé e a passagem está sendo obstruído pelo lixo a muito anos como relata a moradora antiga do bairro. Segundo ela no passado, não muito distante, o igarapé era utilizado como balneário e na atualidade só vem acumulando problemas para os moradores próximos ao igarapé, porque a tubulação não consegue sugar água da chuva, formando poço, alagamentos de casas, provocando o mal-estar, o prejuízo e proliferação de doenças aos moradores dos bairros. A formação de poços durante horas de chuva, não somente traz prejuízos e doenças aos moradores, como também modifica totalmente a sua paisagem.

Nessa parada foi também observada e constatadas pelos discente a não existência de fossas residenciais em sua maioria, como observada na primeira e na segunda parada, pois os esgotos residenciais também são despejados no igarapé e os resíduos sólidos são também despejados pelos próprios moradores que ali residem.

Em seguida paramos em uma padaria do bairro Graciliano, para o compartilhamento de um pequeno lanche. A seguir será demonstrado na figura 10, o registro do boieiro do bairro Graciliano Gonçalves na terceira parada e o lanche.

Figura 10- Registro da imagem do boieiro do Bairro Graciliano.



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

No bairro Domingo Sávio foi constatado o que a moradora do Graciliano Gonçalves havia relatado, que no quintal das casas ficavam empossados de águas. Durante o percurso final chegamos à nascente que fica no bairro Alberto Barbosa e nessa nascente existem peixes de pequenos portes com piaba, Acará, caranguejos, pássaros, como rouxinol, já muito raro e difícil, por estar localizado na cidade e vários outros animais, parece que nesses ecossistemas a presença de vida está visivelmente presente, apesar de danos ambientais causados por atividade humano.

Na ponte que faz a ligação com a Boa Esperança e a Nova Esperança os mesmos problemas continuam sendo constatados. Segundo o morador, o igarapé serviu no passado como pequeno paraná, ou seja, o igarapé era transitável como solução para não enfrentar a cachoeira da cidade. A nascente fica no morro da Boa Esperança e serve como fonte de água e de lugar de banho para os moradores do bairro. A caminhada foi finalizada próximo ao Banco do Banco no Bairro da Boa Esperança no subafluente do igarapé Mauixí, sendo registrados os mesmos problemas observados durante a caminhada.

No terceiro momento da Caminhada Ecológica ocorreu na escola foi o momento de analisar os resultados observados pelos discentes, de compartilhamento, socialização de informaçoes, de imagens registradas na caminhada e momento de reflexão com o grupo participante da pesquisa e os docentes, na qual os docentes

solicitaram relatórios dessa atividade. Para os discentes, era o momento de expressar suas opiniões e a forma de pensar das realidades como percebem e convivem independente do grupo social ou étnico que pertença.

Para com os discentes, a atividade teve como o propósito a realização de observações da situação atual do meio ambiente, ecossistemas e dos recursos naturais existentes nos bairros visitados, uma parte fica próximo a escola e nos trajetos que eles transitam diariamente na ida e no retorno. Sendo assim, muitos discentes, como a população, não percebem a quantidade de acúmulo de resíduos sólidos e os fatores que poluem os igarapés, eles não se importam com a existência desses problemas ambientais.

Em relação ao plano de ação, os objetivos foram alcançados, ficou evidente que na medida que os discentes compreenderam da importância de preservar e conservar o meio ambiente na cidade, mas também no meio escolar, ficou claro a falta de trabalho de conscientização e a prática pedagógica sobre a EA, onde cada docente de diversas áreas de conhecimento tiveram a oportunidade de expressar e o mais marcante foi nas falas dos docentes de matemática BG:

“Se nós não preocuparmos com a preservação e conservação com nosso meio ambiente e mudar as atitudes, nós vamos acabar matando o que resta é melhor consertar os problemas agora do que deixar isso acontecer. Digo mais, o que acontece no ambiente do meio escolar é o reflexo da sociedade, se nós não cuidamos do meio ambiente onde convivemos, também não vamos cuidar das nossas carteiras, das paredes das salas de aulas, dos resíduos sólidos produzidos na escolar, dos banheiros etc., isso é o reflexo do que acontece lá fora da escola e vem para as salas de aulas. Nós estamos mais preocupados com os desastres ambientais de outras cidades, de outras regiões do país e do mundo, acabamos esquecendo de nossa cidade. Gente, vamos cuidar primeiramente da nossa cidade, das nossas belas paisagens naturais, dos recursos naturais existentes e na conscientização da nossa população. Vocês alunos podem fazer a diferença e são os futuros de amanhã ”

Outro fator relevante foi o modo como os saberes sobre a natureza são compartilhados por esses discentes e a população, visto que dentro da mitologia, os indígenas passam aos seus descendentes o cuidado que se deve ter em não degradar o meio ambiente, respeitando seu tempo e seus ciclos.

Portanto, percebeu-se durante as reflexões e discussões entre docentes e discentes, a partir da caminhada ecológica, a necessidade e da importância de ter na escola ensino da Educação Ambiental, de forma interdisciplinar, como auxiliar na formação de cidadão crítico, capazes de atuarem sobre a realidade, tornando-a menos agressiva para o meio ambiente ou meio escolar. Porém, nas últimas décadas

em SGC, a convivência entre o Homem-Natureza não é feita de modo harmonioso, uma vez que o ser humano procura conviver com os problemas ambientais de forma natural, dando indícios de falta de consciência ambiental e da responsabilidade que deve ter cada pessoa indígena e não indígena com o meio ambiente.

Sendo assim, é preciso que a escola abra esse espaço de integração entre as diversidades culturais para que haja esse momento de expressão, de contato e troca de experiências com outras turmas, o momento de respeito entre eles e de valorização de identidade cultural, mas também as realizações de atividades extraclasse planejadas onde os discentes possam participar ativamente.

O trabalho de apresentação sobre a “Caminhada Ecológica” foi assegurado, via sorteio, e em uma das seis turmas do Ensino Médio a turma do 1º ano 2 foi a contemplada, onde os docentes e discentes participantes da atividade da caminhada estiveram presentes. Mediante o sorteio os discentes prepararam o mural com as imagens registradas para ser apresentada à turma sorteada e os docentes de diferentes áreas de conhecimento prepararam via sistema mídia o roteiro da prática pedagógica a ser executada.

Na disciplina de História a docente abordou sobre a relação do Homem-natureza e sociedade, da população local, bem como os seus aspectos históricos culturais e naturais, contextualizando os fatos históricos do passado com o presente. O docente de Espanhol relacionou a linguagem para a promoção da conscientização em diferentes momentos da história. Em Geografia o docente buscou abordar a importância do conhecimento do tempo e do espaço geográfico local, em diferentes momentos da história. E por último o docente da área exata demonstrou, durante a prática, a importância de trabalhar as temáticas ambientais nas salas de aula em matemática, quando planejada com antecedência de forma integrada entre as disciplinas. O docente da área exata comprova que é possível sim as disciplinas trabalharem as atividades com os temas ambientais de forma integrada, basta o planejamento e a vontade por parte dos docentes para que as coisas possam ser colocadas em prática. A seguir a figura 11 demonstra a confecção do mural pelos discentes do Ensino Médio do 2º ano 2 para a prática pedagógica dos docentes que será realizada na turma do 1º ano 2.

Figura 11 - Confecção de mural pelos discentes da turma do 1º ano 2.



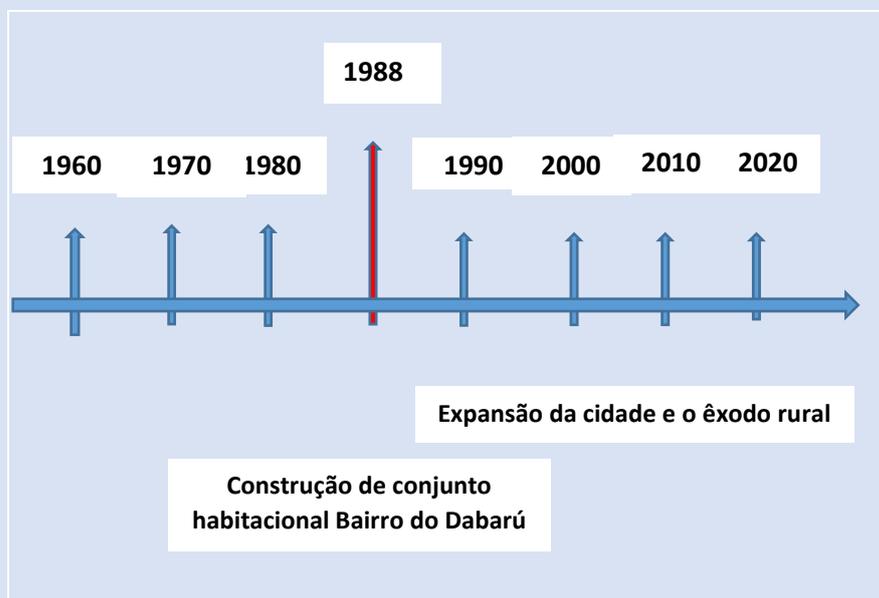
Fonte: Organizado pelo autor, 2019

O docente BG, da área Exatas, relatou como eram os igarapés no passado e como se encontram na atualidade. Durante as suas falas o docente apresentou o marco inicial, confirmado pelos alguns moradores e funcionários públicos aposentados da Prefeitura municipal de SGC, sobre as poluições dos igarapés. Segundo os relatos tudo teve início com a aberturas de ruas para a construção de casas habitacionais do antigo conjunto do Bairro do Dabarú, em decorrência disso, alguns boieiros são daquele período, mediante fato ocorreu o êxodo rural, a cidade cresceu e continua crescendo de forma desorganizada e sem infraestrutura, contribuindo para os surgimentos de novos problemas ambientais.

Foi abordado também junto aos discentes sobre o lixo da cidade, relatando que os indígenas tratam de forma muito natural, eles jogam no rio ou em qualquer lugar, não é da cultura indígena armazenar lixos. A relação do lixo nas comunidades é muito diferente da cidade. Antes do contato com o mundo europeu os indígenas consumiam os alimentos provenientes da natureza e ela incorporava o lixo de forma natural. A casca de banana e de abacaxi quando jogado na natureza, por exemplo, vai decompor rapidamente se tornando adubo, é muito diferente dos lixos artificiais, como os plásticos ou os metais, quando jogados na natureza vai ter uma mudança significativa e ela não via decompor rapidamente vai levar alguns anos ou séculos anos. Portanto essa prática é prejudicial à natureza.

A atividade prática, na turma 1º ano 2, foi demonstrada através de slides, com o docente da área de exatas, humanas, ciências da natureza e da linguagem. O docente de exata e os demais apresentaram os resultados de acordo com análises de cada área sobre a caminhada ecológica, bem como as imagens registradas pelos discentes durante o trajeto percorrido. O da área Exatas, como uns dos moradores antigos do bairro e docente da referida escola, elaborou um gráfico sobre o início da evolução crescente dos problemas ambientais na cidade de São Gabriel da Cachoeira, como foi demonstrado na figura 12 a seguir.

Figura 12- Gráfico inicial dos problemas ambientais em SGC



Fonte: Galberto, 2019

Portanto, a atividade extraclasse intitulada de “Caminhada Ecológica”, desenvolvida na EEDJ, contou com a participação dos discentes de diversas turmas e de alguns docentes do EM do turno vespertino, na qual nos permitiu a realização de uma reflexão e análise profunda com os docentes da possibilidade concreta para trabalhar com a prática pedagógica interdisciplinar sobre as temáticas ambientais nas salas de aulas. Fato esse alcançado somente através de um planejamento integrado realizada com antecedência com os docentes/discentes, tendo o conhecimento prévio por parte da gestora escolar e as atividades da prática realizadas por docentes de diferentes áreas de conhecimento na sala de aula na turma 1º ano 2 do Ensino Médio foram atraentes, participativas e claras. Sendo assim, o docente tem que reformular as suas práticas pedagógicas do cotidiano escolar visando o ensino-aprendizagem do

discente, bem como a inserção de temáticas ambientais nas escolhas de conteúdo programáticos de cada área de conhecimento, assim permitindo o ensino de Ciências Ambientais na escola Marchesi.

A pesquisa de campo apoiou-se na pesquisa etnográfica a qual permite uma proximidade da realidade e do ambiente escolar, a partir de registros dos elementos que se presumem relevantes para serem analisadas. Para Lakatos (2005, p. 11), “ a pesquisa do tipo etnográfico consiste no levantamento dos dados possíveis sobre a sociedade em geral e na descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos”. Nesse contexto sobre a diversidade cultural dos docentes e discentes do Ensino Médio em relação aos grupos sociais e étnicos que pertencem, bem como os documentos escolares disponíveis.

O trabalho de coleta de dados foi feito por meio de pesquisa teórica bibliográfica e serviu de base de sustentação e de orientação para o processo investigativo. De acordo com Minayo (1994, p.19), “a teoria é um conhecimento que nos serve no processo de investigação como um sistema organizado de proposições, que orientam a obtenção de dados e a análises dos mesmos, e de conceitos, que veiculam seus sentidos”.

Para a realização deste estudo, foram utilizadas análises documental, observação e entrevistas com os docentes do Ensino Médio do turno vespertino da Escola Estadual Dom João Marchesi, conforme especificado a seguir.

2.2.3 A Análise Documental

A técnica de análise documental foi de suma importância na obtenção de acesso aos documentos escolares que caracterizavam o objeto investigado. Triviños (2008) nos diz que a análise documental é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, plano de estudo, requisitos de ingresso, livros-texto etc.

Sendo assim utilizou-se para a análise documental o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas-CEE/AM, Projeto Político Pedagógico-PPP, Plano de Gestão Escolar, Plano de Ensino e Plano de Aula dos docentes do ensino médio da EEDJM, objetivando coletar informações explícitas e implícitas, pertinentes à

prática pedagógica referentes às questões ambientais e no contexto multicultural, visando à formação cidadã. A análise deles possibilitou um olhar crítico sobre os dados coletados, auxiliando para a discussão dos resultados alcançados no decorrer da investigação.

Entre os 12 (doze) docentes envolvidos na pesquisa apenas 9 (nove) planos haviam sido entregue à direção da escola dentro do prazo estabelecido durante o planejamento da semana pedagógica escolar e 3 (três) docentes, mesmo após a cobrança realizada pela gestora escolar até o presente momento da pesquisa de campo eles não haviam sido entregues. A gestora escolar ou a coordenação pedagógica na maioria das vezes não exigem um plano de aula com o detalhamento das atividades, mas alguns docentes possuem planos nos seus cadernos de acordo com os conteúdos específicos. Nas análises de dois planos foi possível verificar como estavam sendo contemplados as questões relativas às temáticas ambientais. Talvez seja um dos diagnósticos que esteja acontecendo em várias escolas.

Os dados coletados durante a análise documental possibilitaram a comparação das informações obtidas durante as observações nas salas de aulas e nas entrevistas realizadas com os docentes.

2.2.4 Observações

Neste estudo de pesquisa de campo realizado na escola, a técnica utilizada foi a observação direta como um dos instrumentos de coleta de dados. Segundo Lakatos (2005, p. 190-191), “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

Sendo assim, a pesquisa de campo gerou ricas oportunidades para observações diretas sobre comportamentos dos discentes e sobre as práticas pedagógicas dos docentes, em relação às questões ambientais.

Em conformidade com Yin (2001), as provas observacionais são úteis para fornecer informações adicionais sobre o objeto de estudo, onde na observação direta estão incluídas observações de reuniões, locais de encontro, fotografias do local de estudo e outras atividades semelhantes. Nessa situação foram praticadas observações nas salas de aulas e no ambiente escolar com o propósito de identificar através de ações, registros, gravuras e imagens, bem como a importância que o docente atribui a práticas pedagógicas sobre temas relacionados às questões ambientais na escola multicultural.

Tratou-se de uma observação não participativa realizada em sala de aula, local de realização das atividades desenvolvidas pelos docentes. A observação da prática pedagógica com docentes realizadas nas salas de aulas com, foi orientada pelos seguintes critérios: quais eram as temáticas ambientais que eram abordadas com frequências nas salas de aulas; como eram abordadas as questões ambientais nos conteúdos específicos das diferentes áreas de conhecimentos do currículo escolar; se os planos de curso e de aulas dos docentes contemplavam as temáticas ambientais e de que modo; quais materiais e recursos didáticos eram utilizados pelos docentes; as dificuldades do docente no ato de ensinar; a relação do professor com os discentes; e o espaço físico da escola e as salas de aulas.

A observação contou com roteiro (Apêndice C) tendo como propósito principal nortear a identificação da prática pedagógica dos docentes, a fim de verificar como ocorria o desenvolvimento dos conteúdos abordados em sala de aula, de que maneira surgia a articulação ou não da questão ambiental, local, regional ou mundial, com as disciplinas do currículo escolar e identificar quais os recursos didático-pedagógicos foram utilizados para os desenvolvimentos dos conteúdos.

2.2.5 Entrevista Semiestruturada

Neste estudo o último instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. Essa técnica de coleta de dados pode ser realizada de três formas dependendo do nível de diretividade que o pesquisador pretende seguir – grau de liberdade do entrevistado na abordagem da temática em questão. Fraser e Gondim (2004) mencionam que a entrevista, ao dar voz aos atores sociais, possibilita compreender a realidade que se torna acessível por meio de discursos.

O objetivo da pesquisa semiestruturada, por intermédio de análise de discurso, foi para conhecer as concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas no Ensino Médio a partir da percepção de docentes, sendo acompanhado de um roteiro prévio. A entrevista com membros participantes da pesquisa contribuiu para a construção de uma estratégia pedagógica interdisciplinar para o Ensino de Ciências Ambientais.

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista.

O que realmente importa, no diálogo interdisciplinar, aquilo que não somente é desejável, mas também indispensável, é que a autonomia de cada disciplina seja assegurada como uma condição fundamental da harmonia de suas relações com as demais. Onde não há interdependência disciplinar, não pode haver interdependência na disciplina (JAPIASSU, 1976, p.12).

Neste estudo realizou-se entrevista com 12 (doze) docentes, de diversas etnias, de diversas áreas de conhecimento do ensino médio do turno vespertino e mais de 30 (trinta) discentes também do EM, com suas diversidades étnicas e culturais, buscou-se conhecer suas concepções sobre a educação ambiental na escola multicultural, acerca da construção do conhecimento, visto que os pensamentos podem estar direcionados ao seu fazer pedagógico é orientado na escolha das estratégias didáticas.

A objetivo da entrevista foi para compreender a prática pedagógica dos docentes a partir de suas concepções, além de concepção de educação ambiental e como ela está sendo abordada nas salas de aulas pelo regente titular das disciplinas de diversas áreas de conhecimentos.

As entrevistas foram ancoradas em um roteiro (Apêndice B) que trouxe quatro eixos norteadores como: saber local, práticas pedagógicas, estratégias de ensino e concepções de ensino, que serão descritos no tópico instrumentos de pesquisa.

2.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Na Escola Estadual Dom João Marchesi matriculam-se discentes de diversas etnias e de diversas localidades do município e da região brasileira. Sendo assim, é notória a presença dos discentes indígenas e não indígenas na escola. Ao primeiro olhar percebe-se linguagens, costumes e comportamentos diferenciados, uns mais

ativos e outros reservados. A figura 13 demonstra o registro da Escola Estadual Dom João Marchesi no município de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas.

Figura 13- Registro da imagem da Escola universo da pesquisa.

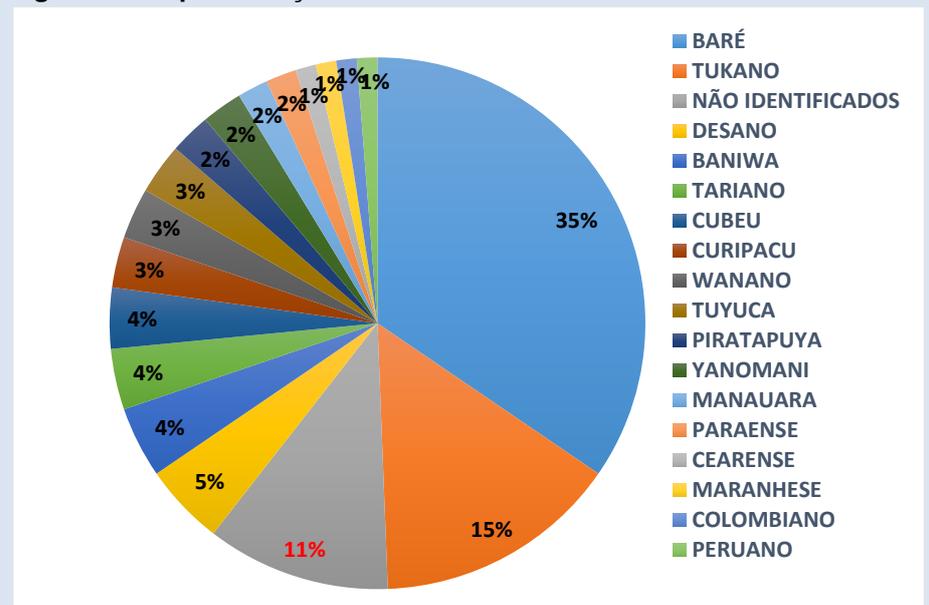


Fontes: Organizado pelo autor, 2019

Nas realizações de eventos escolares a participação dos discentes de diversas etnias, na sua maioria foi bem restrita, pela dificuldade de comunicação ou pela timidez, estando relacionada diretamente por falta de motivação dos docentes, mas a minoria participou e os discentes não indígenas participaram ativamente dos eventos culturais e das atividades relacionadas a questões ambientais. Os docentes precisam motivá-los a participarem dos eventos com frequência, pois os discentes de diversos grupos étnicos, necessita de compreensão, paciência e incentivo para que eles possam corresponder às expectativas.

Porém os discentes não indígenas demonstraram facilidade de assimilar as linguagens étnicas e até mesmo as danças culturais, ou seja, a escola é um espaço que pode permitir as trocas de conhecimentos culturais. Atualmente foram matriculados aproximadamente 604 discentes que são, na sua grande maioria indígenas pertencentes a etnias, Baniwa, Baré, Cubeu, Curipacu, Desano, Tariano, Tuyuka, Tukano, Piratapuia, Wanano, Ianomâmis, além de outros países vizinhos como: Colômbia e Peru etc., discentes de diversas regiões do país, residentes em diferentes bairros do município e de situação socioeconômica diversificadas, como será demonstrada na Figura 14, abaixo a seguir.

Figura 14- Representação sociocultural dos discentes do EM

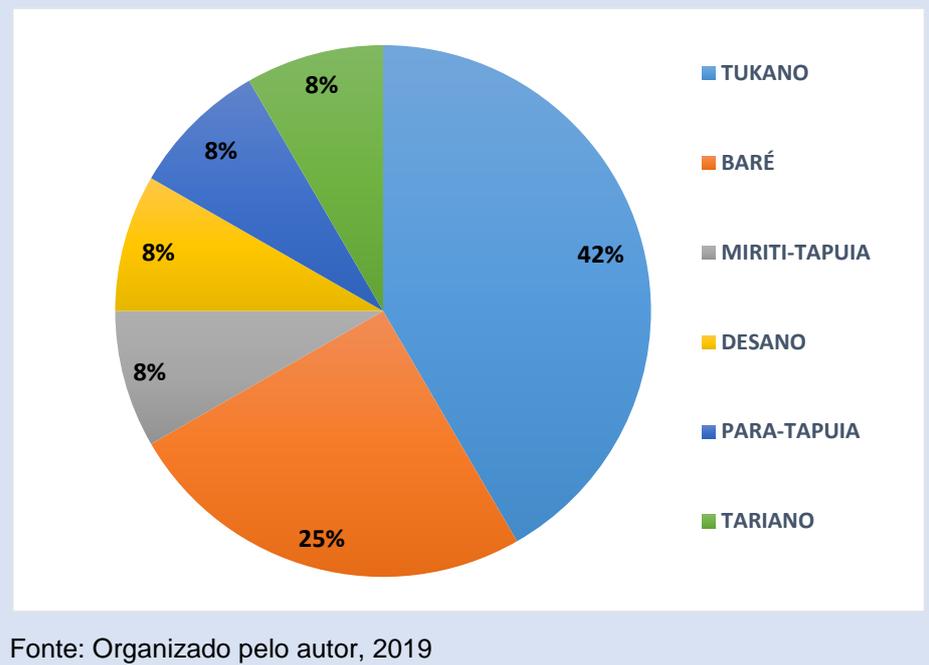


Fonte: autor, 2019

Os docentes, especificamente os 12 (doze) que lecionam no Ensino Médio do turno vespertino da Escola Estadual Dom João Marchesi, todos são indígenas, oriundos de diversas etnias como: Tukano, Baré, Tariano, Desano, Pira-Tapuia e Miriti-Tapuia. Dentro do ambiente do trabalho os docentes procuram manter um relacionamento de profissionalismo, com respeito às diferenças individuais e éticas, buscando-se manter na escola um espaço de convivência fraterna e solidária.

Reconhecer a composição étnica da comunidade escolar do Marchesi, foi necessária, pois 80% dos discentes, docentes e administrativos são pertencentes a 23 povos indígenas que habitam na região que são reconhecidas pela Federação das Organizações Indígena do Rio Negro em de São Gabriel da cachoeira, conhecida como o município mais indígena do Brasil, e 20 % dos discentes que se matriculam neste instituição de ensino são procedentes de outras regiões do Brasil ou de países vizinhos como Colômbia, Peru e Venezuela. Na figura 15 a seguir demonstra a representação sociocultural dos docentes do EM do turno vespertino da EEDJM.

Figura 15- Representação sociocultural dos docentes do EM



Percebe-se que a totalidade dos docentes são indígenas e destes, quase metade pertencem à etnia Tukano. Portanto, trabalhar o contexto multicultural teve como propósito preparar o discente para desenvolver uma visão globalizada, crítica e construtiva, considerando a pluralidade cultural, a ética, a política e a economia no desempenho de sua cidadania, como preconiza a educação ambiental. Como tema interdisciplinar e transversal, ela pode ser inserida em todas as disciplinas, pois o aprendizado está fundamentado na interdisciplinaridade, alinhada aos princípios da educação defendida por Morin (2006, p. 39):

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida de despertar.

Nesse sentido, a escola precisa conscientizar para que todos os discentes, independentemente de ser indígena ou não indígena, tem que respeitar as particularidades culturais, suas diferenças culturais são necessárias para o crescimento humano e precisam ser valorizadas não somente pelo discente, mas também pelo docente.

Bagno (2007), considera que em toda a vida, o ser humano passa por um processo de aprendizado por meio de ligações com outros indivíduos havendo, assim,

uma troca cultural que contribui para sua evolução. Dessa maneira, o homem está aberto para a troca de experiências, sendo que cada vez que amplia o seu potencial de se relacionar, aperfeiçoa o seu vocabulário e sua capacidade de gerar imagens e desenvolver sons.

A escolha de sujeitos consistiu na aceitação para sua participação na pesquisa de forma voluntária com as atividades a serem realizadas dentro do ambiente do espaço escolar, independentemente da idade, sexualidade, etnia, gênero e religião.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os docentes e discentes dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio do turno vespertino da EEDJM do município de São Gabriel da Cachoeira, AM. A tabela 1 demonstra a diversidade social e étnica dos discentes das turmas do Ensino Médio.

Tabela 1 - Diversidade social e étnica dos discentes do Ensino Médio

Alunos	1º Ano	2º Ano	3ºAno
Alunos indígenas	49	45	44
Alunos não indígenas	2	3	-
Alunos estrangeiros	1	1	1
Alunos sem identificação étnica	8	10	6
Total	60	59	51

Fonte: organizado pelo autor, 2019

A participação dos discentes envolvidos na pesquisa ocorreu logo após o conhecimento do projeto e a autorização prévia dos pais ou responsável legal, em caso de menor, concordando com a participação deste em caráter voluntário. Os discentes escolhidos para a pesquisa foram do turno vespertino sendo: 10 sujeitos de cada turma do 1º, 2º e 3º anos, no total de 30 discentes e 12 docentes, totalizando 42, ou seja, 05 discentes por turma.

2.4 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Como instrumentos na pesquisa de campo foram utilizados: documento institucional, observações, questionários e entrevistas. Ao longo da pesquisa foram empregados instrumentos em três momentos distintos, conforme será relatado a seguir.

Documentos:

Utilizou-se nesta etapa documento escolar disponível como o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas, Projeto Político Pedagógico, Plano de Gestão Escolar, Plano de Ensino e Plano de Aula dos docentes.

Os documentos analisados e disponíveis na escola na pesquisa de campo apenas o Projeto Político Pedagógico não foi disponibilizado pelo fato de a escola não possuir e ter concluído o projeto. A análise dos documentos foi para identificar, como as questões ambientais estavam sendo contempladas e de que maneira seriam apresentadas na prática pedagógica dos docentes nas salas de aulas.

Roteiro de observação:

O roteiro de observação nas salas de aulas e no ambiente escolar foi organizada por 15 (quinze) questionários e que objetivam responder essas questões sobre as abordagens das temáticas ambientais e identificar os recursos e as práticas pedagógicas dos docentes nas salas de aulas a partir das observações que foi realizada, como será descrito a seguir.

- Principais temas que tratam das questões ambientais nas aulas.
- Disciplinas que abordam os temas ambientais.
- A motivação e participação dos alunos nas aulas.
- Método de ensino utilizado pelo professor nas aulas.
- Dificuldades do professor no ato de ensinar.
- Domínio do conteúdo ensinado pelo professor.
- O grau de interesse dos alunos pelas aulas
- Quanto à participação dos alunos nas aulas.
- Comportamento dos alunos.
- Quantidade de alunos por turma.
- Materiais e recursos utilizados.
- Relação professor-aluno
- Fotografias, imagens e materiais dispostos no ambiente escolar que retratam as questões ambientais locais.
- Espaço físico da escola e da sala de aula.
- Intervalo/lanche.

Roteiro de entrevistas semiestruturada

O roteiro da entrevista semiestruturada foi organizado em 4 (quatro) eixos temáticos os que trouxeram perguntas acerca de temas que se desejava identificar a partir de entrevistas a serem realizadas com docentes, como será exposto a seguir.

II – Saber Local

- Em sua opinião, o que é Educação Ambiental?
- O que você sabe sobre a escola multicultural?
- De que forma seria possível trabalhar em sala de aula as questões ambientais?
- Você acha importante discutir as questões ambientais em sala de aula?
- Na sua opinião, que temas ambientais poderiam ser trabalhados com os alunos em salas de aulas?
- Na sua opinião é possível o professor de áreas exatas trabalhar temas relativos às questões ambientais em sala de aula?
- Você trabalha de forma interdisciplinar ou transversal sobre os temas ambientais?
- Existem problemas ambientais na sua cidade? Quais?

III – Práticas Pedagógicas

- Quais os grandes desafios para trabalhar as questões ambientais em sala de aula?
- Você já recebeu algum tipo de formação continuada que auxiliasse seus trabalhos na disciplina que você ministra?
- Que atividades tem realizado com alunos para trabalhar as questões ambientais?
- No planejamento escolar há preocupação de trabalhar com os temas ambientais?
- Você tem inserido no seu Plano de Ensino e Plano de Aula questões relativas às questões ambientais?

Você tem ciência do Parâmetros Curriculares Nacionais, Regimento Geral das Escolas Estaduais do Estado do Amazonas que tratam sobre a Educação Ambiental?

Na sua opinião quais disciplinas abordam sobre as temáticas ambientais na escola?

IV - Estratégias de Ensino

A metodologia de ensino aplicada em sala de aula tem auxiliado para o aprendizado do aluno?

Que formas de atividades fazem parte do seu planejamento para contribuir com a construção do conhecimento?

Quais estratégias de ensino deve utilizar para facilitar o aprendizado dos alunos?

Que materiais didáticos utiliza com frequência para dar suporte nas suas aulas?

Na sua opinião, o que precisa para se ter uma aula mais dinâmica e integrada na sala de aula, se pensando na diversidade cultural dos alunos?

Você é professor em quais documentos escolares tem se orientado no seu planejamento das aulas?

V – Concepções de Ensino

Para o senhor o que é uma escola multicultural?

Na sua opinião, o que é o meio ambiente?

Quais conhecimentos são indispensáveis para o educador lidar em sala de aula com as questões ambientais?

Os quatros eixos temáticos proporcionaram o desenvolvimento de um diálogo equilibrado com os pesquisados que visava identificar a visão dos docentes quanto a conservação e concepção de meio ambiente, de educação ambiental, da prática pedagógica dos docentes, de interdisciplinaridade e como eram abordadas as temáticas ambientais em suas aulas do ensino médio do turno vespertino da EEDJM.

2.5 PROCEDIMENTOS

Sendo servidor desta referida Instituição de Ensino, lotado na Escola Estadual Dom João Marchesi, no período noturno, foi realizada a apresentação do pesquisador da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, no primeiro momento com à direção escolar, a presidente da Associação de Pais, Mestres e Comunitários - APMC e a Secretaria Escolar. Posteriormente a apresentação foi realizada também ao Setor Pessoal e a Coordenação da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino-SEDUC/AM local, objetivando informar as justificativas de futuras ausências na escola, em alguns períodos com datas específicas, em decorrência da aprovação no exame seletiva para a realização do curso do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFICIAMB/UFAM), em parceria com Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas/IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, localizada no BR-307.

Ao apresentar à gestora escolar, presidentes do APMC e secretaria da escola solicitou-se apoio desta referida instituição de ensino no período de execução de pesquisa de campo, que hora estava sendo realizada na escola, bem como a apresentação dos objetivos da pesquisa.

O Trabalho de pesquisa de campo estenderia também aos docentes e discente do Ensino Médio do turno vespertino, sendo assim, uma reunião seria marcada com antecedência, com a gestora e a secretária da referida escola para a apresentação de projeto de pesquisa a ser desenvolvido na escola e no transcorrer da reunião foi informado que o trabalho a ser executado em parceria com a comunidades escolar.

Ao decorrer do diálogo foi solicitada a gestora a assinatura de autorização através do Termo de Anuência, para a realização da pesquisa na escola, especificamente no turno vespertino, como consta no anexo B, bem como a disponibilização de documentos institucionais disponíveis como o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas, o Projeto Político Pedagógico-PPP, Projeto de Gestão Escolar, Planos de Ensino e Planos de Aulas dos docentes. Na presença da secretária escolar e do pesquisador foi assinado o termo de anuência, mas também a disponibilidade da sala da direção escolar, uma vez que os documentos escolares não poderiam sair da escola. A seguir será demonstrada na figura 16 abaixo, o registro de assinatura de termo de anuência e a disponibilização de documentos escolares pela gestora escolar.

Figura 16- Assinatura de termo de anuência da gestora escolar



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

O estudo para realização de pesquisa ficou estabelecido de acordo com o cronograma de execução, logo após a submissão de trabalho à comissão examinadora de Exame de Qualificação. A sessão pública de defesa foi realizada no dia 28 de agosto de 2019, às 14 horas, tendo como o local o Centro de Mídias da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, que teve a duração de no mínimo 20 (vinte) minutos e no máximo 40 (quarenta) minutos. Após a arguição pelos membros examinadores, a comissão deliberou pela aprovação e a sessão foi encerrada às 15h20, como consta na Ata de aula de qualificação no anexo A.

Após a reunião com a direção escolar e a submissão do trabalho pela Comissão Examinadora de Exame de Qualificação, foi realizada uma reunião no ginásio coberto da escola, marcada com antecedência, com a comunidade escolar, a direção, os pais e os docentes do turno vespertino. Na ocasião foi realizada a apresentação do projeto de pesquisa, bem como o pesquisador da Universidade Federal do Amazonas e como docente desta referida instituição de ensino, informando-lhes a relevância da pesquisa para a escola, para o mundo acadêmico e para a população gabrielense.

Durante a reunião foi dito que os seus filhos participaram mediante a autorização dos mesmos e que cada discente levariam um documento para seu preenchimento e assinatura. Alguns pais questionaram se os discentes envolvidos não seriam prejudicados das suas atividades escolares, e, em resposta aos pais foi informado que tudo trabalha da pesquisa seria realizado mediante o conhecimento

prévio da direção escolar. Sendo assim, somente os discentes autorizados que irão participar da pesquisa. Na figura 17 a seguir demonstra o registro da reunião com a comunidade escolar no ginásio da escola.

Figura 17- Apresentação do projeto para a comunidade escolar



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Uma semana após a reunião com a comunidade escolar realizou-se uma reunião, marcada com antecedência, com os discentes do Ensino Médio do turno vespertino no ginásio da escola. Na ocasião foi realizada a apresentação do projeto de pesquisa, o pesquisador da Universidade Federal do Amazonas e o docente desta referida instituição de ensino, informando-lhes a relevância da pesquisa para a escola, para a seus aprendizados e para conscientização deles. Durante a reunião foi dito aos discentes que a participação deles na pesquisa se daria mediante a autorização dos pais e que cada discente, após a reunião, levariam um documento para seu preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, informando-lhes a sua relevância e que haveria também uma reunião com os pais dos discentes que vão estar envolvidos diretamente com o trabalho.

Após o esclarecimento do projeto, questionamentos por partes de alguns discentes, solicitou-se a participação e comprometimento efetivos dos mesmos, informando-lhes do projeto de pesquisa que estava sendo desenvolvido na escola dependeria também da sua colaboração, mas também da participação dos seus pais, independentemente ao grupo étnico ou social que pertence e as suas opiniões serão

tão importantes como dos demais. A figura 18 a seguir, demonstra o registro da reunião com os discentes do EM do turno vespertino.

Figura 18- Apresentação de projeto para os discentes do EM



Fonte: Diretora Glória, 2019

Os estudos de observações foram realizados no ambiente escolar, bem como para a identificação das características externas e o início ao registro de indicativos de atividades interdisciplinares desenvolvidas pelos docentes e que tivesse as revelações de questões ambientais no espaço escolar.

A socialização do pesquisador com a gestora, docentes, discentes e administrativos foi de fundamental importância para a realização das observações, previamente definida pela direção da escola, para alcançar os objetivos da pesquisa. Realizou-se entrevistas de acordo com as disponibilidades dos docentes e eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, após reunião com os docentes e a gestora escolar.

Primeira Etapa: Análise documental

A análise realizada foi para compreender a implementação e a prática pedagógica dos docentes do EM, sobre a abordagem de temáticas ambientais na sala, e para isso, realizou-se leitura aprofundada do Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas. Para esta etapa de trabalho de pesquisa foi utilizada a ferramenta de técnica de análise documental para verificar a contemplação da

Educação Ambiental nos seus capítulos, artigos, incisos, alíneas e parágrafos, bem como buscar compreender o acesso dos professores sobre o Regimento.

Após a análise do Regimento geral das Escolas Estaduais do Amazonas verificou-se o Projeto Político Pedagógico-PPP para identificar indícios de implementação da temática ambiental na prática pedagógica no planejamento escolar e foi constatado que a escola não possui o PPP.

Após a constatação da não existência do Projeto Político Pedagógico-PPP, foi analisado o Plano de Gestão Escolar para analisar a existência de indícios sobre as questões relativas às temáticas ambientais e buscar compreender a participação dos docentes na elaboração do Plano de gestão, bem como a sua execução na escola.

Na análise do Plano de Ensino dos docentes foi verificar a contemplação das temáticas ambientais nos seus respectivos planos de ensino nas diferentes áreas de conhecimento e da sua importância que os docentes dão sobre essas temáticas nas salas de aulas, assim como a realização da escolha sobre os conteúdos dos livros didáticos e quais as disciplinas trabalham com as temáticas ambientais.

Quanto à análise documental de Planos de Aulas dos docentes do EM do turno vespertino, realizou-se para identificar como as referidas atividades propostas nos conteúdos das diversas áreas de conhecimentos apresentam e demonstram as questões ambientais nos planos e como eram preparados para atender o ensino-aprendizagem dos discentes nas salas de aulas com tantas diversidades culturais existentes na escola.

Segunda Etapa: observações

Nesta etapa de pesquisa de campo, foi utilizada a técnica de observação direta, na qual foram realizadas em todas as turmas do Ensino Médio do turno vespertino: 1º anos, 2º anos e 3º anos, em buscas de informações adicionais sobre o objeto de estudo, observações nas salas de aulas e no ambiente escolar para investigar as ações, registros de gravuras, imagens e da importância que o docente atribui a práticas pedagógicas com temas relacionados às questões ambientais nas salas de aulas. Seguido o roteiro de observação tendo como o propósito responder os questionários nas salas de aulas do Ensino Médio do turno vespertino.

Antes das observações nas salas foi realizada com antecedência a reunião com o corpo docente para definir os horários de observações com presença da gestora da escola e ouvi-los as propostas dos docentes. A observação foi realizada por áreas de conhecimentos, atendendo a propostas, em Linguagens, códigos e suas Tecnologias,

Matemáticas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Nos primeiros dias de observações os docentes apresentaram o pesquisador aos discentes, logo percebeu-se presença das diversidades culturais que existem na escola, e as turmas receberam com naturalidade e não demonstram sentir-se incomodados com a presença do pesquisador. A pesquisa de campo estendeu-se no período da tarde, tendo início às 13h15 e término às 17h30. Durante o período observou-se a prática pedagógica dos docentes nas salas, orientando-se pelo roteiro pré-estabelecido e registrou-se todos os dados possíveis e relevantes para a análise desse estudo.

A partir da técnica de observação realizadas nas salas de aulas, observou-se a existência de alguns cartazes exposto próximo ao quadro branco com alguns dizeres em todas as salas, mas também um pequeno mural com uma árvore na sala de Educação Especial, confeccionado pelos alunos especiais, tal como execução da prática pedagógica dos docentes, como será exposto na Figura 19 a seguir.

Figura 19 – Registro de imagens de cartaz observadas nas salas.



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Durante as observações nas salas de aulas percebeu-se a falta de cuidados com os materiais do ambiente escolar por parte dos discentes como as carteiras, paredes da sala e os resíduos sólidos produzidos pelos discentes, dando a perceber a falta de conscientização por parte dos discentes do EM turno vespertino. Alguns

materiais acima mencionados se encontravam em péssimos estado de conservação e de uso, fato presenciado em todas as salas e não havia a preocupação por parte dos discentes de conservar e preservar os materiais do ambiente escolar das salas, uma vez que a escola é o espaço do convívio diário. Observou-se e registrou-se o estado das carteiras quebradas, carteiras e paredes rabiscadas com corretivos ou a caneta, com palavras inadequadas e usos constantes de celulares em salas de aulas, fica uma pergunta: como estaria a consciência ambiental dos discentes? A seguir, a figura 20 demonstra os fatos relatados e observados nas salas de aulas.

Figura 20– Registro de imagens do ambiente da sala de aulas



Fonte: organizado pelo autor, 2019

Em alguns eventos realizados na escola, observou-se a integração entre os docentes, discentes e a comunidade escolar nas participações das danças tradicionais, como: Cariçú, mawacu e outros, onde teve a participação dos discentes indígenas e não indígenas. Ao dar o prosseguimento das observações na parte externa da escola, foi averiguado o problema do cano de esgoto da escola, talvez o problema que mais chamou atenção e sendo despejado na rua, causando certo incômodo aos moradores.

Após ter constatado o problema do cano de esgoto da escola, da gravidade do contexto externo do ambiente escolar e após o diálogo com os moradores/vizinhos próximo EEDJM, foi encaminhado ao conhecimento da gestora escolar e ela tomou a devida providência encaminhando documento para Secretaria Municipal de Obras-

SEMOB da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, como será demonstrado no anexo G. A seguir será demonstrado na figura 21, o registro da imagem de esgoto no lado externo da escola.

Figura 21- Registros de imagens de esgoto no lado externo



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Terceira Etapa: Entrevistas Semiestruturada

Na última etapa de pesquisa foi empregada a técnica de entrevista semiestruturada com os docentes e buscou-se obter dos docentes um detalhamento das suas práticas pedagógicas, seus conhecimentos, as concepções e as reflexões da Educação Ambiental - EA e a interdisciplinaridade, associado às teorias e das práticas em seus fazeres pedagógicos do dia a dia na escola.

As entrevistas dos discursos foram gravadas, filmadas com autorizações dos docentes e transcritas para possibilitar a análise. Os docentes tiveram, na ocasião da entrevista, a oportunidade de refletir sobre a importância da EA na escola, e como ela está sendo abordada em sala de aula com discentes com tanta diversidade cultural e étnico.

Para a efetivação da entrevista foi realizado reunião com o corpo docente do turno vespertino na sala dos professores e contou-se com a presença da gestora. O diálogo foi para levar ao conhecimento dos docentes sobre o projeto de pesquisa que estava em andamento, a entrega para a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, e levar aos seus conhecimentos do roteiro da entrevista, bem

como de informe do procedimento. Ao informar que a entrevista seria gravada, e filmada, alguns professores solicitaram que a entrevista fosse realizada nas suas residências por estarem inseguros na escola. Será demonstrada na figura 22 a seguir o registro de reunião com os docentes e a assinatura de TCLE.

Figura 22- Reunião com docentes do EM e assinatura de TCLE



Fonte: organizado pelo autor, 2019

Para a entrevista, a pedido dos docentes, foram realizadas por áreas de conhecimentos, algumas entrevistas durante o HTP e outras realizadas nas residências, não foi fácil entrevistá-los, mas a paciência foi a solução.

Alguns questionamentos surgiram ao longo do diálogo e uma delas foi quanto ao trabalho de projeto de pesquisa que estava sendo desenvolvido na escola, eu, enquanto pesquisador e docente desta instituição de ensino. A docente PS questionou se após a conclusão do curso de mestrado sairia da escola ou do município como a maioria dos pesquisadores se comportam. A desconfiança se dá pelo fato de que vários pesquisadores de diversas instituições não dão retorno às escolas, às comunidades e às lideranças indígenas dos resultados dos trabalhos pesquisados, sendo que essa prática revolta a população de uma forma geral. Como pesquisador e docente da referida escola, me surpreendi pela forma como os docentes colocaram e jamais tinha imaginado que isso aconteceria ou estava acontecendo, mas entendo que faz parte do processo da pesquisa.

Por outro lado, ninguém é obrigado a estudar para ficar em um só lugar, mas é preciso compreender a necessidade das pessoas qualificadas, dos grupos étnicos, saírem de suas comunidades ou aldeias e ocuparem espaços públicos em diversas instituições, sejam elas nos entes estaduais e federais, porque as lutas por direitos não acontecem nas comunidades e sim nas grandes capitais do país e especialmente em Brasília onde se luta por garantias dos direitos indígenas.

Embora tenham sido conduzidas por roteiro pré-estabelecido, as entrevistas processaram de forma descontraídas, ao longo da pesquisa de campo, permitindo que os docentes fossem espontâneos, aliás, além de algumas questões pertinentes às temáticas ambientais. Apesar da existência das dificuldades pontuais durante as entrevistas, foi contornado como parte do processo da pesquisa e foi gratificante entrevistá-los, apesar da dificuldade.

CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados do Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas seguiu alguns critérios: no primeiro momento realizou-se uma leitura aprofundada do documento para identificar a existência nos capítulos, artigos, inciso, alínea e parágrafos, que tratam nestes dispositivos e normas que regulamentam as práticas de Educação Ambiental nas escolas estaduais do Amazonas, conforme as legislações vigentes do MEC.

Quanto à análise do Projeto Político Pedagógico-PPP, constatou-se que a EEDJM, não possui o projeto, dificultando muito na identificação sobre abordagens dos temas ambientais na escola, bem como a execução de atividades e planejamentos escolares, uma vez que as ações deveriam estar norteadas nela. O PPP é uma ferramenta primordial na organização escolar e no direcionamento, principalmente para o funcionamento do ano letivo.

Em seguida foram realizadas análises do Plano de Gestão Escolar, a fim de verificar a importância das metas traçadas no plano são contempladas questões relativas às temáticas ambientais, bem como compreender a sua elaboração e a sua execução no ambiente escolar.

Quanto à análise de Plano de Ensino verificou-se como as temáticas ambientais estavam sendo favorecido nos planos nas diferentes áreas de conhecimento e da importância da abordagem das temáticas nas salas de aulas, bem como a realização de escolha sobre os conteúdos curriculares dos livros didáticos e quais disciplinas trabalhavam com as temáticas ambientais, bem como a entrega de planos a direção escolar e a interligação com os respectivos planos de aula.

Na análise de Plano de Aula dos docentes teve como o propósito identificar como as referidas atividades constavam-se nas diversas áreas de conhecimento e como se se apresentavam e demonstram-se sobre as questões ambientais nos planos dos docentes, além disso verificar como os planos de aulas estavam sendo preparadas para atender o ensino-aprendizagem dos discentes nas salas de aulas com tantas diversidades culturais. E verificar a elaboração dos seus respectivos planos de aulas de acordo com os conteúdos curriculares do Plano de Ensino.

A análise das observações realizou-se a partir da releitura dos registros de anotações realizadas durante a prática pedagógica dos docentes nas salas de aulas,

como os registros relacionadas às temáticas ambientais no ambiente da escola, na preservação e conservação dos materiais escolar, bem com o resíduo sólido e o ambiente externo a escola, principalmente a interação entre docentes e discentes durante a regência nas salas de aulas.

A partir da entrevista com os docentes analisou-se os discursos de registros de vídeos, gravações e anotações dos entrevistados em relação ao conhecimento da Educação Ambiental, a percepção das suas práticas pedagógicas em relações as questões ambientais na sala de aula, da importância de abordar a temáticas ambientais da cidade e do mundo, bem como na conscientização dos discente e a execução de atividades interdisciplinar e transversal, e a busca de participação efetiva dos docentes de diferentes áreas de conhecimento nos eventos ou atividade realizada pela escola.

Após a conclusão das etapas de pesquisa de campo realizada no Ensino Médio do turno vespertino da EEDJM, procurou-se cruzar os dados dos documentos escolares, das observações e das entrevistas para a conclusão do trabalho de investigação relativa à prática pedagógica dos docentes quanto à Educação Ambiental no espaço escolar. A seguir será tratado sobre a Oficina pedagógica com os docentes e discentes, posteriormente a apresentação dos resultados, acompanhando as ordens das realizações de etapas de pesquisa, como foi mencionado acima.

Os resultados do estudo serão expostos na ordem em que surgiram. O primeiro será referente aos resultados da análise documental, tendo na sequência as de observações e por último as entrevistas.

A partir da análise do documento do Regimento Geral da Escola Estaduais do Amazonas, Resolução nº 122/2010 – CEE/AM, constatou-se a contemplação da Educação Ambiental no seu Capítulo IV Dos Requisitos Físicos e do Programas no Artigo 10: Escola tipo I deverá obedecer: no inciso II – ao desenvolvimento mínimo de 70% (setenta por cento) dos seguintes programas: na alínea “g” – educação ambiental; Artigo 11: Escola tipo II deverá obedecer: no inciso II - ao desenvolvimento mínimo de 70% (setenta por cento) dos seguintes programas na alínea “f” – educação ambiental e são escolas com funcionamento mínimo de 30 e 20 salas exclusivas de aulas.

No Artigo 12: na escola tipo III e Artigo 13: na Escola tipo IV, não contempla a Educação Ambiental e são escolas com 10 a 09 salas exclusivas de aulas, onde a EEDJM está inserida. No entanto, de acordo com a orientação do Departamento

Pedagógico da SEDUC-AM, a Educação Ambiental pode ser abordada no inciso II na alínea "I"- estímulo a projeto complementares de ensino e aprendizagem (CEE/AM, 2010, p. 12-13).

Portanto, a implementação da Educação Ambiental nas escolas estaduais está regulamentada na resolução para sua prática nas escolas, o que resta é a boa vontade por parte da comunidade escolar, apesar da existência da prática nas escolas com os discentes na sua informalidade e individualidade, tornando-se necessária e importante à sua inclusão no Planejamento escolar e no calendário da Escola Estadual Dom João Marchesi.

Quanto à análise do Projeto Político Pedagógico-PPP, identificou-se que o projeto foi iniciado, mas não foi concluído, tornando-se necessária à sua conclusão pela comunidade escolar e posteriormente encaminhar ao Conselho Estadual da Educação-CEE/AM. Verificou-se que a escola não dispõe do Regimento Interno da Escola e orienta-se pelo Regimento das Escolas Estaduais do Amazonas.

A inexistência do PPP dificultou na identificação da abordagem dos temas ambientais na escola, bem como os objetivos e as ações pedagógicas e administrativas que deveriam estar norteadas no documento para a execução de atividades e de planejamentos escolar dos anos letivos, pena que uma escola com 32 (trinta e dois) anos de existência não possa ter ainda o seu PPP.

Na análise do Plano de Gestão Escolar comprovou-se da existência de implementação de alguns requisitos sobre da Educação Ambiental nas atividades escolares que foi um fator positivo, pelo menos o que consta no papel. Nas metas do plano de ação está previsto no item: conservar o espaço físico da escola e no plano de ação, se encontra na dimensão Física: trabalhar com a necessidade de preservação e conservação do patrimônio público, tendo como o objetivo: buscar junto aos órgãos competentes as melhorias no ambiente escolar. Porém, o plano não é do conhecimento do corpo docente, e muito menos das suas participações na elaboração deste documento, mas é necessário a interação entre gestores, docentes e administrativos. É um sonho dos docentes e que pode tornar realidade através de planejamento e abertura de diálogo entre as partes.

Nos Planos de Ensino analisados verificou-se em algumas disciplinas a comprovação nos seus respectivos planos a inserção nos seus conteúdos curriculares as temáticas ambientais. Os docentes orientam-se através da Proposta Curricular do Ensino Médio do Estado Amazonas que compreende as quatro áreas de

conhecimentos em: Linguagens, códigos e suas Tecnologias: Português, Espanhol, Educação Física e Artes; Matemáticas e suas Tecnologias: Matemática; Ciências da Natureza e suas tecnologias: Biologia, Física e Química; e Ciências Humanas e suas Tecnologias: Geografia, História, filosofia e Sociologia.

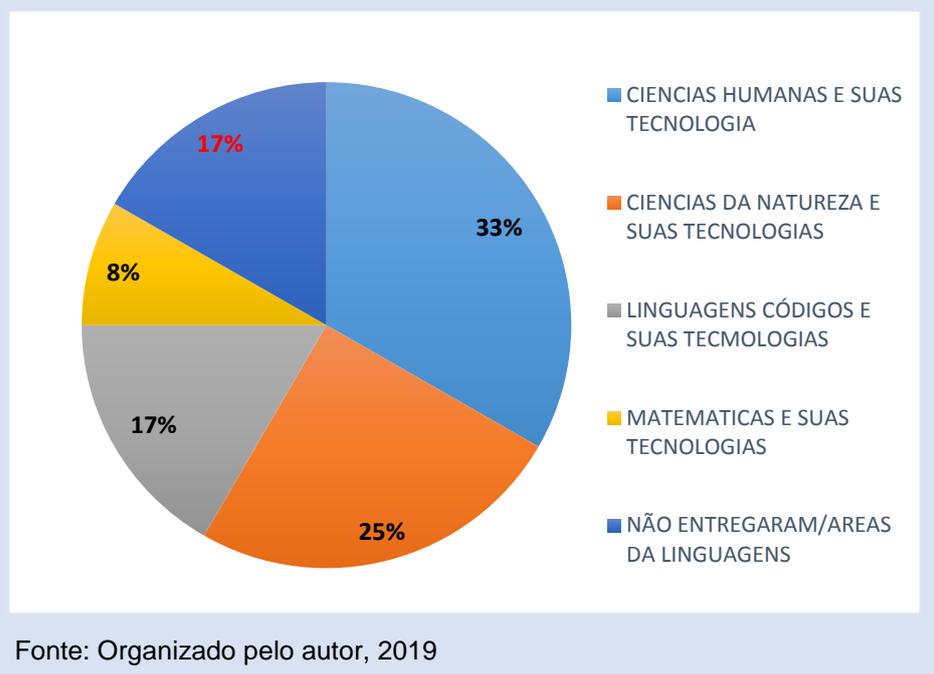
A análise de Planos de Ensino iniciou-se pela Linguagens, códigos e suas Tecnologias. Dos 04 (quatro) planos, 02 (dois) planos entregues não foi encontrado conteúdos relacionados às temáticas ambientais e outros 02 (dois) das disciplinas de Língua Portuguesa e Artes não foram entregues os seus respectivos planos de ensino à coordenação pedagógica, ao término de contrato os docentes do PSS não entregam os seus planos que se torna uma rotina durante anos.

Em Matemáticas e suas Tecnologias, não foi constatado os conteúdos relacionados a temas ambientais, pois é uma área que trabalha com conteúdos curriculares específicos. Sendo assim, foi uma área de conhecimento muito criticada pelos docentes durante as entrevistas por não interagir com outras áreas e nos eventos promovidos pela escola.

Nas disciplinas que compõe as áreas da Ciências da Natureza e suas tecnologias, dos 03 (três) planos que foram entregues a coordenação pedagógica e analisados, somente as disciplinas de Química e Biologia tiveram alguns conteúdos relacionados às temáticas ambientais, que foi um fato positivo para a pesquisa e comprovou-se durante a observação da prática pedagógica dos docentes nas salas de aulas.

Nas Ciências Humanas e suas Tecnologias, 04 (quatro) planos de ensino foram entregues à coordenação pedagógica e analisados, somente no plano de Geografia constatou-se as questões relacionadas às temáticas ambientais. Os docentes destas áreas participam constantemente das atividades de eventos relacionados aos temas ambientais. A seguir será demonstrado na figura 23, os dados da entrega do Plano de Ensino do turno vespertino.

Figura 23- Demonstrativo da disponibilidade de Planos de Ensino



Quanto a não entrega dos planos a direção escolar argumentou da seguinte forma:

“Alguns Planos de Ensino realmente não são entregues pelos professores, não é por falta de planejamento e de tempo, as datas de prazo de entregas desses planos são discutidas em conjunto com os professores na semana pedagógica. Até esse exato momento, alguns não entregaram ainda é o senhor está comprovando e presenciando esse fato, e está dificultando a sua pesquisa. Se eu cobrar vão me chamar que eu sou chata, e outras coisas, mas é minha obrigação de cobrá-los e o dever do professor (a) de entregar os planos. Só vão assinar o termo de férias que entregar todas as ferramentas de trabalhos do ano letivo, é assim que vai ser.”

Na análise geral dos Plano de Ensino somente as disciplinas de Geografia e Biologia foram que mais tiveram conteúdos relacionados aos temas ambientais e na disciplina de Química. Nas outras disciplinas, apesar de terem os conteúdos nos livros didáticos, os docentes não dão a mínima para as temáticas.

Portanto foi constatado que alguns dos Planos de Ensino não foram elaborados dificultando os trabalhos de análises e os disponíveis não se valoriza conteúdos relacionados às temáticas ambientais pelos docentes do Ensino Médio, mesmo que tenham nos livros didáticos, isso comprova que não há integração das disciplinas. As temáticas ambientais estavam contempladas somente nas áreas de Ciências Humanas: Geografia e de Ciências da Natureza: Biologia e Química.

Ao analisar os Planos de Aulas do turno vespertino, a direção escolar informou que os planos não vêm sendo entregues e não é de prática os docentes levar ao

conhecimento da direção, ou seja, não chega ao seu conhecimento seja ela diária, semanal, mensal ou bimestral. Em conversas reservadas com os docentes durante os horários de HTP, verificou-se a existência de alguns planos na qual, os mesmos, registram os assuntos relevantes, em cadernos, de cada área de conhecimento a serem abordadas no ano escolar em vigência, quando são colocadas em prática. A seguir será demonstrado no quadro 4, os temas contemplados nas áreas de Geografia, Química e Biologia

Quadro 4 - Temas ambientais em Geografia, Biologia e Química

ÁREA DE CONHECIMENTO	TEMÁTICAS AMBIENTAIS		
	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS
GEOGRAFIA	Paisagens.	Impactos ambientais na produção industrial no Brasil e no mundo; O enfrentamento dos problemas ambientais; As urbanizações brasileiras; Problemas ambientais nas cidades; Sustentabilidade socioambiental na cidade.	Turismo no mundo globalizado; Fontes de energias; Energias renováveis e não renováveis; Energia e sustentabilidade ambiental
BIOLOGIA	Ciclo da água; Sucessão ecológica; Ecossistemas brasileiros	Classificação das plantas; Histologia vegetal.	
QUÍMICA	Mudanças climáticas; Mudança de estado.	Poluição da água; Lixo eletrônico.	

Fontes: Organizado pelo autor, 2019

Dos 12 (doze) docentes, apenas 5 (cinco) explicam de forma aprimorada de sua prática no caderno como diário escolar, com clareza nos objetivos apresentados para o desenvolvimento dos conteúdos e com as atividades avaliativas. Nesses planos não havia os indicativos de presença de temáticas ambientais no conteúdo. A não entrega dos Planos de Aulas está diretamente relacionado ao comodismo dos docentes pelo fato da direção estar a 12 anos na gestão da escola.

As observações realizadas interna e externamente na escola, ocorreu durante um mês, como docente desta instituição de ensino já havia observado e registrado em alguns momentos do ano letivo pontos positivos e negativos e realizando de acordo com o roteiro prévio, como o propósito de observar as abordagens sobre as temáticas ambientais, incluindo a prática pedagógicas dos docentes e a conservação de materiais do ambiente escolar. Os resultados das observações, seguirão as ordens dos critérios acima citados.

Nas observações realizadas nas salas de aulas, presenciou-se as abordagens das temáticas ambientais materializando-se em algumas áreas de conhecimentos do Ensino Médio como nas aulas de Biologia no 1º ano 1 com tema: Os biomas brasileiros e na aula de Geografia no 2º ano 1 com tema: poluições ambientais nas cidades. Nesse contexto os docentes realizaram de acordo com os conteúdos do Plano de Ensino dos referidos docentes titulares das disciplinas. Verificou-se as variedades métodos de ensino sendo utilizadas e algumas por unanimidades em todas as séries do EM, como os métodos de exposição: exposição verbal e de exemplificação, método de trabalho independente: estudo dirigido e de investigação, método de trabalho em grupo: debate e seminário e método de atividades especiais: atividades práticas.

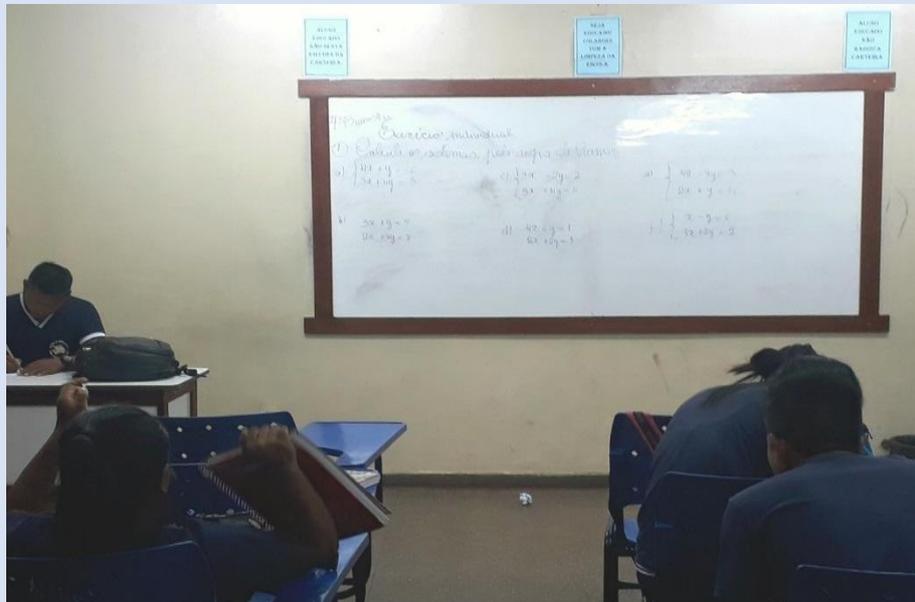
A comprovação da prática de atividades executadas, pelos docentes, está voltada especificamente para os conteúdos de cada área de conhecimento de cada disciplina trabalhada nas salas, em momento algum observou-se atividade extraclasse, ou seja, não se presenciou em nenhum outro momento da observação a realização de trabalhos diferenciados que chame atenção dos discentes e que eles tenham interesse em participarem das aulas, a não ser os métodos acima citados.

As dificuldades na prática de docência nas salas, independente dos conteúdos disciplinares, começa a partir das escolhas de conteúdo e no método de ensino a ser abordado, mas também no domínio dos conteúdos. Tornou-se visível em algumas salas que a dinâmica de participação dos discentes só se concretizou a partir dos conteúdos que são de seus interesses e de seus conhecimentos. A desmotivação dos discentes ocorre quando não há interesse e as aulas se tornam insuportáveis somando com os cansaços e os discentes acabam se ocupando do restante tempo usando os celulares, que é proibido pela lei estadual, riscam as carteiras e as paredes com corretivos e canetas, arrancam papéis de cadernos, agitações nas salas e saídas constantes com ou sem permissão, do docente, das salas para ir ao bebedouro e aos banheiros. Tudo isso ocorreu sempre a partir do terceiro a quinto tempo de aulas,

assim as dificuldades para alguns docentes foram surgindo de forma natural e desmotivador quanto a sua prática pedagógica não alcançaram seus objetivos.

O processo de transição, nas trocas de tempos, dos docentes foi cronometrado, somando as chamadas diárias dos discente até o momento de deixar limpo o quadro branco sujo deixado pelo antecessor, em alguns casos a demora na retirada dos equipamentos como Datashow e a demora da entrada do docente para sala, rendeu de dez a quinze minutos preciosos de tempos, ou seja, dos cinquenta minutos de regência em sala de aula, o docente trabalha apenas com trinta ou trinta e cinco minutos de aulas. O docente precisa demonstrar atitudes de zelo dos materiais pedagógico que estão disponíveis na sala de aula e deixar o quadro branco como encontrou para próximo docente, são pequenas atitudes que para os discentes são de grande relevância e não passam despercebidos, pois eles são bons observadores e precisa se organizar para que não ocorra a grande perda de tempo e a demora nas transições de trocas de salas. Será demonstrado na figura 24 a seguir, o registro de quadro sujo deixado pelo docente antecessor no 3º tempo de aula no 1º ano 2.

Figura 24- Demonstrativo de quadro branco sujo na sala 1º ano 2



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

No turno vespertino da turma do 1º ano, observou-se a realização de atividade, a comemoração em alusão ao Dia da Árvore. Verificou-se, assim, a participação dos discentes, onde alguns trouxeram mudas de plantas para a exposição, sendo que essa atividade ocorreu na disciplina de Língua Portuguesa, mesmo que a tema não

consta no conteúdo dos planos de ensino e de aula, procura-se dentro da possibilidade organizar-se os eventos desses tipos de forma isolada, mas que pode ser organizada de forma integrado com demais disciplinas.

Durante a observações nas salas, observou-se no ambiente do espaço escolar a movimentação e listagem de participante para ensaios como: dramatizações, poesia, danças tradicionais (cariçu, mawacu, japurutú), exposições de painéis etc., visando o evento a ser realizado para a Culminância da EEDJM e preparatória para Congresso da Juventudes que se realizou em dezembro, em SGC. Alguns discentes dispuseram os nomes para o ensaio, muitos para não estar presente nas aulas de algumas disciplinas e outros pela vontade própria ou para participar do congresso. De alguma forma os eventos realizados ocorreram de forma integrada entre discentes, docentes e a comunidade escolar nas danças tradicionais e algumas danças, como cariçu, a participação foi efetiva e contou com a presença das diversas etnias, a motivação e o respeito vão muito da relação e das proximidades do dia a dia entre os ambos. Abaixo será demonstrado na figura 25 a seguir, as atividades em alusão ao Dia da Árvore.

Figura 25- Registro de Atividades em alusão ao Dia da Árvore



Fontes: Organizado pelo autor, 2019

No ambiente das salas, observou-se a existência de cartazes expostos próximo do quadro com alguns dizeres: “ *Colabore com a limpeza. Ela é essencial, à sua saúde*

e o bem-estar”, “Aluno educado não rabisca a carteira”, “ Aluno educado não se senta em cima da carteira”, “seja educado colabore com a limpeza da escola. Jogue o lixo na lixeira”, “A escola é sua. Portanto cuide bem dela”. São alguns dizeres que dão indícios dos comportamentos e atitudes de alguns discentes em relação a conservação e preservação com os materiais e com o espaço do ambiente das salas e comprovou-se a necessidade de trabalhar a conscientização da conservação e da preservação dos materiais do meio escolar, bem como também com o meio ambiente.

Registrou-se na sala de Educação Especial Multifuncional, para alunos especiais, um painel com uma árvore confeccionada pelos próprios alunos especiais, de acordo com a informação da docente responsável pela sala e foi o único registro encontrado durante a observação na parte interna sobre o meio ambiente, como será demonstrado na figura 26 abaixo.

Figura 26- Registro de painel na sala Especial Multifuncional



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Na observação da parte externa do ambiente escolar, observou-se na sua na redondeza o problema do cano de esgoto da escola, sendo despejado na rua em frente ao ginásio. Os docentes na sua maioria não têm a preocupação de verificar tais problemas, as suas rotinas diárias se dão entre a casa, sala de aula e casa. A preocupação dos docentes é pôr em prática os conteúdos elaborados, ou seja, é fechar as cargas horárias previstas e os problemas ficando para o corpo administrativa na qual a direção escolar faz parte.

O problema observado foi registrado e levado ao conhecimento da gestora e logo após foi tomada a devida providência com a elaboração de um ofício e sendo encaminhado a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, direcionado especificamente para Secretaria Municipal de Obras-SEMOB, até o presente momento da pesquisa e com o fim do ano letivo de 2019, a direção anterior e atual, não obtiveram resposta para o reparo e o problema continua. O ofício encaminhado consta em anexo G. A seguir será demonstrado na figura 27, o registro da continuidade do problema do esgoto da parte externa da escola EEDJM.

Figura 27- Imagens continuidade do problema de esgoto



Fonte: Organizado pelo autor, 2020

Portanto, com as observações realizadas, constatou-se que os temas ambientais foram tratados de forma pontuais pelos docentes e a partir de situações específicas. Em relação à prática pedagógica dos docentes poucos trabalham com as atividades relacionadas às questões ambientais e a maior parte das atividades foram realizadas em salas de aulas, pouco se percebeu as atividades extraclases.

Após os resultados da análise documental e de observações no ambiente escolar, serão expostos os resultados obtidos das entrevistas com os docentes do Ensino Médio do turno vespertino da EE DJM. Participaram das entrevistas os docentes das etnias, Baré, Tukano, Tariano, Desano, Pira-Tapuya e Mitrití-Tapuya. Para obtenção de dados das entrevistas realizou-se uma reunião com o corpo docente na sala dos professores, com a presença e o apoio da gestora escolar. Na ocasião

foi repassado sobre o projeto de pesquisa, os procedimentos das entrevistas informando-lhes que seriam gravadas e filmadas, e solicitando a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, autorizando para que as entrevistas pudessem ser realizadas na sala de professores e algumas entrevistas aconteceram nas residências dos docentes. Na figura 28 demonstra o registro de docentes em que as entrevistas foram realizadas nas suas residências e permitindo gravações em vídeos e registros no caderno de diário de campo.

Figura 28- Registro de docentes entrevistados nas residências.



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Durante a reunião surgiram alguns questionamentos sobre a entrevista e principalmente sobre o pesquisador, também servidor desta instituição, que a pergunta foi surpreendente e inesperada. A docente DS nas suas palavras questiona e direciona ao mesmo tempo, como veremos a seguir:

“Tenho uma pergunta ao senhor. Hoje o senhor é pesquisador pelo seu mérito e professor também da escola. Se caso terminar o curso de mestrado e após a sua titulação, o senhor também vai sair da escola e do município? Se o senhor terminar tem que ficar na escola, trabalhar conosco e não tem que fazer com outras pessoas e professores, terminam e vão trabalhar fora do município. É isso que eu queria dizer e não esqueça de nós”

Realmente, as palavras da docente DS foi surpreendente e válida, concordo e não tiro nenhuma vírgula das suas falas. Atualmente os docentes, de modo geral, a sociedade gabrielense tem vivenciado esse fato na cidade, nas comunidades e nos

sítios. Muitos pesquisadores de diversas Instituições de ensino e de diversas regiões do país, incluindo neste contexto os próprios pesquisadores de diversos grupos étnicos, têm realizado pesquisas nesta região a troco de nada. Realizam pesquisas nas comunidades indígenas, têm um valor cultural e tradicional de conhecimentos étnicos milenares e levar as informações valiosos para fora das suas comunidades e do município para realizarem suas defesas de teses e dissertações de mestrados e doutorados, ficando no anonimato e de revolta, sem dar retorno a população das comunidades ou sítios onde são realizadas as pesquisas. Os trabalhos precisam retornar para o conhecimento das escolas, comunidades e das lideranças indígenas em relação aos resultados dos trabalhos de pesquisa.

Para a obtenção dos resultados dos entrevistados da pesquisa sobre os dados de perfil do entrevistado, nesse caso o docente, realizou-se através de preenchimentos dos fichários entregues na sala dos professores.

Os resultados das entrevistas seguirão o roteiro prévio, seguindo com o perfil do entrevistado, o saber local, seguido das práticas pedagógicas, das estratégias de ensino e por último a concepção de ensino. Por decisão em conjunto com docentes e a gestora escolar, as entrevistas foram realizadas nos intervalos de cumprimento de Horário de Trabalho Pedagógica-HTP ou em suas residências, para não comprometer os horários de tempo de aulas, de atividades e avaliações. Para assegurar o anonimato dos 12 (doze) docentes participantes das entrevistas a serem transcritas, seus nomes foram caracterizados por letras iniciais de cada etnia, seguida da letra inicial do docente, como foi demonstrado ao longo do trabalho.

Os resultados das entrevistas obtidas sobre dados do saber local foram gerados a partir dos questionários do roteiro prévio respondidos pelos docentes, como serão expostos. Será demonstrado no quadro 5, o registro demonstrativo de perfil do entrevistado, docente, do Ensino Médio do turno vespertino da EE DJM.

Quadro 5 - Demonstrativo de perfil de entrevistados do Ensino Médio da EEDJM

DOCENTE (SIGLAS)	IDADE	ETNIA	ÁREA DE FORMAÇÃO – GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO	ATUAÇÃO	TEMPO DE DOCÊNCIA
PN	45	Piratapuia	Licenciatura em Letras	Didática de Ensino Superior	Português Artes	20 anos
BJ	44	Baré	Normal Superior	Especializando em Ensino de geografia e História	Geografia	02 anos
BG	43	Baré	Licenciatura em Matemática e Física	-	Matemática	06 anos
TM	39	Tukano	Licenciatura em Espanhol	Especialização em letramento digital	Espanhol	04 anos
TA	46	Tukano	Licenciatura em Química	Especialização em letramento digital	História	22 anos
MTA	63	Miriti-Tapuya	Normal Superior	Especialização em Gestão Escolar	Sociologia Arte Filosofia	34 anos
TS	53	Tukano	Licenciatura em Matemática	Especialização em Didática do Ensino Superior	Matemática	25 anos
BAS	51	Baré	Normal Superior e Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização em Gestão Escolar	Biologia	30 anos
TAL	48	Tukano	Licenciatura em Química	-	Química	12 anos
BB	45	Baré	Licenciatura em Matemática e Física	-	Física	16 anos
TT	49	Tukano	Licenciatura em Letras	Especialização em letramento digital	Língua Portuguesa	19 anos
DS	38	Desana	Licenciatura em Educação Física	Especialização em letramento digital	Educação Física	06 anos

Fonte: Organizado pelo autor, 2019

. No final de cada dia de trabalho, os próximos docentes a serem entrevistados eram comunicados um dia antes com o consentimento da gestora escolar e com muita paciência e ansiedade, muitos foram entrevistados no final do 5º tempo e apesar dos imprevistos que foram compreensíveis foram realizados dentro do esperado e satisfatórios.

Quanto aos resultados obtidos das entrevistas sobre a Educação ambiental, foi notável que os docentes não têm conhecimento ou informação a respeito do tema de forma clara, apesar da existência dessa prática de ensino na escola. Os docentes ficaram confusos, relatando que para eles era uma novidade e que jamais ouviram falar sobre o tema, principalmente na escola. Assim a docente BAS declara:

“Para mim, a educação ambiental é uma educação que busca a conservação dos recursos naturais e sua sustentabilidade, e é uma educação que procura formar cidadãos preocupados com os problemas ambientais que incomodam o meio ambiente”.

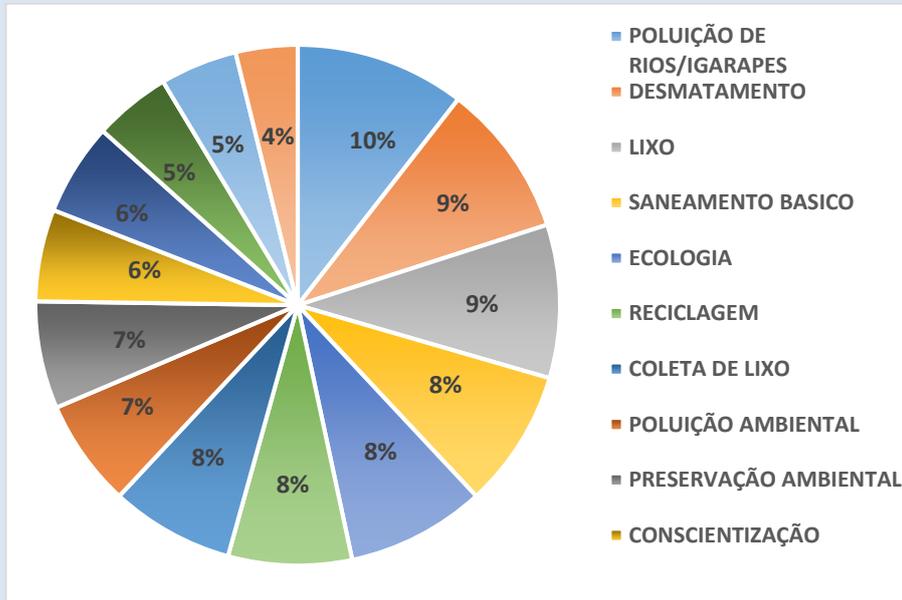
De acordo com a fala da docente, é notável que alguns tenham conhecimento do conceito muito próximo da EA, não do tema, mas o conhecimento vai muito ao encontro das suas formações acadêmicas para o exercício da docência. O docente entrevistado BJ, assim definiu a EA: “acredito que seja um campo de conhecimento recente a ser implementado nas escolas”, ou seja, o docente confirma nas suas falas que nem todos têm o conhecimento. Alguns conceitos que mais se aproximaram foram das áreas humanas e da natureza, claro nem todos docentes, das áreas da Linguagem, Exatas e da natureza, demonstraram ter dificuldades nas suas respostas.

Quanto ao conhecimento da escola multicultural, nesse item os docentes na sua maioria, associam-se como uma escola indígena, pelo fato de os docentes já terem trabalhado com esse tipo de educação nas escolas rurais do município. O docente MTA define da seguinte forma: “É onde possui diversos alunos de origens e culturas diversificadas como idiomas, costumes, crenças e tradições, ou seja, conhecimentos diversificados”. Knechtel e Floriani (2003) afirma que culturas diversas sempre existiram, mas quando se relacionam, se uma cultura procurar dominar a outra, uma terá de acabar se submetendo à cultura triunfante.

A partir dos resultados obtidos sobre as temáticas ambientais a serem trabalhadas nas salas de aulas da referida escola, realizou-se levantamentos de propostas com algumas temáticas de acordo com a concepção de cada docente e da importância dessas temáticas para trabalhar as questões ambientais nas salas de aulas de forma interdisciplinar e transversal, paralelo ao conteúdo de cada disciplina. Porém, a listagem de temáticas ambientais servirá para promover futuras discussões e debates, tendo em vista a conscientização e a formação de cidadãos críticos e como uma pessoa humana que respeite a natureza visando a geração futura. A figura 29,

demonstrará as propostas e os resultados dos dados dos entrevistados sobre os temas ambientais a serem trabalhados na escola.

Figura 29- Propostas de tema ambientais dos docentes do EM



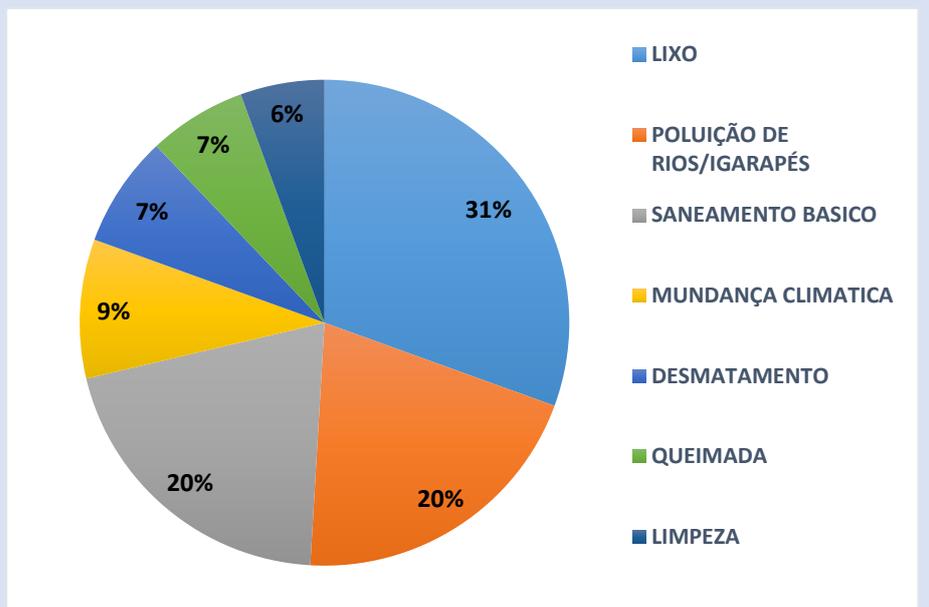
Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Os resultados obtidos dos entrevistados foram unânimes, quanto os docentes da área exata, ao alegarem a possibilidade de trabalhar as temáticas ambientais nas salas de aulas de forma interdisciplinar e transversal, docentes das disciplinas que atuam com as exatas não participam das atividades ou abordam temas relacionadas às questões ambientais nas salas e muito menos nos eventos da escola. Nesse contexto o docente BG, das exatas, assim relata em filmagem da entrevista:

“É possível sim trabalhar as temáticas ambientais na escola e participar dos eventos da escola, mas desde que tenha planejamento com antecedência com demais professores e a diretora, muitas vezes as atividades são direcionadas especificamente para determinadas disciplinas, aí me sinto excluído”.

O trabalho interdisciplinar prevaleceu nos dados obtidos dos entrevistados na prática pedagógica dos discentes, porém pouco ou nada se pratica nas salas de aulas. Os entrevistados apontaram a existência de problemas ambientais na cidade de SGC e os problemas principais foram listados de acordo com a realidade do passado e atuais, como será demonstrado na figura 30 a seguir, os principais problemas ambientais indicados pelos docentes.

Figura 30- Principais problemas ambientais listados pelos docentes



Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Os resultados são muito reveladores como indica os dados das Figuras 29 e 30, e a necessidade da implementação das questões das temáticas ambientais no currículo escolar e no conteúdo dos docentes, tudo encaixou com as falas dos entrevistados, pois os temas listados vão de acordo com os problemas ambientais que a cidade enfrenta e a conscientização precisa ser trabalhada no espaço escolar.

Quanto aos resultados da prática pedagógica com as questões ambientais, os grandes desafios relatados pelos docentes foram em relação ao planejamento escolar, a falta de apoio pedagógico, falta de materiais pedagógicos, recursos tecnológicos e desinteresse dos docentes e principalmente nas dificuldades de envolver os alunos.

Os relatos vão ao encontro da entrevistada, a docente BAS: “ É na busca da forma como trabalhar as temáticas ambientais dentro do planejamento e incluir no calendário escolar. As falas do entrevistado, o docente BJ, chama atenção conforme declara que:

“O grande desafio do professor, está na questão da interdisciplinaridade, o professor compreender o que é interdisciplinaridade e o que é transversalidade, muitos não sabem diferenciar, inclusive eu. E outra dificuldade seria a falta de integração entre nós professores e entre as disciplinas que lecionamos, nós não estamos preocupados com isso.”

De acordo com as falas do docente BJ, constata-se a dificuldade de compreensão sobre a interdisciplinaridade e transversalidade, fato esse discutido na oficina pedagógica e precisa ser discutida durante o planejamento escolar. A maioria relatou que jamais receberam formações continuadas, com exceções de matemática e língua portuguesa, que anualmente realizam devido a existência de provas de olimpíada de Matemática e de Língua Português, Prova Brasil, Sistema Nacional de Avaliação da Educação básica-SAEB e de Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas-SADEAM.

Os resultados da prática pedagógica envolvendo as temáticas ambientais nas salas pelos docentes, revelam os trabalhos realizados como as de reciclagem com garrafas PET, palestras com temas ambientais, seminários, pesquisas dirigidas, apresentações com painéis, entre outros. Porém os docentes, nas entrevistas, relataram a necessidade de abordagens de temáticas ambientais durante o planejamento escolar e a inclusão delas no calendário escolar do ano escolar vigente. Os docentes confirmaram que a escola trabalha em datas pontuais específicas como a semana do “Meio Ambiente”, sempre foi um fato isolado.

A inclusão das temáticas ambientais, nos planos de ensino e de aulas, 8 (oito) docentes relataram ter incluído nos seus planos e quatro disseram não inclusão nos planos, ou seja, uns foram verdadeiros e outros não. De acordo com os resultados dados obtidos e analisados somente os Planos de Ensino dos docentes de Geografia, Biologia e Química registraram os temas ambientais nos planos de aulas e de ensino, os demais trataram de conteúdos específicos. A docente TMS assim declara: “sim, tenho me inserido no plano de ensino e no plano de aula sobre as questões ambientais”. Nesse contexto, a docente não havia inserido os temas ambientais nos seus planos, não somente a docente TMS como os demais docentes.

A formação dos docentes das várias áreas do saber do turno vespertino da EE DJM, não incorporou a temática que envolve a Educação Ambiental nos seus currículos. Esse ponto é uma discussão/preocupação centrada na licenciatura dos docentes das disciplinas de Química, Biologia e Geografia, que somente elas podem trabalhar com as questões relativas às temáticas ambientais e as demais disciplinas não tem por obrigação. Desta forma, qual seria o conceito de educação ambiental que os docentes da escola EED estão levando para a sua prática pedagógica?

A minha prática de docência apontou que a prática interdisciplinar não se faz presente na escola e acredito que deve ser também da maioria das escolas. Não se

faz presente nos cursos de formação dos docentes. Como, então, vencer essa barreira na visão dos docentes?

Quanto aos conhecimentos dos PCNs, nove dizem conhecer e três não, e quanto ao RGEEAM, 2 dizem conhecer e 10 dizem não conhecer. A docente entrevistada TA, declara assim: "sim, tenho ciência sobre os PCNs e o que falta para nós professores é colocar em prática, mas sobre o Regimento Geral vou ser sincera, não tenho conhecimento. A docente TMS, na sua entrevista declara desta forma: "não, não tenho conhecimentos sobre os PCNs e nem mesmo do Regimento Geral do Amazonas". Percebeu-se o desconhecimento dos documentos acima citados, mas que seria imprescindível para os docentes ter a posse ou acesso, eles precisam sair desse comodismo. São documentos essenciais que norteiam os trabalhos diários.

Os resultados dos relatos das entrevistas sobre as disciplinas que abordam as temáticas ambientais apontam variedades de respostas, como veremos no gráfico da figura 31 a seguir.



Os resultados dos dados do gráfico são a comprovação das disciplinas que abordam temáticas ambientais, como a Biologia, Química e Geografia, onde os docentes mais trabalham com a prática pedagógica nas salas de aulas.

Os resultados das estratégias de ensino, aplicadas pelos docentes utilizados para o ensino-aprendizagem dos discentes, em sua maioria relataram que as

metodologias de ensino aplicadas têm sim contribuído para o aprendizado dos discentes, e constataram a necessidade de rever alguns métodos ou práticas de ensino voltadas para as questões ambientais. Algumas atividades são utilizadas com frequência para a construção dos conhecimentos como: atividades contextualizadas, de pesquisa dirigida, seminários, trabalhos expositivos e atividades extraclases. Os docentes relataram que para facilitar o aprendizado dos discentes algumas estratégias são necessárias como atividades extraclasse e a pesquisa dirigida, pois o que chama atenção dos discentes é o tema que traz a curiosidades, a participação e a motivação. Sendo assim são bem aceitos. Segundo relatos, realizar uma aula participativa e atraente depende muito do docente do seu planejamento e principalmente da sua paciência para com os discentes, saber ouvi-los e respeitá-los como eles são, pois na escola existem muitas diversidades sociais, culturais e étnicas.

Quanto a utilização dos materiais didáticos como recursos para dar os suportes na as salas de aulas, os docentes relataram a utilização constante de livros, cadernos, cartazes, quadro branco, marcador para o quadro branco, Datashow, caixa amplificadora e notebook. O docente BG relata nas suas falas e clara que:

“Nem todos os professores sabem manusear o notebook, deveriam ter o interesse de aprender ou fazer cursinhos de informática básica, alguns professores mandam os alunos manusear o Datashow nas salas de aulas, não estou dizendo que eles não podem ajudar o professor. Alguns professores pararam no tempo infelizmente”.

No relato do BG, de fato ocorre na escola e comprovou-se a necessidade de uso e domínio de ferramentas de informáticas, é um dos desafios enfrentada pela escola, pois os docentes da Rede Estadual de Ensino e da Rede Municipal receberam os notebooks do Programa do Governo Federal: “Professor na era Digital”, apesar da demora foram entregues aos docentes pelos seus respectivos secretários de educação. Muitos relataram a necessidade da utilização de celular como material didático, porém a lei estadual do Amazonas proíbe o uso em salas de aulas.

Os resultados de dados obtidos para concepção de ensino, os docentes relataram de acordo com suas experiências de docência nas escolas indígenas e de vida. Os entrevistados relataram de acordo com seus conhecimentos que ensinar é educar e formar os discentes como pessoas humanas e prepará-los para o futuro. Daí a necessidade de respeitar as diferenças culturais, ouvi-los com frequência e buscar as novas práticas pedagógicas. A concepção sobre a escola multicultural, segundo os entrevistados, e uma escola que funciona com discentes de muitas diversidades

culturais, sociais e étnicos, onde deve haver respeito do diferente e das diversidades étnicas e sociais, principalmente lugar onde se deve valorizar seus conhecimentos, tradições e onde se preze as identidades, bem como lugar de dar oportunidade e de integração. Os relatos acima, têm a ver um pouco com a docente TA.

A escola multicultural, no meu ver, é uma escola que integra alunos de culturas diferentes, sejam alunos indígena e não indígena, saber lidar com essas diferenças e respeitar todas essas diversidades. Um pouco como nossa escola Marchesi”.

Na concepção de meio ambiente prevaleceu variedade de opiniões, mas o que predominou nas entrevistas dos docentes foi a ideia ligada a um lugar onde as pessoas vivem mantendo a relação harmoniosa com a natureza e dela tiram os seus sustentos como caça, pesca e frutos, usar de forma sustentável o que a natureza oferece, proteger e conservar quando for preciso. A docente PN menciona na sua entrevista assim “ o meio ambiente é o um lugar onde as pessoas se sentem bem, seja no ambiente de trabalho, no lazer, na escola e na casa”. Comprova a dificuldade encontrada pelos docentes para conceituar o meio ambiente, talvez a forma da condução da entrevista tenha contribuído para essa dificuldade, porque as entrevistas, na sua maioria, foram conduzidas por meio de gravações e filmagens requerendo preparo, mas nas residências as entrevistas foram tranquilas. Os docentes das áreas humanas e da natureza tiveram facilidade de definir, alguns docentes, e das áreas da linguagem e das exatas tiveram dificuldades. Porém, o relato aproximado nas entrevistas partiu do docente TM que diz: “ *O meio ambiente, no meu ponto de vista, é tudo que está presente no ambiente em que nós convivemos, o que está ao nosso redor como as faunas e flora, e toda a biodiversidades existente no planeta terra, acredito que seja isso professor.* ”

Portanto, os resultados das entrevistas indicam com clareza de que alguns conhecimentos são indispensáveis para o educador lidar em salas de aulas com as questões ambientais, sendo assim, um dos fatores indispensáveis foram: conhecimento tecnológico por parte do docente, buscar informações dos temas ambientais, informar das leis que tratam sobre a EA e educacionais, curso de formação continuada para docentes e principalmente a elaboração do PPP da escola.

Porém, em março/2020, realizou-se reunião com a presença da Coordenação local da SEDUC/AM e os gestores de escolas, posteriormente repassada aos docentes de cada instituição de ensino. O assunto da reunião foi cronograma de

elaboração de PPPs nas escolas. Apesar de curto espaço tempo para encaminhar o PPP ao Conselho da Estadual de Educação, a escola iniciou-se a sua elaboração com a participação da comunidade escola com seriedade, responsabilidade e compromisso, para que no futuro possa atender de fato as metas da escola e os anseios da comunidade educativa e como docente da referida instituição e pesquisador e acompanharei de perto na sua elaboração e com visão de inserção de temáticas ambientais no PPP, visando o ensino de Ciências Ambientais. Infelizmente o projeto ficou pelo caminho devido a pandemia da Covid-19.

3.2 DISCUSSÕES

Nesta parte do trabalho será feita a discussão dos dados obtidos da aplicação da Análise documental, da Observação e da Entrevista, junto aos docentes do Ensino Médio do turno vespertino da EE DJM. A reflexão da prática pedagógica dos docentes na implementação das temáticas ambientais nos currículos escolar, principalmente no plano de curso e nos planos de aulas, numa abordagem contextualizada, interdisciplinar, possibilitará na formação de indivíduos críticos, reflexivos e participativos, na busca de contribuir para o desenvolvimento dos docentes voltados com um olhar mais sensível à Educação Ambiental.

A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. § 1.º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino (BRASIL, 1999).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997), os professores devem trabalhar a Educação Ambiental de forma transversal e interdisciplinar permeando todas as disciplinas presentes no currículo escolar para que os alunos possam entender sua complexidade.

Sendo assim, o estudo buscou-se conhecer a realidade educativa dos docentes do Ensino médio da Escola Estadual Dom João Marchesi, quanto a inserção dos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento das temáticas ambientais, bem como as suas práticas pedagógicas de docência, visando o ensino-aprendizagens dos discentes, discentes esses com um universo social, cultural diversificado.

Na década de 1970, a partir da LDBEN n.º 5.692/1971, as instituições de ensino foram orientadas a elaborar o Regimento Escolar, o qual deveria conter, além da organização disciplinar, a organização administrativa e pedagógica.

Na década de 1990, com a promulgação da LDBEN n.º 9.394/1996, foi concedida autonomia para as instituições de ensino construírem seus Regimentos Escolares de acordo com a própria organização disciplinar, administrativa e pedagógica.

O Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas, foi aprovado por meio da Resolução Nº 122 de 30 de novembro de 2010-CEE/AM e revoga os anteriores. A resolução tem como pressupostos central, os princípios e as diretrizes normalizadoras das ações educacionais do Sistema de Ensino do Estado do Amazonas. O documento em referência é de valor inestimável, formaliza-se como eixo estruturador da organização educacional, a ser observada e operacionalizada por toda a Rede Estadual de Ensino, na gestão das ações socioeducativas contempladas em seus Projeto Político Pedagógico. Outra finalidade principal é subsidiar o Sistema de Ensino, favorecendo a elaboração de propostas pedagógicas exitosas, articulada e, sobretudo, propiciadora de uma organização de trabalho, que favoreça o aprimoramento e a qualidade de ensino-aprendizagem.

A implementação da Educação Ambiental nas Rede Públicas de Ensino, segundo a Resolução Nº 122/2010, está regulamentada no Título II Da Tipologia dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Ensino, do Capítulo II Da Classificação, no Artigo 8º Os Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual são estruturados segundo a sua classificação: nas Escolas Tipo I e II, são escolas com mínimo de 30 a 20 salas exclusivas de aulas e a Educação Ambiental estão previstas nos incisos II nas alíneas “g” e “f”, mas as Escolas Tipo III e IV são escolas de no mínimo de 10 a 9 salas exclusivas de aulas.

A Escola Marchesi está incluída no Artigo 13, deste regimento geral, a Escola tipo IV, não contempla a Educação Ambiental e são escolas com 09 salas exclusivas de aulas. De acordo com a orientação do Departamento Pedagógico da SEDUC-AM, a Educação Ambiental pode ser abordada no inciso II na alínea “i”- estímulo a projeto complementares de ensino e aprendizagem (CEE/AM, 2010, p. 13-14).

Destaca-se que a Educação Ambiental está regulada e orientada para que as escolas estaduais possam realizar o seu desenvolvimento do trabalho no ambiente escolar e na sua prática pedagógica. O desenvolvimento da atividade, pode estar relacionada ao desconhecimento da Resolução Nº 122/2010, por parte dos docentes, fato agravante para os profissionais da educação.

Os resultados de dados obtidos nas entrevistas com docente apontam para esse caminho, quando perguntados ter conhecimento sobre os PCNs e RGEEAM, 9 (nove) docentes confirmam que ter conhecimento dos PCNs e 02 (dois) não; e quanto ao RGEEAM 02 (dois) confirmam ter conhecimento e 10 (dez) dizem não ter conhecimento. Nos relatos da entrevistada, TMS, indica a escola como responsável por seu desconhecimento e de não repassar os documentos. Os docentes esquecem da responsabilidade que têm junto à escola, da obrigação de ter a posse desses documentos independentemente se a escola vai ou não repassar, são elementos essenciais e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades e de planejamento escolar.

Por outro lado, os docentes têm que ter plena consciência das suas responsabilidades com o ensino, buscar soluções e atualizarem constantemente, e buscar os mecanismos disponíveis como as Tecnologias de Informação e de Comunicação para facilitar o cotidiano da sociedade, principalmente para a vida e para o trabalho do docente. Elas estão disponíveis para serem manipuladas, usadas e acima de tudo para facilitar o acesso às informações em busca de conhecimentos e crescimento profissional. Alguns anos atrás os docentes da Rede Estadual e da Rede Municipal de ensino, foram contemplados com os notebooks do Programa chamada “Professor na Era Digital”, decreto nº 31.114, de 28 de março de 2011, foi um avanço significativo para os docentes.

O Projeto Político Pedagógico da escola não foi concluído, ou seja, até o presente momento ainda não foi discutida a sua elaboração pela comunidade escolar. O Projeto expressado não é somente uma exigência legal do Sistema Educacional brasileiro, mas também as necessidades, os propósitos, as expectativas e metas do ensino escolar, ou seja, metas de instituições de ensino são contempladas nesse projeto. Muito mais importante se torna para Escola Estadual Dom João Marchesi, pelas diversidades socioculturais dos discentes desta referida escola e a necessidade de tê-la é de fundamental importância, não somente para escola como também para os docentes, administrativos e para os pais de alunos. Não dá para o docente planejar seu trabalho do ano letivo em curso considerando apenas interesses individuais, sem levar em conta o PPP. É preciso trabalhar de forma alinhada, de modo que as estratégias adotadas por cada docente ajudem a concretizar as metas instituídas nessa orientação mais geral.

Em relação ao Projeto político pedagógico-PPP, o Veiga (1996), considera que

O fundamental é que a escola seja palco de inovação e investigação e torne-se autônoma por referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação (VEIGA, 1996, p. 31)

Vale lembrar que a EEDJM tem 32 (trinta e dois) anos de existência e que o docente não trabalha sozinho, mas com a equipe e tendo como foco o discente. O PPP da escola é o coração do planejamento escolar, porque está voltada diretamente para o que tem de mais importante – o discente, e para aquilo que docentes e toda a comunidade esperam de uma escola que é uma boa aprendizagem.

A organização do Projeto Político Pedagógico pelas escolas deu início com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (n.º 9.394/96) que se tratando do mesmo em seu artigo 12, antecipa que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (BRASIL, 1996).

E no seu artigo 13, inciso primeiro, determina que: “Os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1996) ”.

A sua elaboração deve ir além de seguir regras inseridas nas legislações, elas são os meios de como alcançar os objetivos para a elaboração do PPP e declara o direito de aproveitar a liberdade que autoriza ao coletivo da escola estabelecer as ações fundamentais para que se construa o cidadão desejável.

A Resolução 122/2010-CEE/AM, estabelece a organização do PPP no seu Capítulo IV - Dos Objetivos do Regimento Geral, no artigo 6º. O Regimento Geral das escolas da Rede Estadual de Ensino tem por objetivos, inciso V e alínea a) “participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. ”

No mesmo Resolução no seu Secção II, no artigo 142 Ao Gestor compete: inciso V:

Coordenar a elaboração, a execução e a avaliação do Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e do Plano Anual de Aplicação de Recursos-PAAR; observadas as determinadas determinações da SEDUC. (CEE/AM, 2010, p.43).

Nesse contexto, fica a clareza, a competência e a responsabilidade de cada profissional da educação escolar, quanto na elaboração do projeto e a Escola Marchesi necessita com urgência destes agentes públicos para a elaboração.

Além do PPP a escola não possui Regimento Interno Escolar, previsto no artigo 142 do inciso V deste Regimento Geral, ou seja, faltam dois documentos essenciais para a busca dos objetivos a serem trilhados e através destes que a escola busca a qualidade de ensino. O Regimento Interno é o documento que normatiza o funcionamento pedagógico e administrativo das instituições de ensino, orientando o desenvolvimento do trabalho a ser desenvolvido no ambiente escolar. O regimento é a “lei da escola”, pois regula o funcionamento da instituição de ensino.

Nas conversas com alguns docentes, paralelo a entrevistas, a respeito da elaboração do PPP, docente BG faz breve comentário na qual relata nas suas falas desta forma:

”Esse assunto é comentado todo santo ano, início e final do ano letivo, vamos fazer o nosso PPP esse ano. O problema não é elaborar o PPP, é nós querer fazer e não é por falta de tempo, o tempo temos de sobra. Olha, se a escola se preocupa em realizar os eventos, por que não parar numa sexta ou em dia da semana para discutir sobre o projeto? O interesse é da escola, dos professores e da comunidade escolar”.

Nesse contexto, o docente relata que quando se pretende realizar algo, tem que ser sacrificado algumas aulas e vai diretamente ao encontro das aulas letivas dos dias das semanas. A discussão do PPP tem que ser da iniciativa da gestora escolar e dos docentes, como normatiza a Resolução nº. 122/2010. Recursos humanos a escola disponibiliza, basta analisar o Quadro 5, docentes especialistas de diferentes áreas de conhecimento e entre eles os especialistas em Gestão Escola. Para isso, alguém precisa ceder o tempo e o espaço. Para a construção do PPP, os docentes devem estar atentos para não se fundamentar em um mecanismo de promoção junto a SEDUC e direcionar sua atenção para a realidade da escola como uma ação educativa que visa à integridade da realidade da EEDJM, e contemplar a interdisciplinaridade das temáticas ambientais, bem como a integração das diversidades.

O Plano de Gestão Escolar é uma ferramenta fundamental e necessária para impulsionar a efetivação do processo, fazendo com que os educandos sejam contemplados através de metas e ações qualitativamente planejadas e que os promovem constantemente para a apropriação do conhecimento e o pleno exercício de sua cidadania. Segundo consta no plano, a sua avaliação será realizada pelos

diferentes segmentos da escola. As decisões são tomadas no coletivo visando o cumprimento do projeto e a melhoria da qualidade educativa, uma vez que as metas e ações são refletidas de forma dinâmica, sendo avaliados os pontos positivos e negativos, acrescentando as novas sugestões e propostas para os objetivos possam ser atingidos. Uma das metas de ações está o item: conservar o espaço físico da escola; e na dimensão física está o item: trabalhar com os alunos a necessidade de preservação e conservação do patrimônio público.

Nesse contexto, o Plano de Gestão não trata as questões ambientais com clareza, mas está relacionado com o ambiente do meio escolar. Envolve os problemas dentro do espaço escolar como constatada nos resultados das observações nas salas. Porém, quando perguntado, aos docentes participantes da pesquisa, na sua maioria não conhecem da sua existência e nem da sua elaboração, talvez, sendo exclusivo da competência da gestora escolar. Se tratando de sua avaliação realizada por diversos segmentos escolares, jamais aconteceu na escola, sendo um documento individualizado e não coletivo. A sua elaboração deveria se dar através desses segmentos como: APMC, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, docentes e administrativos, talvez nem mesmos os segmentos que tenham o conhecimento dela. Para poder alcançar as metas de ações deve prevalecer sempre o coletivo, através dele se busca o fortalecimento escolar, a harmonia, o respeito e principalmente o diálogo entre a comunidade escolar.

O Plano de Ensino consiste na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido no ano letivo em curso, em cada turma e em cada disciplina específica. Deve considerar os pressupostos estabelecidos no PPP, os PCNs e temas transversais. A sua elaboração é de competência exclusiva do docente responsável pela disciplina a ser ministrada, e deve ocorrer assim que o docente conhecer o quadro de sua lotação e quais as turmas que poderá lecionar.

De acordo com LDB, o Plano de Ensino deve ser pelo docente titular da disciplina e no Art. 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – *Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento do ensino;*
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

No artigo 13, requer dos docentes o conhecimento prévio do PPP, pois através do Plano de Ensino que viabiliza o desenvolvimento.

O Plano de Ensino é o documento que organiza o ensino-aprendizagem em sala de aula para registrar o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com o que fazer e com quem fazer. É o registro escrito, sistematizado e justificado das decisões tomadas pelo docente. Auxilia na organização do tempo e materiais utilizados, permite uma avaliação do processo de ensino e aprendizagem, bem como possibilita compreender a concepção de ensino e aprendizagem e de avaliação do docente; e ainda pressupõe a reflexão da prática educativa.

Nos resultados dos Planos de Ensino estudados, verificou-se que em algumas disciplinas não existe a comprovação nos seus respectivos planos e muito menos a inserção nos seus conteúdos curriculares as temáticas ambientais, bem como a não entrega de planos junto à gestora. Assim, a análise de Planos de Ensino dos docentes seguiu a orientação da Proposta Curricular do Ensino Médio do Estado Amazonas. Os resultados dos dados obtidos da análise documental dos Planos de Ensino, revelam o lado positivo reforçando que somente as disciplinas de Biologia, Química e Geografia, trabalham com as temáticas ambientais nos seus respectivos conteúdos curriculares para o ano letivo em curso. Porém, o lado negativo é que a maior parte dos planos de ensino não contemplam as questões ambientais

Nos relatos da gestora ficou visível a preocupação com os planos de ensino que não foram entregues, tendo em vista as fiscalizações da SEDUC, A não entrega de planos pode estar relacionado pelo fato de a escola não possuir o PPP e o Regimento Escolar para seguir as determinações, pois, o mesmo auxilia na organização do tempo e materiais a ser utilizados, permite uma avaliação do processo de ensino e aprendizagem, bem como possibilita compreender a concepção de ensino e aprendizagem e de avaliação do docente; e ainda pressupõe a reflexão da prática educativa. Também está relacionado com rodízio constante dos docentes que são contratados pelo Processo Seletivo Simplificado-PSS, não somente o processo, mas também pelo regime complementar e as designações da realizada pela SEDUC, problema esse que afeta diretamente o planejamento, jornada de trabalho e as continuidades das ações do ano letivo, há muitos anos.

O ano letivo sempre inicia em fevereiro com quadro de docentes incompletos e com horários especiais como uma forma vergonhosa de acobertar as falhas burocráticas do Sistema Educacional do Estado e dos agentes públicos, a qual cabem as pastas. Os contratados do PSS chegam a completar o quadro de docentes em meados de maio para junho, fora o problema da demora no pagamento, e a minoria dos docentes contratados não entregam os planos de ensino porque não participam da semana pedagógica e isso aconteceu no passado e continua acontecendo todos os anos. Contudo, independente que seja do quadro efetivo, integrado ou PSS, tem a obrigação de elaborar e entregar os seus planos à gestora escolar, todos têm que cumprir suas obrigações, tanto as escolas e Governo do Estado.

Os resultados obtidos das análises de Planos de Aula, foram constatados que alguns docentes não entregaram os planos, dificultando os trabalhos de análises da prática pedagógica dos docentes, bem como dos conteúdos programáticos e os disponíveis não se valorizaram conteúdos relacionados às temáticas ambientais pelos docentes do Ensino Médio. Sendo assim, a minoria dos docentes tem cadernos de registros de aulas das suas disciplinas e outros utilizam apenas o livro didático como referência do plano de aula, e a gestora dá indícios que não faz questão de recolher os planos de aulas. Como relata o docente MTA nas suas falas:

“Durante que estive aqui trabalhando na escola, em nenhum momento a gestora procurou solicitar a entrega dos planos de aulas, que eu lembrei. Eu tenho meu caderno de registro de conteúdos programáticos específico da minha disciplina e muitos não têm. Acho que ninguém entrega aqui na escola, eu não vejo isso. E não tenho registro sobre temas ambientais, abordo isso durante as aulas de forma natural”.

O Plano de Aula é um documento no qual o docente, ao planejar o que será ensinado, registra o tema da aula, define o objetivo, a metodologia que será utilizada e como irá avaliar o aprendizado dos docentes e muitas outras informações. O documento pode ser o diferencial entre uma boa aula e uma aula desmotivadora, afinal, quanto mais planejamento, melhor a chance de alcançar os objetivos propostos com a aula. É nesse momento que o documento vai ser útil para o docente. Elaborar plano de aula com objetivos claros é a melhor maneira de obter diagnósticos sobre seus métodos de ensino, caso contrário, o docente pode parar, reavaliar os métodos, tentar entender o que está errado e criar um plano de aula. A reavaliação da prática pedagógica dos docentes é também fundamental para se alcançar os objetivos. A aula

é o momento de aprendizado do discente e sua elaboração do plano pode ser considerada o momento de aprendizagem do docente.

Quanto às observações realizadas nas salas de aulas sobre as abordagens das temáticas ambientais, foram constatadas e presenciadas, se materializando em algumas áreas de conhecimentos como nas de Biologia, Geografia e Química. Assim sendo, os docentes seguiram de acordo com os conteúdos previsto no Plano de Ensino, dando a entender a obrigatoriedade apenas dessas disciplinas de abordarem os temas ambientais, mas podendo ser de todas as áreas de conhecimento e essa forma de pensamento e esse olhar, por parte do docente, tem que ser revista na sua prática pedagógica e nos seus planos.

Na prática pedagógica dos docentes alguns métodos de ensino mereceram destaques em todas as séries como os métodos de exposição verbal e de exemplificação, estudo dirigido e de investigação, método de trabalho em grupo, debate, seminário e atividades práticas. São métodos que podem chamar atenção e o interesse dos discentes, desde que seja prático e objetivo. Dessa forma, os docentes nas suas entrevistas e na oficina pedagógica, tem despertado o interesse em atividades extraclasse, porém a sua prática gera discussão entre a comunidade educativa pelo fato de envolver cuidado e responsabilidade na condução das atividades e com os discentes. A caminhada ecológica proporcionou o interesse e a participação dos discentes por ser algo novo, mas precisa de planejamento integrado com antecedência e ser levado ao conhecimento da direção escolar e no final realizar atividades de exposições, debates e seminários.

De acordo com o Freire (1981) a exposição dialogada de temas ambientais, permite que o aluno se apresente como um ser ativo no processo de ensino aprendizagem, promovendo a criação de um ambiente favorável pela elaboração e reconstrução de conhecimentos por meio de trocas de ideias, do contato reflexivo com diversas representações e interpretações, bem como a apreensão das descobertas vivenciadas.

Durante as observações foram identificadas as dificuldades da prática pedagógica do docente, pois ele tem obrigação de planejar e preparar suas aulas, tendo em vista que a dinâmica de participação dos discentes só realizará a partir dos conteúdos que são de seus interesses e de seus conhecimentos. A desmotivação e a mudança de comportamentos por parte dos discentes ocorre quando não há interesse nas aulas e pode ser evitado com prática pedagógica dinâmico que desperte a

participação e interesse dos discentes, no final das contas eles são os culpados quando a prática, não alcançar o objetivo traçado e o docente jamais é o culpado, mas deveriam ter a preocupação de rever suas práticas pedagógicas.

A não conservação e a preservação dos materiais das salas, bem como o meio ambiente das salas, ficaram expostos durante as observações dando indícios da necessidade de se trabalhar com urgência na conscientização com os discentes a importância da conservação dos materiais das salas, uma vez que são patrimônio da escola. Nesse contexto, as atitudes e comportamentos de alguns discentes podem estar relacionados também com seu modo de vida ou capricho, se não se preocupam em conservar e preservar o ambiente das salas, logo não terão também a preocupação de conservar e preservar o meio ambiente em que convivem.

A Educação Ambiental, como política pública no ensino formal, apresenta possibilidades de contribuir com sociedades sustentáveis, considerando que somente por meio de um processo educativo que respeite a diversidade cultural, pode-se integrar os conteúdos curriculares ao modo de vida da população. É de suma importância a conscientização para a conservação do ambiente escolar, mas é também um desafio a ser vencido pela Escola Marchesi.

Neste contexto, à conceituação dos entrevistados sobre a Educação ambiental, notou-se que os docentes não têm conhecimento ou informação a respeito da educação ambiental de forma clara, mas as suas concepções e entendem que a EA aborda sobre os recursos naturais e sua preservação, o uso sustentável da natureza. Foi notável que alguns tenham conhecimento do conceito muito próximo do que é a educação ambiental, não do tema, mas muito se deve ao conhecimento das suas formações acadêmicas para o exercício da docência ou da experiência de vida. O docente BG, conceitua a educação ambiental dentro do seu ponto de vista, desta forma

“Olha são os meios em que cada indivíduo constroem os seus valores sociais para consumir o meio ambiente e usar o essencial para ter uma vida de qualidade e para os seus sustentos para que mais tarde não faltarem para nossos filhos. Se não preservamos, iremos acabar com o meio ambiente e os futuros moradores serão prejudicados”.

Essa concepção do docente BG aponta para a realidade local, SGC, a população de diversos grupos étnicos, residentes nas comunidades, tem uma relação harmoniosa com a natureza e utilizam os recursos naturais de forma sustentável e consciente de suas necessidades. Porém, dentro da realidade da cidade essa

concepção, talvez já não pode ser concebida com mesmo conceito, uma vez que na cidade mesmo sendo a maioria da população ser indígena, os problemas ambientais estão avançando a cada dia que passa. Se a população não mudar de atitude será difícil reverter no futuro e a escola é de suma importância para o processo de conscientização. Conforme Guimarães (2001), essa concepção aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações ser humana-natureza com sua própria subjetividade, num processo de construção de uma nova ética, uma nova cultura, novos conhecimentos reflexivos.

Na Escola Marchesi, os discentes são oriundos de diversas regiões do país, países vizinhos, das diversas etnias e das diversas localidades do município com suas diferenças, com seus modos de vida e saberes tradicionais diversificados. É, portanto, uma escola com pluralidade cultural, uma escola de todos e para todos. Os docentes remetem ao conceito de uma escola multicultural com aspectos das diversidades social e étnica, com respeito à diferença e à expressão individual e coletiva. A escola tem papel fundamental para a existência de um ensino integrador e conscientizador relativos às questões ambientais e inclusão das diversidades culturais. Os docentes precisam ter esse olhar diferenciado e a prática pedagógica inclusiva, necessário que que atenda esses requisitos, até porque o docente também pertence a umas das 23 etnias reconhecidas do Alto Rio Negro.

Assim, para Mendel (2007), cabe à escola o desafio de trabalhar um currículo em prol da formação de identidades abertas a esta pluralidade cultural, numa perspectiva de educação para a cidadania, para a paz, para ética nas relações interpessoais, para crítica às desigualdades sociais e culturais.

A educação ambiental é revelada essencial para a transformação social, imprescindível ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado das presentes e das futuras gerações, tendo como a função a conscientização, a preservação e sua utilização sustentável, tentando despertar a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente e superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo, esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante (SILVA e CENCI, 2015, p. 70).

Concordamos com Silva e Cenci, (2015), que independentemente da cultura, a escola deve corresponder a igual responsabilidade pela manutenção e preservação do ambiente, visto que, não somente os presentes, mas também as futuras gerações, têm direitos sobre ele. Daí surge o importante papel da EA, sendo necessária a

tomada da consciência sobre a relação entre sociedade, meio ambiente e as diversidades culturais.

Nos resultados obtidos das entrevistas dos docentes, na sua maioria, alegam a importância da discussão de temáticas ambientais em salas de aulas, tanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio, os resultados foram citados e listados pela maioria dos entrevistados como consta na figura 29. Os temas citados são os mesmos problemas que a cidade enfrenta e relatam também que os docentes das áreas exatas podem muito bem trabalharem nas salas de aulas ou nos eventos realizados pela escola e alegam que trabalham as temáticas ambientais de forma transversal e interdisciplinar. Percebe-se que os docentes reconhecem a importância da discussão das temáticas em salas de aulas pelo crescimento significativo dos problemas ambientais na cidade. Quanto ao trabalho transversal e interdisciplinar foram constatadas a grande dificuldade que os docentes têm para diferenciá-las, bem como na sua prática pedagógica. Uma parte dessas dificuldades foi amenizada durante as abordagens na oficina pedagógica com os docentes, na ocasião foram repassados os conteúdos, na qual, foi acordado que a direção escolar e a equipe pedagógica abordassem sobre os temas na semana pedagógica no início do ano letivo. O planejamento escolar será de fundamental importância para reverter esse quadro, mas também com a colaboração dos docentes, tendo em vista a conscientização, na formação de cidadãos críticos e como pessoas humanas que respeitem a natureza visando a geração futura.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997), os professores devem trabalhar a Educação Ambiental de forma transversal e interdisciplinar permeando todas as disciplinas presentes no currículo escolar para que os alunos possam entender sua complexidade.

Em relação a prática pedagógica, recorremos a ideia de Rodrigues (2008b), mostra a necessidade de uma revisão da postura do profissional da educação, por meio de um rompimento com a prática tradicional, possibilitando a construção de trabalho pedagógico capaz de integrar diferentes concepções educativas, sociais, histórica e culturais.

As práticas pedagógicas incluem desde o planejamento, o processo de elaboração de conteúdos programáticos, a escolha de recursos pedagógicos e a garantia do processo de ensino-aprendizagens que são de suma importância para a formação do discente. Percebeu-se nas entrevistas dos docentes alguns pontos

citados como desafiador para trabalhar as questões ambientais em salas de aulas, sendo umas delas o planejamento escolar e o PPP. Planejar é necessário à vida pessoal e profissional, seja da área da educação ou de outras áreas de atuação. O planejamento é um instrumento que auxilia a prática pedagógica do educador e permite uma organização metodológica do conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula pelo docente. Segundo Oliveira (2007),

[...] o ato de planejar exige aspectos básicos a serem considerados. Um primeiro aspecto é o conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas; para que o planejador evidencie faz-se necessário fazer o primeiro um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim, traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar (OLIVEIRA, 2007, P. 21).

Concordamos com Oliveira, caso o docente não consiga identificar as principais necessidades a serem trabalhadas como conteúdos na sala, dificilmente as metas ou objetivos serão elaboradas e conseqüentemente o docente terá dificuldades nas práticas pedagógicas. E a escola e a equipe pedagógica têm a obrigação de dar o foco para planejamentos integrados entre as áreas, isso deve facilitar o planejamento.

Outros grandes desafios citados estão também a falta de apoio pedagógico, que seria importante tê-las em cada turno, mas se torna difícil pelas características físicas que a escola apresenta, é uma realidade que a escola vivencia a muitos anos; falta de materiais pedagógicos para os discentes, é um fato, mas a escola poderia disponibilizar os materiais essenciais por meio do PDDE e APMC, mas a inadimplência muitas vezes dificulta a escola receber alguns recursos. Esse item se torna relevante pelas diversidades, étnica, social e econômicas dos discentes, pois, nem todos os discentes têm condições econômicas para manter nas escolas, quando o governo do estado disponibiliza não eram valorizadas;

A estruturação dos recursos tecnológicos é necessária como: Data Show, notebooks, caixa amplificadora etc., pois percebeu-se a indisponibilidade de equipamentos para os docentes e muito menos para os discentes, pois é preciso ter zelo pelos poucos equipamentos que se tem e saber manuseá-los. O laboratório de informática, por exemplo, já teve utilidade no passado servindo como sala de pesquisas para a comunidade escolar e para os docentes de cada turno, cursos de informáticas básicas e avançadas nos contraturnos oferecidos pelo CETAM e hoje praticamente não tem nenhuma utilidade para seu fim. São recursos pedagógicos que

podem fazer diferença na prática pedagógica dos docentes, que podem chamar atenção e curiosidades, visando o ensino aprendizagem dos discentes. O último desafio se trata do desinteresse dos docentes, pode estar relacionado por falta de planejamento, do compromisso com o ensino, na dedicação na mudança do fazer pedagógica e investir na formação continuada dos docentes.

De acordo com os entrevistados, poucos docentes realizam constantemente cursos de formação continuados em algumas áreas específicas, caso de matemática e português, mas é necessário formação para outras áreas de conhecimentos e oportunizar a todos os docentes, pois o estado cria normas educacionais e não cumpre, caso da Educação Ambiental.

Quanto às atividades desenvolvidas com os discentes, em relação às questões ambientais, os trabalhos com garrafas PET têm sido indicados pelos entrevistados e palestras com as instituições parceiras, mas uma atividade tem chamado atenção nas suas falas e na oficina pedagógica, a atividade extraclasse. A atividade extraclasse, realmente é um trabalho que chama atenção e envolve o interesse na participação dos discentes, pois quebra a rotina diária das salas de aulas. Como toda atividade requer planejamento junto a direção escolar, a elaborar um plano de ação integrado com outras disciplinas. Nesse contexto, a direção tem dificultado as atividades extraclasse, por envolver vários fatores como transporte, perda de tempo de aula, responsabilidade com os docentes, entre outros. A escola não está para dificultar nas atividades extraclasse, mas sim dar apoio, incentivos e condições para que mais atividades sejam executadas com frequência na escola.

Percebeu-se a falta de discussões da temática ambiental por falta de planejamento e a inserção no calendário. Nas entrevistas, os docentes relatam a inserção de temáticas ambientais nos planos de ensino e de aula, porém a maioria entra em contradição, pois na análise documental não se identificou a inserção das temáticas nos planos e sim os conteúdos específicos de cada disciplina. A falta de conhecimento dos PCNs e RGEEAM foram indicativos de as temáticas não serem incluídas nos seus planos, o lado teórico precisa ser explorado pelos docentes para facilitar as práticas pedagógicas. Os docentes relatam que as disciplinas das áreas humanas e da natureza trabalham com essas temáticas e são inseridas nos seus respectivos planos. Esse olhar se confirma nos relatos, dando a entender que somente essas áreas humanas e de natureza tem a obrigatoriedade de trabalhar com

essas questões é demais não tem o compromisso. E a práxis precisa ser quebrada pelos docentes com esse olhar e dizentes formadores de opiniões.

Bordenave e Pereira (2002) ressalta a importância das estratégias de ensino do professor para que o aluno tenha diversas formas de interação e construa o conhecimento de acordo com suas experiências individuais para interpretar as informações, experiências subjetivas, conhecimentos prévios.

Sendo assim, a qualidade de ensino reflete diretamente no envolvimento do discente com a aprendizagem e as escolhas das estratégias de ensino pelos docentes serão fundamentais para o aprimoramento do trabalho pedagógico, tendo em vista a qualidade de ensino dos discentes.

Nos resultados obtidos das entrevistas, percebeu-se que as estratégias de ensino utilizadas pelos docentes têm contribuído para o aprendizado dos discentes, para conteúdo de disciplinas específicas. Porém, as práticas de ensino voltadas para as questões ambientais precisam de um planejamento integrado, ser incluídas nos planos e no calendário escolar, precisando dar uma pequena atenção para essas temáticas que são importantes quanto aos conteúdos de outras disciplinas. De acordo com os docentes, algumas atividades são utilizadas com frequência para a construção dos conhecimentos, mas a atividade extraclasse, podem ser utilizadas como umas das alternativas que podem ser trabalhadas com questões educativas, culturais pela dimensão das diversidades étnicas dos discentes e esportivos. É uma atividade complementar dos trabalhos desenvolvidos nas salas e tem que ser explorada pelos docentes, principalmente com as atividades relacionadas às temáticas ambientais, e a cidade de São Gabriel da Cachoeira possibilita essa condição ímpar para trabalhar com questões como os mitos, lendas, morros, monumentos históricos, lugares sagrados, áreas de preservação naturais, problemas ambientais, paisagens, caminhadas ecológicas, tradições culturais.

Sendo assim, a atividade extraclasse pode ser umas das alternativas de trabalhos a serem desenvolvidas pela escola, pois chama atenção e a curiosidades dos discentes, são trabalhos que envolve a participação e a motivação dos discentes, ou seja, são atividades que são bem aceitos pelos discentes, mas requer cuidado e o planejamento com antecedência para que a prática pedagógica tenha resultado esperado. Para que a aula seja interessante, atrativa e participativa nas salas, requer por parte do docente a paciência, o diálogo, saber ouvi-los, respeitá-los, principalmente as suas opiniões.

Quanto ao uso de recursos didáticos são ferramentas complementares para dar suportes nas salas de aulas, os docentes relatam utilizar os livros, cadernos, quadro branco, Datashow e notebook. São ferramentas que podem facilitar o trabalho dos docentes quando realizadas com planejamento e com os objetivos claros. Por outro lado, o docente tem que saber manusear essas ferramentas, usá-las com responsabilidade e acompanhar os avanços de comunicação. O diálogo pode ser umas das ferramentas fundamentais para ter uma aula dinâmica, ouvir as opiniões dos discentes e o acesso à internet pode ajudar na pesquisa e de execução de atividades, porém a sala de informática não disponibiliza o acesso à internet e a lei do Estado do Amazonas proíbe ao discentes o uso de celulares em sala de aula. Nas entrevistas, alguns docentes relatam que liberam os discentes a utilizarem celulares em sala, mas infringe a lei estadual é preciso ter esse cuidado.

Os docentes afirmam utilizar como referências para a orientação da prática pedagógicas nos seus planejamentos escolares os PCNs para os conteúdos das disciplinas específicas e orientam também a prática de ensino de Educação ambiental nas escolas, ou seja, a escola investigada apresenta indicativos de não seguir as orientações, da mesma, de não incluírem em suas metodologias a educação ambiental nos conteúdos de suas disciplinas. A concepção de ensino é própria de cada docente, e geralmente reflete na prática pedagógica.

Para se ter uma escola multicultural assumida, segundo Touraine (1999), a função da escola:

Não é somente uma função de instrução; tem também uma função de educação, que consiste em, ao mesmo tempo, encorajar a diversidade cultural entre os alunos e favorecer as atividades através das quais se forma e se afirma a sua personalidade. (TOURAINÉ, 1999, p. 326).

Para Touraine a escola: “é um lugar privilegiado de comunicações interculturais. ” (p. 332). Segundo ele, a escola tem um papel preponderante na promoção da autoestima e confiança, na promoção das relações sem preconceitos e discriminações, criando oportunidades para que as crianças das minorias consigam desenvolver-se com conhecimentos suficientes, atitudes e competências necessárias à aquisição de estudos acadêmicos, emprego e cargos superiores, em suma, em iguais circunstâncias das crianças pertencentes à maioria (cultura dominante).

Uma escola multicultural não pode ser vista só como método de ensino para aprender novos conteúdos, mas também como um método de valorização para a

formação pessoal e para aprender a viver em comunidade. Esta é, simultaneamente, um direito e um meio fundamental para o respeito dos direitos humanos e liberdades essenciais e um alicerce para todas as formas de desenvolvimento, devendo estar disponível e acessível a todos.

Segundo Basto (2017), depois da família, a escola é o mais apropriado sistema aberto que faz parte da superestrutura social, pois dela fazem parte as crianças e jovens pertencentes à classe sociais de distintos costumes, aspectos físicos culturais. Para o autor, ela atende padrões de classes consideradas superiores e os que dela não fazem parte, ou seja, é o espaço onde propicia a eficácia da prevenção e atenuação dos problemas relacionados a preconceitos. A escola, através do seu Projeto Político Pedagógico-PPP, deve apresentar as ações que demonstrem a importância do multiculturalismo em uma sociedade. Neste contexto, a educação é a principal e a inclusiva via de acesso ao resgate da igualdade social e étnico, como a concretização da cidadania e do reparo da imagem distorcida do passado para com o presente.

Moreira e Candau (2003) destacam que é impossível imaginar uma educação multicultural, sem, no entanto, questionar-se sobre o professor e sua formação, tendo em vista que, somente através dele, é possível realizar um trabalho eficiente voltado para a conciliação de atritos. Assim sendo, o docente tem que estar preparado para lidar com as diferenças e com os diferentes, para isso é necessário a formação continuada para os docentes.

Basto (2017) afirma que a exclusão social é um fenômeno social que começa desde a infância, na família e dentro das escolas, por não se considerar que as diferenças físicas e as diversidades de costumes e hábitos estão dentro das normalidades sociais e amparadas por uma única lei. Para ele, a discriminação e preconceito exclui pessoas da sociedade, privando-as de um direito que lhes é devido, tornando-as alheios ao exercício intelectual e profissionalizantes.

Concordamos com Basto, é necessário que a comunidade educativa e comunitária seja atuante no processo de aprendizagem dos discentes e principalmente deve se estabelecer o diálogo entre as partes, somente dessa forma poderemos combater a exclusão social. É necessário inserir a educação multicultural no currículo pedagógico, em todas as instituições de ensino, inclusive nas universidades públicas ou privadas, pois este faz-se importante na vida profissional do professor Moreira e Candau (2003).

Na reflexão sobre a concepção dos entrevistados em relação ao “meio ambiente” os docentes compartilharam a ideia que envolve a natureza, um lugar onde as pessoas vivem mantendo relação harmoniosa e dela tiram os sustentos como caça, pesca e frutos, mas devemos usar de forma sustentável o que a natureza oferece, proteger e conservar quando for preciso. Segundo Sato (2003), o conceito de “meio ambiente” remete-nos a uma situação dualista entre ser humano e natureza, mas também é preciso decidir entre uma posição ou outra. Dessa forma, percebeu-se que a maioria dos docentes apontam nas suas entrevistas para uma concepção de meio ambiente voltada para natureza, aos seres vivos, a preservação e conservação da natureza. O docente BJ, relata na sua entrevista assim: “Está relacionado aos seres vivos, a natureza, ou seja, é interação de vários organismos vivos e não vivos.” Já o docente BG relata assim: “Se refere a todos que está inserido no ambiente em que convivemos e que abriga a vida de várias formas de vida e diversos ecossistemas.

Pode-se perceber que alguns conhecimentos são indispensáveis para o educador lidar em salas de aulas com as questões ambientais, como o conhecimento tecnológico para buscar informações sobre temas ambientais, conhecer as leis que tratam sobre a Educação Ambiental e educacionais, curso de formação para docentes e principalmente a elaboração do PPP da escola, o mais importante a reformulação de suas práticas.

Nesse contexto, já se vislumbra nas falas dos docentes, do turno vespertino da Escola Marchesi, a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca das práticas pedagógicas em Educação Ambiental, bem como o debate para a elaboração do PPP, que visam o ensino e à inserção das temáticas ambientais, de forma interdisciplinar e transversal, nas diferentes áreas do conhecimento presentes no currículo escolar.

Portanto, projeta-se a realização de momentos de interação entre os docentes de diferentes áreas de conhecimento estabelecendo desta forma autoconfiança em alcançar os objetivos propostos nas realizações de novas atividades que possa ocorrer de forma interdisciplinar e transversal das temáticas ambientais deixando de prevalecer a cultura do trabalho individualizado. A atitude de educador e cidadão deverá ter como princípio o aperfeiçoamento nas reflexões diárias, recomendando assim uma transformação interna que nos possibilite ampliar a visão da desintegração e estender o caminho à interdisciplinaridade e complexa construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo contemporâneo, o meio ambiente, somente poderá ser protegido dentro de uma visão coletiva e não individualista do direito, para que as presentes e futuras gerações vivam dignamente. O direito ao meio ambiente está entre as principais reivindicações dos movimentos sociais dos últimos tempos, bem como dos grupos étnicos, e representa um importante arma na luta pela criação de uma sociedade plural, mais justa e solidária.

A preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações somente ocorrerá a partir da dimensão ética, daí o papel da educação ambiental na criação de uma nova consciência. A educação ambiental tem como função a conscientização e a responsabilização quanto à preservação do meio ambiente. Os discentes, em geral, se preocupam pouco com problemas ambientais, como foi observado na atividade caminhada ecológica realizada na pesquisa, o que acarreta a necessidade de muito esforço para mobilizá-lo em defesa do meio ambiente. A educação é ferramenta de esclarecimento, de conscientização. Por mais que a educação para o meio ambiente mude de lugar para lugar, em razão das diferentes realidades, alguns princípios estão presentes praticamente em todas as culturas.

A população está cada vez mais envolvida com novas tecnologias, principalmente os discentes indígenas, perdendo desta forma a relação natural que tinham com a terra, a natureza e suas culturas. Sendo assim, os valores relacionados com a natureza não têm mais pontos de referências na atual sociedade moderna.

Nas análises de práticas pedagógicas realizadas com os docentes do turno vespertino da Escola Estadual Dom João Marchesi, percebeu-se ausência de inserção das temáticas ambientais como tema transversal e interdisciplinar nos conteúdos de diferentes áreas de conhecimentos. O resultado sobre o envolvimento das questões ambientais na prática pedagógica dos docentes, ficou claro que seu envolvimento se dá de forma pontual, ou seja, não há no planejamento escolar a preocupação para se trabalhar com essas questões.

Nas últimas décadas, com o avanço da globalização, vem se intensificando as preocupações inerentes às questões ambientais concomitantes a iniciativas dos variados setores da sociedade para o desenvolvimento de atividades e projetos no intuito de educar as sociedades para a conservação ambiental e a consequente mudança de hábitos e atitudes necessária à sustentabilidade do planeta.

A educação ambiental como política pública no ensino formal apresenta a possibilidades de contribuir com sociedades sustentáveis, considerando que somente por meio de um processo educativo que respeite a diversidade cultural, pode-se integrar os conteúdos curriculares ao modo de vida da população. É de suma importância a conscientização para a conservação do ambiente escolar e refletir sobre as causas dessas mudanças, mas também um desafio a ser vencido pelas escolas.

Nas análises dos instrumentos utilizados na pesquisa de campo, nos permitiram comprovar que a educação ambiental não está sendo de fato inserida nos conteúdos nas diferentes áreas de conhecimentos, e sim, como um tema que se desenvolve numa atividade pontual, ficando a cargo de cada docente.

A ausência do Projeto Político Pedagógico na escola vem dificultando o planejamento escolar dos docentes, pois os propósitos, as ações e as metas da escola poderiam estar sendo direcionadas pelo projeto, mas não se pode ter como uma justificativa para não incluir as temáticas ambientais nos conteúdos tendo em vista o Regimento Geral do Estado, dá o norte para se trabalhar como a educação ambiental. O desconhecimento desses documentos pelos docentes também dificulta a inserção das temáticas nos currículos escolares e conseqüentemente na sua prática pedagógica.

Durante a abertura do início do ano letivo de fevereiro de 2020, realizado no auditório do Colégio São Gabriel com os docentes, pedagogos, administrativos e Coordenadoria local da SEDUC/AM, pela primeira vez a pauta sobre o PPP foi levantado para que as escolas estaduais comecem a sua elaboração nas escolas, pois nenhuma escola da sede tem o PPP, a não ser as escolas estaduais indígenas. A coordenadoria local durante seu pronunciamento disponibilizou a equipe pedagógica para realizar o acompanhamento na elaboração do PPP nas escolas, pois a iniciativa foi de fundamental importância para as escolas e esperamos que não fique somente no discurso, mas também na sua prática.

As entrevistas e as observações da prática pedagógicas realizadas nas salas de aulas com os doze docentes do turno vespertino do Ensino Médio, nos permitiram esclarecer que a prática pedagógica com as temáticas ambientais, predominante atualmente na Escola Marchesi, está muito distante da prática esperada e a metodologia utilizada nada se assemelha uma prática interdisciplinar.

Nas observações em sala de aulas ficou evidente que os discentes do turno vespertino do EM, não se preocupam com o meio ambiente das salas, ou seja, a

conservação e a preservação com meio em que convivem diariamente, dá breve indicação que a conscientização para com os discentes precisa ser fortalecida. Se os discentes têm atitudes de não zelar pelo ambiente da sala, são alguns indícios que também não terão preocupação com os problemas ambientais. As questões ambientais trabalhadas na escola, comprovadas por meio dos resultados encontrados, viabiliza acreditar que o conhecimento sobre a problemática ambiental é pouca explorada em salas e ignorado no currículo escolar, uma vez que o PPP que poderia estar direcionado às ações e a sua ausência dificulta a prática interdisciplinar e transversal.

O município de São Gabriel da Cachoeira é conhecido a nível mundial pelas suas peculiaridades das demais cidades brasileiras, pelas suas diversidades culturais étnicas, pelas suas belezas e os recursos naturais, e por estar localizado no pulmão da Amazônia. Fato este que aumenta a responsabilidade da EEDJM, bem como outras escolas, a necessidade de trabalhar com as temáticas ambientais que deveria e deve ser o foco e dar atenção para essas questões. Para os leigos a cidade está perfeita e para o olhar da ciência a cidade dá indícios claros de que a cidade vem convivendo e sofrendo com sérios problemas ambientais. A sociedade, o Poder Público Municipal e as escolas, sejam federais, estaduais e municipais, devem buscar trabalhar em parcerias visando a conscientização voltadas para essas questões, quando cedo prevenir poderemos salvar a nossa cidade, caso contrário, a cidade será mais umas das várias cidades com os problemas ambientais, daí a importância do ensino das ciências ambientais na escola.

A constante intervenção humana vem transformando o ambiente natural, principalmente pelo constante crescimento da cidade com as construções de novas moradias, aberturas de novas ruas ou ramais e com isso contribuindo para os surgimentos da falta de abastecimentos de água, a falta de lixeiras e a falta de infraestrutura de qualidade para a população, contribuindo para os surgimentos dos problemas ambientais na cidade. Nesse contexto, a educação ambiental passa a ser uma abordagem de suma importância para a Escola Estadual Dom João Marchesi, bem como para o município e para o mundo. A escola é um ambiente que propicia a educação formal, conferindo a mesma o ato de educar para pleno exercício da cidadania e ao docente cabe a reformulação de suas práticas pedagógicas objetivando o ensino-aprendizagem dos discentes.

Portanto, praticar a Educação Ambiental no âmbito da escola, ainda é novidade e um desafio para os discentes e docentes desta instituição, daí a dificuldade de se trabalhar tal questão, implica em introduzir pontos críticos e reflexivos sobre o que o homem está fazendo com o meio ambiente dos bairros da cidade e ao mesmo tempo alertá-los de que é urgente a preservação desses espaços que está se perdendo ou sendo destruído. Porém, é preciso ações educativas ou projetos que trabalhem as temáticas no dia a dia escolar, pois a escola é o ambiente inicial propício para o desenvolvimento de uma educação ambiental em seu caráter crítico, mas também uma oportunidade para o desenvolvimento do ensino das Ciências Ambientais na escola.

“A’tho“ehêri pō’na” ayũnó tì’okã weesé, “masi ehêri pona”, kĩĩ katiroré tì’o yě’êkã weesé níísá tũnikã keoro ãyuní níkî wa’âkã weesé. “

Edgar Morin

“ O ato de sensibilizar é tocar no “coração”, a “alma” do indivíduo, é fazê-lo perceber-se integrado na trama da vida e na manutenção do equilíbrio da natureza. ”

Edgar Morin

REFERÊNCIAS

- AMBIENTE BRASIL. **Principais Marcos Históricos Mundiais da Educação Ambiental**. Disponível em <<https://noticias.ambientaisbrasil.com.br/artigos/2007/09/11/33350-principais-marcos-historicos-mundiais-da-educacao-ambiental.html>>. Acesso em 19.06.2019.
- ALVES, Edmar César. **São Gabriel da Cachoeira – sua Saga, sua História**. Goiânia: Kelps, 2007, 432 p.
- ANDRADE, M. **A diferença que desafia a escola: apontamentos iniciais sobre a prática pedagógica e a perspectiva intercultural**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, p.26.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BASTO, Manoel de Jesus. **Multiculturalismo e educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento. Ano 02, Ed. 01, vol. 14, pp. 110-118. Janeiro de 2017
- BEDANI, V. **O curso de pedagogia e a diversidade étnico-racial: trilhando caminhos**. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado): São Carlos: UFSCAR, 2006.
- BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2004.
- BERNSTEIN, B. (1996). **In Diálogo Entre culturas**. (n.º 18, p.2), Ed. Morata, Madrid, 1996.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coleção Ciência da Educação, v. 12, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem –** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795 - 27 de abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>LEIS>L9795>. Acesso em 15.06.2019.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente – MMA**. Conceitos de Educação Ambiental. Brasília, DF: 2009. Internet. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acessado em 29 jun. 2019

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos temas transversais e ética. Brasília, 1997.

Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977). **Conceito de Educação Ambiental**. Disponível em < <https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-nacional-de-educacao-ambiental.html>> acessado em 29 de jun.2019.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003

FISCARELLI, R. **Material didático e prática docente**. Revista Ibero – Americano de Estudos em Educação, UNESP, São Paulo, 2007. Disponível em < <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article>>. Acessado em 21 jun. 2019.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação Intercultural**: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993, 208 p.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado**: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia. v. 14 n. 28, p. 139 -15, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Vladimir Passos. **Direito administrativo e meio ambiente**. 2ª tir. Curitiba: Juruá, 1995.

GADOTTI, Moacir. **A dialética: concepção e método in: concepção dialética da educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa** - tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GUIMARÃES, M.A. **A Dimensão Ambiental na Educação** – Campinas, SP: Papyrus, 2001 – (coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

IMBERT, Francis. **Para uma práxis pedagógica**. Tradução Rogério de Andrade Córdova – Brasília: Plano Editora, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estimativa 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 março 2019.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, Edilza et al. **Educação Ambiental**. UEA, 2012.

KNECHTEL, Maria do rosário; FLORIANI, Dimas. Educação ambiental, epistemologia e metodologias. Curitiba: Vicentina, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2003.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia M. E. Orth - Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITE, C. **O Currículo e o Multiculturalismo no Sistema Educativo Português**. S. l.: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. **Problematizando conceitos: contribuição às práxis em educação ambiental**. In: LOUREIRO, C. F. B. et. al. (Org.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 104-161.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986.

MASSON, Ivanete. **A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós –Graduação em Engenharia Ambiental. 165 f, 2004

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **A escola e o multiculturalismo, a interdisciplinaridade e a articulação entre os conteúdos, competências e habilidades**. Planeta Educacional, 2007 Disponível em < <http://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal> > Acesso em 28 jun. 2019.

MENDES, Renato Porto Ribeiro. **Percepção sobre o meio ambiente e Educação Ambiental: O olhar dos graduandos de ciências biológicas da PUC-BETIM**. Dissertação (Mestrado), 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOITA, F.M.G.S.C; ANDRADE, F.C.B. **O saber de mão em mão: oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e a construção do conhecimento na escola pública.** REUNIÃO ANUAL DA ANPED, v. 29, p. 16, 2006.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria Carmo. **Análise Textual Discursiva.** 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MOREIRA, Antônio Ferreira e CANDAU, Vera Maria. **Educação Escolar e Culturas: construindo caminhos.** Revista Brasileira de Educação, nº 23. maio-agosto. 2003.

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. – Ed. Revista e modificada pelo autor – 8 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350 p.

MORIN, E. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2002b.

MORIN, E. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 11.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: 2006.

OLIVEIRA. Netto, Alvim de. **Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos.** 2 ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos.** 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

PANCERI, Bernadete. **O Campo do Saneamento Ambiental Rural: estudo das percepções hábitos e gêneros na visão comunitária e institucional.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 1997.

PERES, A. N. **Educação Intercultural: Utopia ou Realidade? Processos de pensamento dos professores face à diversidade cultural: integração de minorias migrantes na escola.** Profedições, Porto, 2000.

Povos Indígenas do Rio Negro: **uma introdução à socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira/Aloisio Calbazar, Carlos Alberto Ricardo editores,** 3. ed. rev. – São Paulo: ISA- Instituto socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

Recomendação de Tbilisi (1997). **Algumas recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos países membros.** Disponível no < www.mma.gov.br> acesso em 27 de julho de 2019.

Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas. **Resolução nº 122/2010 – Conselho Estadual de Educação – CEE/AM,** 2010.

RODRIGUES, Angélica Cosenza. A educação ambiental e o fazer interdisciplinar na escola. Araraquara, SP: Ed. Junqueira & Marin, Juiz de Fora, MG: FABEP, 2008b.

SÁ, L. L. Z. R. & Reis. **Pedagogia Diferenciada** – Uma forma de aprender a aprender. Cadernos do CRIAP, n.º 19. Asa Editores, Porto, 2001.

SATO, Michele; CARVALHO. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. 2005.

SILVA, Roberta Herter da; CENCI, Daniel Rubens. **Multiculturalismo e Educação Ambiental**: reflexão acerca da construção de uma nova postura ética dos seres humanos. Revista Contexto & Educação, 2015, p. 67-93. Disponível em < <https://revista.unijui.edu.br/index.php/contexto.educacao/aticle> > acessado em 20 jun. 2019.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Autêntica, Belo Horizonte, Brasil, 2007.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **A antropologia e o mundo contemporâneo**: cultura e diversidade. In SILVA, Aracy Lopes da, GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi (orgs.). **A temática Indígena na Escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau. São Paulo: Global: MEC: MARI: UNESCO, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 17. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

Universidade do Estado do Amazonas, PROFORMAR. **Educação Ambiental**/Coordenador: Elizabeth da Conceição Santos. – Manaus: UEA Edições, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 1996

VIEIRA, E; VOLQUINDO, L. **Oficinas de ensino**: o que? Por quê? Como? 4 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002

WHITEHEAD, Alfred North. **O conceito da natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

YIN, Robert K. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

O projeto pretende produzir um guia metodológico que apresentará estratégias didáticas para o ensino de Educação Ambiental a partir da percepção dos docentes e discentes de diversos grupos sociais que atuam na escola pública de São Gabriel da Cachoeira. Sua participação é voluntária e se dará por meio de reuniões em que serão realizadas entrevistas, conversas informais, atividades e uma oficina pedagógica para a construção de uma estratégia didática transdisciplinar para o ensino de Educação Ambiental, sendo registradas em áudio, fotografias e diário de campo. As informações fornecidas durante sua participação serão utilizadas somente para fins de pesquisa científica, na qual serão analisadas e publicadas na dissertação e em artigos científicos, mas sua identificação (nome e sobrenome) será guardada em sigilo, ou seja, não será divulgada.

Os riscos decorrentes de participação em pesquisa de acordo com a Resolução CNS 466/12 (BRASIL, 2012), podem envolver a “possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente”. Nesta pesquisa os riscos de sua participação podem ser leves, podendo ocorrer, durante os procedimentos de coleta de dados, alguns constrangimentos decorrentes da não compreensão das perguntas abordadas. Contudo deixamos claro que nossa intenção não é verificar o certo ou errado e sim a resposta mais adequada e significativa a sua realidade em relação à temática da pesquisa. Todas as dúvidas poderão ser esclarecidas a qualquer momento quando solicitado ou quando percebida pelo pesquisador. A fim de evitar danos e agravos procuraremos manter os devidos esclarecimentos, atentarmos também para os cuidados éticos da pesquisa.

Caso ocorra algum tipo de dano ou agravo, diante de mobilização de algum tipo de conteúdo, o senhor (a) receberá atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), localizado no município de São Gabriel da Cachoeira, com intuito de tratar tais problemas. Diante de outros agravos que possam ser decorrentes do processo tomaremos as providências reparatórias, responsabilizando-nos pelas eventuais implicações com respeito e zelo pelos participantes da pesquisa. Se o (a) Sr (a) aceitar participar dessa pesquisa, contribuirá com as informações que servirão de estudo sobre a Educação Ambiental e formação multicultural na escola pública de São Gabriel da Cachoeira, AM. Depois que autorizar sua participação na pesquisa, mediante assinatura em termo de consentimento livre e esclarecido, o (a) Sr (a) tem direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

APÊNDICE B – ROTEIRO TEMÁTICO PRÉVIO PARA AS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PROFCIAMB

I - PERFIL DO ENTREVISTADO

1. NOME DO DOCENTE:

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

a) GRADUAÇÃO:

b) PÓS-GRADUAÇÃO LATU-SENSU (Especialização):

c) PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU-SENSU (Mestrado):

3. Idade ___ anos. 4. Sexo: () M () F. 5. Etnia: _____ 6. Naturalidade: _____

7. Endereço Residencial: _____

8. Série de atuação: _____ Disciplina: _____ Anos de docência: _____

II – SABER LOCAL

1. Em sua opinião, o que é Educação Ambiental?

2. O que você sabe sobre a escola multicultural?

3. De que forma seria possível trabalhar em sala de aula as questões ambientais?

4. Você acha importante discutir as questões ambientais em sala de aula?

5. Na sua opinião, que temas ambientais poderiam ser trabalhados com os alunos em salas de aulas?

6. Na sua opinião é possível o professor de áreas exatas trabalhar temas relativos às questões ambientais em sala de aula?

7. Você trabalha de forma interdisciplinar ou transversal sobre os temas ambientais?

8- Existem problemas ambientais na sua cidade? Quais?

III – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

1. Quais os grandes desafios para trabalhar as questões ambientais em sala de aula?

2. Você já recebeu algum tipo de formação continuada que auxiliasse seus trabalhos na disciplina que você ministra?

3. Que atividades tem realizado com alunos para trabalhar as questões ambientais?

4. No planejamento escolar há preocupação de trabalhar com os temas ambientais?
5. Você tem inserido no seu Plano de Ensino e Plano de Aula questões relativas às questões ambientais?
6. Você tem ciência do Parâmetros Curriculares Nacionais, Regimento Geral das Escolas Estaduais do Estado do Amazonas que tratam sobre a Educação Ambiental?
- 7- Na sua opinião quais disciplinas abordam sobre as temáticas ambientais na escola?

IV - ESTRATÉGIAS DE ENSINO

1. A metodologia de ensino aplicada em sala de aula tem auxiliado para o aprendizado do aluno?
2. Que formas de atividades fazem parte do seu planejamento para contribuir com a construção do conhecimento?
3. Quais estratégias de ensino deve utilizar para facilitar o aprendizado dos alunos?
4. Que materiais didáticos utiliza com frequência para dar suporte nas suas aulas?
5. Na sua opinião, o que precisa para se ter uma aula mais dinâmica e integrada na sala de aula, se pensando na diversidade cultural dos alunos?
6. Você é professor em quais documentos escolares tem se orientado no seu planejamento das aulas?

V – CONCEPÇÕES DE ENSINO

1. Para o senhor o que é uma escola multicultural?
2. Na sua opinião, o que é o meio ambiente?
3. Quais conhecimentos são indispensáveis para o educador lidar em sala de aula com as questões ambientais?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. Principais temas que tratam das questões ambientais nas aulas.
2. Disciplinas que abordam os temas ambientais.
3. A motivação e participação dos alunos nas aulas.
4. Método de ensino utilizado pelo professor nas aulas.
5. Dificuldades do professor no ato de ensinar.
6. Domínio do conteúdo ensinado pelo professor.
7. O grau de interesse dos alunos pelas aulas
8. Quanto à participação dos alunos nas aulas.
9. Comportamento dos alunos.
10. Quantidade de alunos por turma.
11. Materiais e recursos utilizados.
12. Relação professor-aluno
13. Fotografias, imagens e materiais dispostos no ambiente escolar que retratam as questões ambientais locais.
14. Espaço físico da escola e da sala de aula.
- 15 Intervalos/lanches

APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, _____, gestora da Escola Estadual Dom João Marchesi, venho por meio desta, informar a Vossa senhoria que autorizo a pesquisador **OSMAR CORDEIRO DA SILVA**, aluno do curso de Mestrado profissional em Rede Nacional para o ensino de Ciências Ambientais (PROFICIAMB) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a desenvolver a pesquisa intitulada: “ **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO MULTICULTURAL NA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM.** Um estudo a partir da percepção dos docentes de uma escola pública estadual do município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, sob. A orientação da Prof.^a. Dra. Edilza Laray de Jesus

São Gabriel da Cachoeira, _____/_____/2019.

GESTORA ESCOLA

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr(a) a participar da pesquisa intitulada **“EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLA MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM”**, sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe. José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, que está sendo orientado pela Prof.^a Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br. no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando elas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

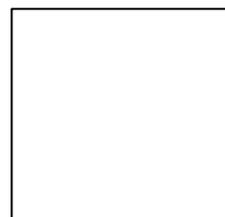
Eu, _____, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Orientadora Prof.^a Dr.^a Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

ANEXOS

ANEXO A – ATA DA AULA DE QUALIFICAÇÃO



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em
Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais - PROFICIAMB



EXAME DE QUALIFICAÇÃO

ATA DA AULA DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS - MESTRADO PROFISISONAL, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, sendo candidato (a) **Osmar Cordeiro da Silva**, matrícula 2185617, orientado (a) pela Prof.(a).Dr.(a). Edilza Laray de Jesus, que submeteu seu trabalho a comissão examinadora composta pelos seguintes membros: Prof.(a).Dr.(a) Edilza Laray de Jesus (presidente), Prof.(a).Dr.(a) Vilma Terezinha de Araújo Lima, Prof(a) Dr.(a). Ayrton Luiz Urizzi Martins. A sessão pública de defesa, realizada 28 de agosto de 2019, às 14 horas, tendo por local o Centro de Mídias da Universidade do Estado do Amazonas. Aberta pelo (a) presidente da comissão que em breves palavras apresentou a candidata (o) à Comissão Examinadora, o título do trabalho e descreveu o ritual da defesa. Convidou a candidata (o) para que em no mínimo vinte minutos e máximo quarenta minutos apresentasse o seu trabalho que tem como título "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM". Após a apresentação o(a) candidato(a), foi arguido(a) pelos membros da Comissão Examinadora. Em seguida a Comissão deliberou pela APROVAÇÃO do(a) candidato(a), nos termos desta ata lavrada nesta folha, arquivada na pasta de registros, na Secretaria do Curso. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 15h20 (horário local), sendo lavrada a presente ata, que, uma vez aprovada, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) candidato(a).

Manaus, 28 de agosto de 2019.

Profa. Dra. Edilza Laray de Jesus
Presidente da Banca Examinadora
CPF: 175 038 82-53

Prof (a). Dr(a). Vilma Terezinha de Araújo Lima
Membro da Banca Examinadora
CPF: 379 894 133-53

Prof(a). Dr(a). Ayrton Luiz Urizzi Martins
Membro da Banca Examinadora
CPF: 184 457 212-91

Discente: **Osmar Cordeiro da Silva**
Candidata (o)

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DA GESTORA ESCOLAR

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA



AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Glória da Cruz Miguel, gestora da Escola Estadual Dom João Marchesi, venho por meio desta, informar a Vossa senhoria que autorizo a pesquisador **OSMAR CORDEIRO DA SILVA**, aluno do curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais (PROFICIAMB) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a desenvolver a pesquisa intitulada: **“EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM”**. Um estudo a partir da percepção dos docentes e discentes de uma escola pública estadual do município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Edilza Laray de Jesus.

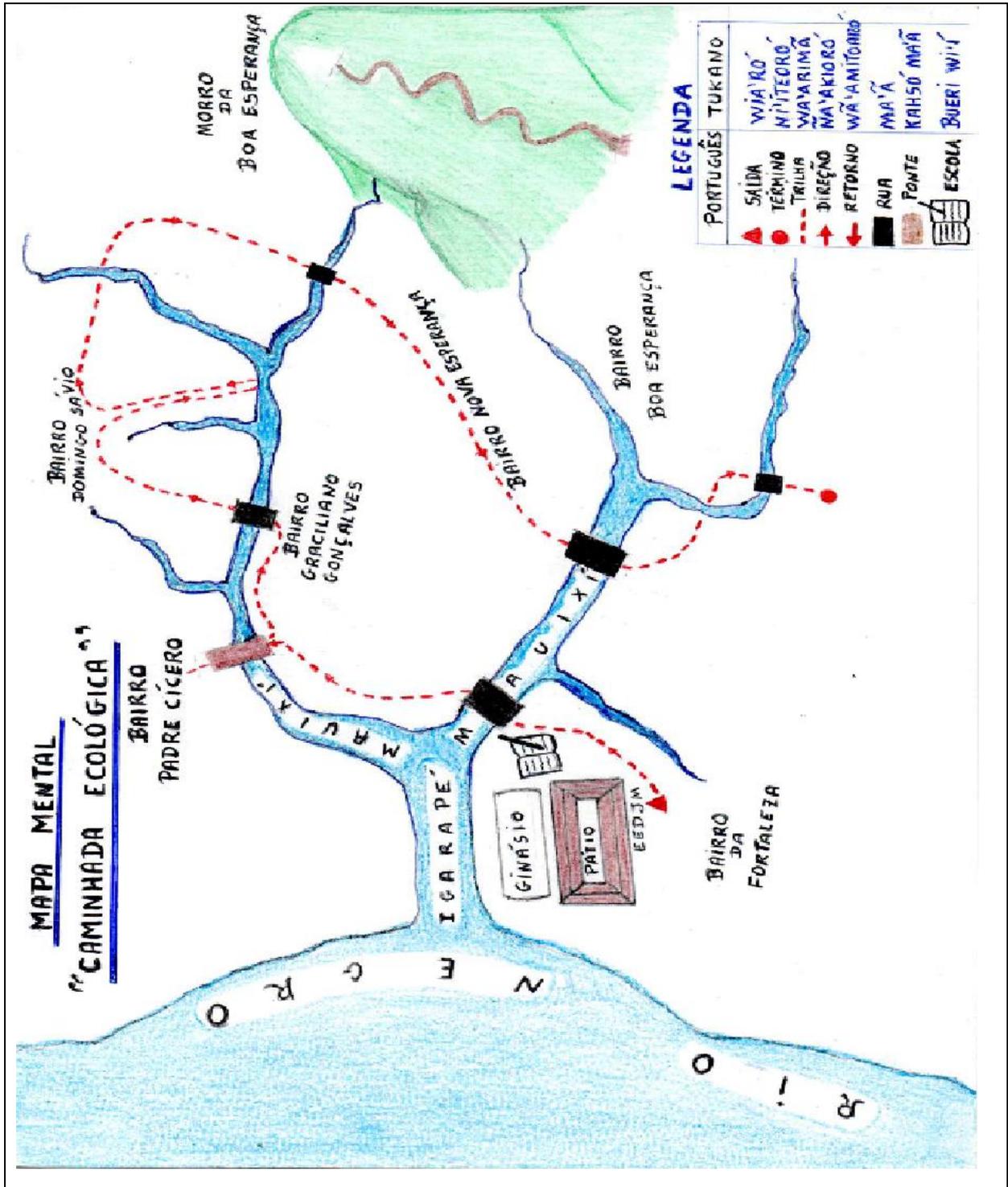
São Gabriel da Cachoeira, 18 / 09 / 2019.

Glória da Cruz Miguel

GESTORA ESCOLAR

Glória da Cruz Miguel
Diretora Part. CE 770/2007
Colégio Dom João Marchesi
São Gabriel da Cachoeira-AM

ANEXO C – MAPA MENTAL DA CAMINHADA ECOLÓGICA



ANEXO D – LEI Nº 145/2002, COOFICIALIZAÇÃO DAS LINGUAS NHEENGATU, TUKANO E BANIWA.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

ATOS DO PODER LEGISLATIVO
LEI Nº 145 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a Co – Oficialização das Línguas NHEENGATU, TUKANO e BANIWA, a Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/Am

FAÇO saber a todos que a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas decretou a seguinte:

LEI:

Art. 1º. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

Parágrafo Único – Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas, passa a ter como línguas co – oficiais, as Nheengatu, Tukano e Baniwa.

Art. 2º. O Status de língua co – oficial concedidos por este objeto, obriga o município:

§ 1º. A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas, na língua oficial e nas três línguas co – oficiais, oralmente e por escrito;

§ 2º. A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais, na língua oficial e nas três línguas co – oficiais;

§ 3º. A incentivar a apoiar o aprendizado e o uso das línguas co – oficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

ANEXO E – LEI Nº 0084/2017, COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUA YANOMAMI

16/10/2018

Município de São Gabriel da Cachoeira

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 0084/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

LEI Nº 0084/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a cooficialização da Língua Yanomami, como status de uso e prática reconhecidos juntamente com outras Línguas Indígenas e Língua Portuguesa no âmbito do Município de São Gabriel da Cachoeira e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Clóvis Moreira Saldanha, Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º A Língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, nos termos da Constituição Brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, em vigência no País.

Art. 2º Fica estabelecida no âmbito do Município de São Gabriel da Cachoeira como língua cooficial a Língua Yanomami, com status legal de uso e prática reconhecidos juntamente com as outras línguas indígenas e a Língua Portuguesa.

Art. 3º O status de língua cooficial concedidos por força desta lei obriga o Município de São Gabriel da Cachoeira:

- I - A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas, fazendo uso da língua oficial e das línguas cooficiais, oralmente e/ou por escrito;
- II - A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais, na língua oficial e nas três línguas cooficiais;
- III - A incentivar e apoiar o aprendizado e o uso das línguas cooficiais nas escolas e nos meios de comunicação;
- IV - A divulgação no Calendário Oficial de Eventos do Município as Festas Tradicionais do Povo Yanomami;
- V - A confecção de materiais didáticos e pedagógicos para as escolas municipais nas línguas cooficiais;
- VI - O Poder Público Municipal, em parceria com as organizações indígenas e instituições federais de ensino superior, tem até cinco anos para contratar tradutores e intérpretes indígenas;
- VII - Traduzir placas de sinalização;
- VIII - Oferecer atendimento à população nas quatro línguas;
- IX - Traduzir as leis municipais;
- X - Financiar a publicação de livros, nas línguas: Tukano, Nheengatu, Bororo e Yanomami que serão usados nas escolas públicas do Município.

Art. 4º São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial e em quaisquer das línguas cooficiais.
Parágrafo único. As instituições públicas e demais entidades de utilidade pública devem adotar medidas suficientes para fornecerem dados escritos e oralmente em versões na língua oficial e nas cooficiais, mediante dotação prévia de habilidades e competência de seus agentes públicos e atendimento, a bem deste serviço.

Art. 5º Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou cooficial que use, sob pena de responsabilidade na forma da lei.

Art. 6º As pessoas jurídicas devem respeitar, no desempenho de suas atividades no município, o estabelecimento no caput anterior, sob pena da lei.

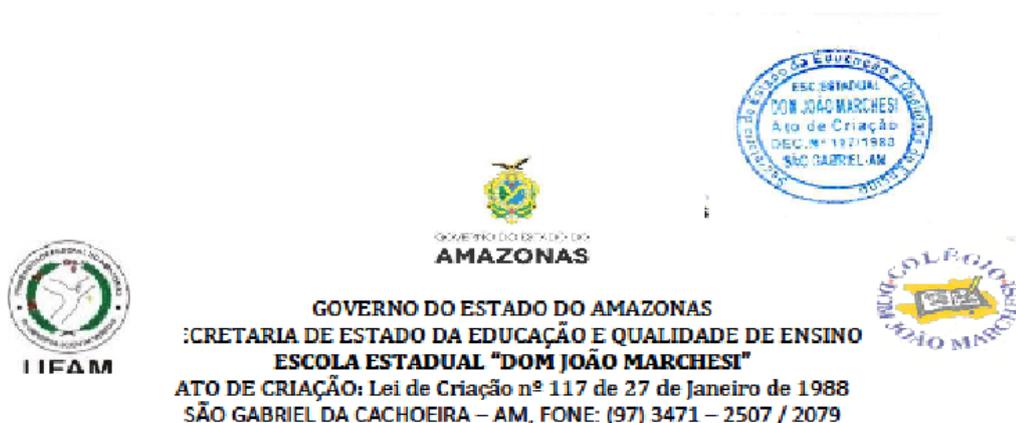
Art. 7º O uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurada nas escolas indígenas reconhecidas como tal, conforme dispuserem as legislações federal, estadual e municipal.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor nas datas de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM, 22

ANEXO F – PLANO DE AÇÃO



PLANO DE AÇÃO

- 1 PÚBLICOS-ALVOS – discentes do EM da Escola Estadual Dom João Marchesi.
- 2 TEMA - Caminhada Ecológica
- 3 DURAÇÃO DA CAMINHADA – 1 hora e 30 minutos
- 4 DISCIPLINAS: Matemática, Espanhol, História, Geografia e Biologia

5 OBJETIVOS GERAIS

A Caminhada Ecológica, tem como o propósito sensibilizar os docentes do Ensino Médio, sobre a importância da preservação do Meio Ambiente, identificando as situações que causam danos à natureza como: poluição dos igarapés, problema do lixo, coleta de resíduos sólidos, mudanças das paisagens, canos de esgotos, entre outros.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar os discentes do EM, a auxiliarem no cuidado com a escola, não jogarem os lixos no chão;
- Incentivar a prática de atitudes conscientes quanto a limpeza das salas, bem como os materiais do espaço físico da sala;
- Resgatar junto aos discentes a importância de vivermos e convivemos em um ambiente limpo e saudável.
- Proporcionar ao discente um melhor conhecimento do ambiente local, dos seus aspectos históricos, culturais e naturais.
- Compreender a relação do homem-natureza e sociedade.

7 JUSTIFICATIVA

A Educação Ambiental não deve ser tratada como algo distante do cotidiano dos discentes, de diversas etnias, mas como parte de suas vidas. É de suma importância a conscientização da preservação do meio ambiente para a nossa vida e todos os seres vivos, afinal vivemos nela e precisamos que todos os recursos naturais sejam sempre puros, mas também a conservação dos materiais do meio escolar. A conscientização quanto a essa preservação deve iniciar cedo, pois muito mais fácil fazer os discentes entenderem a importância da natureza e quando esse ensinamento inicia logo elas com certeza vão crescer com essa ideia bem formada. Entretanto, dentro da tradição cultural étnico as crianças são orientadas e educadas a tirar da natureza somente o essencial, respeitando o seu tempo e seus ciclos.

8 RECURSOS DIDATICOS – celular, mapa mental, caneta, caderno de anotações, pranchetas.

9 METODOLOGIAS

Durante o trajeto da Caminha Ecológica, a partir do mapa mental, os discentes e os docentes poderão registrar imagens e realizar filmagens com celulares, registrar nos cadernos de anotações como os tipos de resíduos sólidos, os indícios da poluição dos igarapés, lixos nas vias públicas, modificações da natureza, bem como observar a situação ambiental nos bairros. Posterior a caminhada os registros serão compartilhados entre os discentes e docentes que servirão como subsídios para a promoção de discussão e debates entre os participantes da caminhada na escola. Os alunos entregarão relatórios para docente de cada área de conhecimento. Finalmente a caminhada ecológica será posto em pratica na turma 1º ano 2, na qual cada docente apresentará com o mural e via sistema midia com duração de 7 minutos de exposição para docente de cada área de conhecimento.

10 AVALIAÇÕES

Interatividade entre os discentes durante a caminhada, no registro de imagens, no caderno de anotação, na participação no debate e discussão e na entrega relatório sobre a caminhada.


Professor de Espanhol


professor de Matemática


Professora de Biologia


professora de História


Professor de Geografia


Pesquisador de UFAM


Gestora Escolar

Queila da Silva Otero
Diretora - Port. GS.097/2020
Escola Estadual Dom João Marcolini
São Gabriel do Cacoeira - AM

ANEXO G – OFÍCIO ENCAMINHADO A PREFEITURA MUNICIPAL



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO
ESCOLA ESTADUAL "DOM JOÃO MARCHESI"
 ATO DE CRIAÇÃO: Lei de Criação nº 117 de 27 de Janeiro de 1988
 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM. FONE: (97) 3471 – 2507 / 2079

Ofício nº 024/2019

São Gabriel da Cachoeira-AM, 25 de outubro de 2019

De: Glória da Cruz Miquel

MD: Diretora da Escola estadual Dom João Marchesi

A: Priscila Ambrósio

MD: Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

Assunto: solicitação

Senhora Secretária.

Vimos por meio deste solicitar ajuda da Ilma. Secretária, referente a reparos de calçada externa, retirada de entulhos, marcação da faixa de pedestre em frente a escola e de rede de esgoto que fica situada na parte externa do ginásio da escola.

Na certeza de sermos atendido, agradecemos antecipadamente a vossa compreensão.

Atenciosamente,

Glória da Cruz Miquel

 GESTORA ESCOLAR
 Glória da Cruz Miquel
 Diretora Part. Ed. 778/2009
 Colégio Dom João Marchesi
 São Gabriel da Cachoeira, AM

ANEXOS H – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DOCENTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências
Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada “**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM**”, sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br. no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

Eu, Adelson de Lima Rodrigues, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 14 / 10 / 2019

Adelson de Lima Rodrigues
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar C.
Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Adriana Silvestre Miguel, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 16/10/2019

Adriana Silvestre Miguel
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências
Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abrangendo tudo o que for necessário, abrangendo tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Antenor Araújo Viana, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 14/10/2019

Antenor Araújo Viana
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar C.
Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeirpixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br. no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

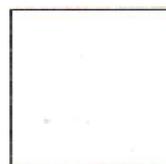
Eu, Guilberto da Costa, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 14/10/2014

Guilberto da Costa
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br, no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Marcelino Antônio Neto Prado Freitas, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 15/10/2019

Marcelino Antônio Neto P. Freitas
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar C.
Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências
Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada **"EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM"**, sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br, no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

Eu, Maria Sílvia Miranda Ferraz, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 21/10/2019

Maria Sílvia Miranda Ferraz
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br, no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Terezinha Prado Costo, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 21 / 10 / 2019

Terezinha Prado Costo
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br, no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abrangendo tudo o que for necessário, abrangendo tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

Eu, Anunciata Sobri Maia Machado, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 16/10/2019

Anunciata Sobri Maia Machado
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROF-CIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br. no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728. Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abrangendo tudo o que for necessário, abrangendo tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

Eu, AUGUSTO BRAZÃO, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 14/10/2019

Augusto Brazão
Assinatura do participante da pesquisa

Osma C
Osma Cordeiro da Silva
Mestrando-PROF-CIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: ejesus@uea.edu.br, no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abarcando tudo o que for necessário, abarcando tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

Eu, Sônia Maria Neres Monteiro, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 16/10/2019

Sônia Maria Neres Monteiro
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Edilza Laray de Jesus
Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



Impressão dactiloscópica.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências
Ambientais (PROF-CIAMB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇO ESCOLAR MULTICULTURAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM", sob a responsabilidade do pesquisador Osmar Cordeiro da Silva (mestrando), celular (97) 996134663 E-mails: cordeiropixote@gmail.com. Endereço: Rua Pe José Maria Lopiculo, 146, Boa Esperança, São Gabriel da Cachoeira, CEP: 69750-000, a qual está sendo orientado pela Prof.ª Dra. Edilza Laray de Jesus. E-mail: edJesus@uea.edu.br. no Endereço: Rua Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus-AM CEP: 69020-070.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Entretanto, existe a garantia de ressarcimento de eventuais despesas aos participantes e seus acompanhantes, quando as mesmas forem necessárias, abrangendo tudo o que for necessário, abrangendo tudo o que for necessário ao respectivo estudo.

Antes de sua execução, esta pesquisa passará pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Este procedimento se dará por meio de preenchimento do Protocolo de Pesquisa, submetido eletronicamente por meio da Plataforma Brasil. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, celular (92) 991712496, e o e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.

Eu, Jurandir Gonçalves Rodrigues, fui informado pelo pesquisador sobre o que vai fazer e porque precisa da minha colaboração, estando em pleno conhecimento e de acordo. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 19/10/2019

Jurandir Gonçalves Rodrigues
Assinatura do participante da pesquisa

Osmar Cordeiro da Silva
Osmar Cordeiro da Silva
Mestrando-PROFCIAMB/UFAM

Orientadora Prof.ª Dr.ª Edilza Laray de Jesus
Docente UEA/ESAT



impressão dactiloscópica.